

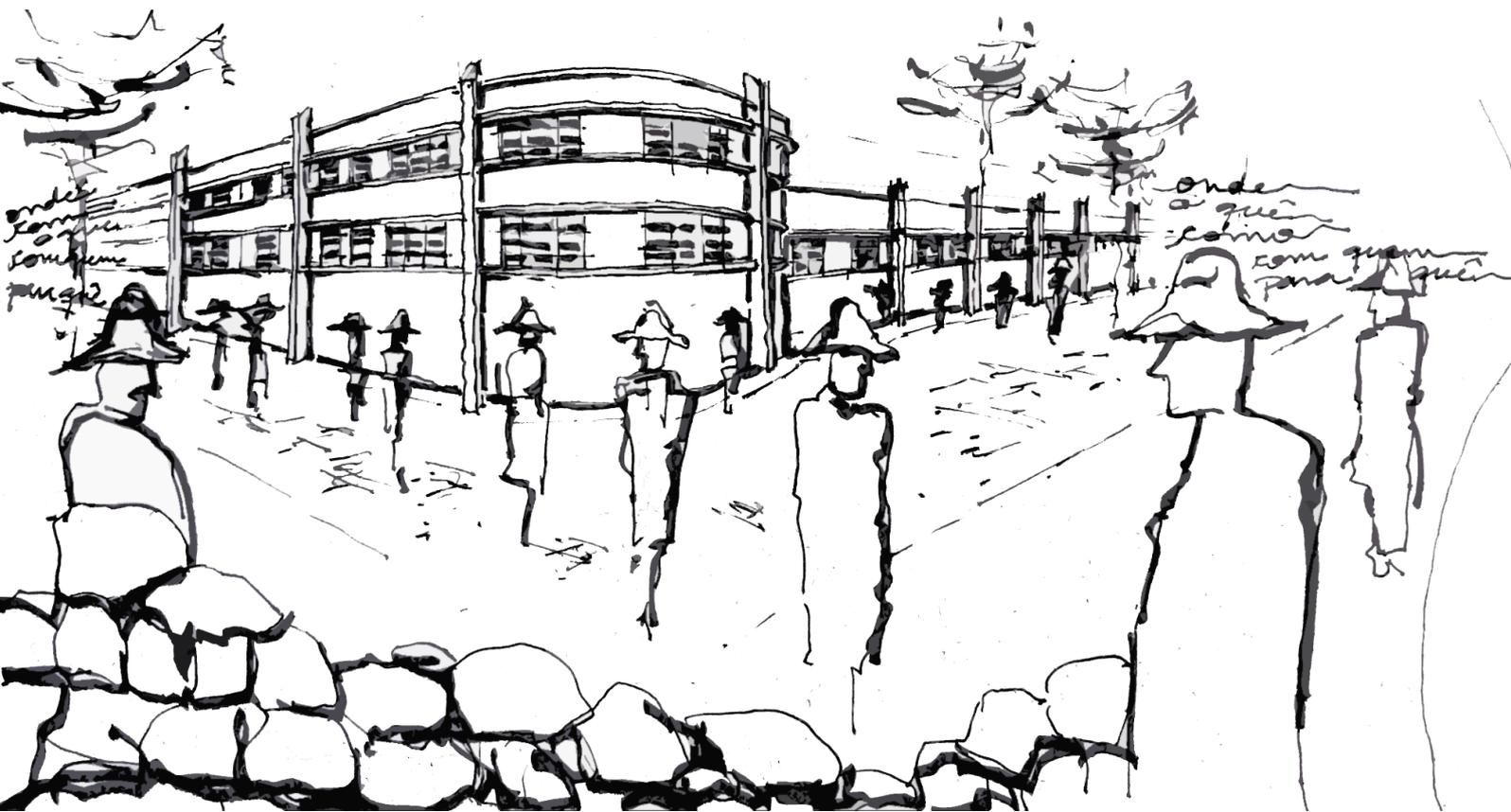
PRODUZIR-

VENDER-

CONSUMIR:

reflexões sobre estética e
consumo nos projetos de
requalificação do Centro
de Lages/SC

**José Alberto
de Oliveira Grechoniak**



José Alberto de Oliveira Grechoniak

**PRODUZIR-VENDER-CONSUMIR:
reflexões sobre estética e consumo nos projetos de
requalificação do Centro de Lages/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, na linha de Teoria, História, Patrimônio e Crítica, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elísia da Costa

Pelotas, abril de 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G789p Grechoniak, José Alberto de Oliveira

Produzir-vender-consumir : reflexões sobre estética e consumo nos projetos de requalificação do centro de Lages/SC / José Alberto de Oliveira Grechoniak ; Ana Elísia da Costa, orientadora. — Pelotas, 2023.

177 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Estetização. 2. Revitalização. 3. Cidade. 4. Praças. 5. Mercado público. I. Costa, Ana Elísia da, orient. II. Título.

CDD : 711

José Alberto de Oliveira Grechoniak

PRODUZIR-VENDER-CONSUMIR: reflexões sobre estética e consumo nos projetos de requalificação do Centro de Lages/SC

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas

Data de Defesa: 28 de abril de 2023

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Elísia da Costa (Orientadora) – Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira – Doutora em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Louise Prado Alfonso – Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia

Profa. Dra. Daniela Mendes Cidade – Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Aos meus pais e aos meus avós,
pelo incentivo ao estudo e à docência*

*Aos meus professores,
por serem fontes de inspiração*

AGRADECIMENTOS

À **Ana Elísia da Costa**, orientadora deste trabalho, pela condução e incentivo, desde a primeira linha do projeto de seleção até a última desta dissertação.

À **Elisângela Grechoniak, Edson Grechoniak e Monique Grechoniak**, minha família, pelo amor e suporte.

À **Márcia Heck, Grazielle Schemes e Fabiano Teixeira dos Santos**, meus eternos mestres, pelo encorajamento e escuta.

À **Isabella Erig Omizzolo, Gessica Coelho Silva e Amanda Bitencourt**, amigas de vida, pela partilha, apoio e torcida.

Ao **Guilherme Hebel Campos**, por entender minhas ausências e pela força no último ano.

Aos meus **alunos**, em especial, **Adriane Faria, Maria Fernanda Alami e Suellen Pereira**, por percorrerem uma parte dessa jornada comigo.

Ao **PROGRAU** e a **Universidade Federal de Pelotas**, pela oportunidade de desenvolvimento desta pesquisa.

A **todos** que, de alguma forma, contribuíram para essa etapa.

"A saída para mim representou, na verdade, uma 'expulsão', um 'expurgo'... A memória que eu tenho deste episódio é a seguinte: em uma tarde, como qualquer outra tarde, meu pai chegou mais cedo em casa com uma cara de espanto, visivelmente abatido e triste, não revoltado, mas com um medo estampado. Ele estava agitado e, devido ao nervosismo, não formava frases completas e coerentes. Levou um tempo e, à noite, minha mãe e eu entendemos o que ele estava tentando nos dizer: que o Mercado estava sendo fechado às pressas e tudo o que tinha lá de produtos tinha que ser tirado, da noite para o dia, no atropelo. A alegação era que a estrutura estava sendo interditada por não oferecer segurança, pois o telhado estava sendo paliativamente escorado por 'escoras' de madeira que os próprios feirantes que lá trabalhavam confeccionaram e, de fato o telhado estava apodrecendo pelo contato da estrutura de madeira com as águas pluviais. Pelo que recordo, houveram várias tentativas na época de acionar a Prefeitura para resolver essa questão, todas infrutíferas até então."

William Branco, 2022

Filho do Sr. Branco, antigo comerciante do Mercado Público de Lages

RESUMO

Este estudo tem como tema o fenômeno de “estetização das cidades”. Entende-se que esse, articulado em torno de discursos de necessidade de modernização, desenvolvimento ou progresso, não só promove o “embelezamento” e uma imagem urbana positiva, mas também atua na elitização dos espaços públicos. Esse fenômeno global hoje não só recai sobre as grandes cidades, mas também sobre aquelas de médio porte, podendo-se destacar entre casos brasileiros, a cidade de Lages, em Santa Catarina. Ações estetizantes da gestão pública sobre os espaços da cidade são verificáveis desde o século passado, mas são especialmente identificáveis em recentes projetos de requalificação urbana. Tomando a cidade como objeto de estudo e os referidos projetos sob marcos teóricos que os colocam não só como dados estéticos, mas também ético-políticos, o trabalho problematiza: para além de “onde”, “o que” e “como” “com quem” e principalmente “para quem” foram realizadas estas intervenções? Partindo do reconhecimento das transformações físico-espaciais da cidade, este estudo objetiva caracterizar as ações estetizantes ao longo do tempo, bem como dar luz aos conflitos socioespaciais existentes e deles emergentes. Para isso, são adotados procedimentos de pesquisa bibliográfica – com enfoques histórico e teórico – documental, cartográfico e de campo. Ao denunciar os conflitos emanentes de tais situações, o trabalho se justifica por poder vir a subsidiar reflexões-ações que busquem modos-outros de pensar-fazer a cidade, principalmente numa perspectiva de maior coesão social, cultural e econômica.

Palavras-chave: estetização; revitalização; cidade; praças; mercado público.

ABSTRACT

This study has as its theme the phenomenon of “aestheticization of cities”. It is understood that this, articulated around discourses of the need for modernization, development or progress, not only promotes “beautification” and a positive urban image, but also acts in the elitization of public spaces. This global phenomenon today not only affects large cities, but also medium-sized ones, with the city of Lages, in Santa Catarina, standing out among Brazilian cases. Aesthetic actions of public management on city spaces have been verifiable since the last century, but are especially identifiable in recent urban regeneration projects. Taking the city as an object of study and the aforementioned projects under theoretical frameworks that place them not only as aesthetic data, but also ethical-political, the work problematizes: in addition to “where”, “what” and “how” “with who” and especially “for whom” were these interventions carried out? Starting from the acknowledgment of the city's physical-spatial transformations, this study aims to characterize aestheticizing actions over time, as well as shed light on existing and emerging socio-spatial conflicts. For this, bibliographical research procedures are adopted – with historical and theoretical approaches – documental, cartographic and field. By denouncing the conflicts emanating from these conflicts, the work is justified by being able to subsidize reflections-actions that seek other ways of thinking-doing the city, mainly in a perspective of greater social, cultural and economic cohesion.

Keywords: aestheticization; revitalization; city; squares; public market.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1.	Las Ramblas, Barcelona	30
Fig. 2	Lincoln Center for the Performing Arts, 1955-1969, Nova Iorque. David. H Koch Theater, 1964, Phillip Johnson e John Burgee (à esquerda); Metropolitan Opera House, 1966, Wallace K. Harrison (ao centro); David Geffen Hall, 1962, Max Abramovitz (à direita)	31
Fig. 3	Deichtorhallen, 1983-1988, Hamburgo, Joseg Kleihues e Paul Kahlfeldt	32
Fig. 4	Moll de La Fusta, 1982, Barcelona, Manuel de Solà-Morales	33
Fig. 5	High Line Park, 2009-2014, Nova Iorque, Diller Scofidio + Renfro	35
Fig. 6	LXFactory, Lisboa, 2008, Mainside Group	36
Fig. 7	Pelourinho, 1992-1993, Salvador	38
Fig. 8	Linha do tempo: revitalizações urbanas no mundo	47 -
Fig. 9	Caminho Viamão-São Paulo, com indicação no ponto "A" de onde seria a Vila de Lages	48 51
Fig. 10	Esquema gráfico da planta da Vila de Lages (1769)	52
Fig. 11	Diagrama de evolução urbana (1)	53
Fig. 12	Diagrama de evolução urbana (2)	53
Fig. 13	Esquema gráfico da planta do núcleo da cidade de Lages (1896)	54
Fig. 14	Diagrama de evolução urbana (3)	54
Fig. 15	Esquema gráfico da planta do núcleo da cidade de Lages (1940)	55

Fig. 16	Esquema gráfico da planta do núcleo da cidade de Lages (2022)	57
Fig. 17	Vistas panorâmicas de Lages: (a) 1866; (b) 1896; (c) 1940; (d) 2022	58 - 61
Fig. 18	Palácio Municipal	63
Fig. 19	Grupo Escolar Vidal Ramos	63
Fig. 20	Catedral Diocesana	63
Fig. 21	Rua XV de Novembro, atual Pres. Nereu Ramos, no período das ações modernizantes	67
Fig. 22	Praça João Ribeiro: localização	68
Fig. 23	Praça João Ribeiro com as igrejas: a) antiga Igreja Matriz (1908); b) Catedral em construção (1918)	68
Fig. 24	Praça João Ribeiro: a) cercamento; b) usos da praça junto ao seu cercamento	69
Fig. 25	Praça João Ribeiro: usos sociais na década de 1940	69
Fig. 26	Monumento à Getúlio Vargas em frente à Catedral Diocesana, à esquerda outros dois bustos	70
Fig. 27	Praça João Ribeiro antes da revitalização de 2019	71
Fig. 28	Praça João Ribeiro: mapa de conflitos	72
Fig. 29	Praça João Costa: localização	73
Fig. 30	Praça João Costa: edifícios e usos: a) antiga Casa de Câmara e Cadeia (1900); b) antiga residência de João José Theodoro da Costa (1910); c) residência particular, Loja Maçônica e Teatro Municipal	73

Fig. 31	Antiga Escola Normal	74
Fig. 32	Modernização" na Praça João Costa: a) Café Cruzeiro (à. dir.) e Café Ouro (à esq.); b) <i>Footing</i> na Praça	74
Fig. 33	Comício de Jânio Quadros (1960)	76
Fig. 34	Inauguração da estátua de Nereu Ramos (1957)	76
Fig. 35	Praça João Costa: remodelação aos moldes da Rua XV de Novembro de Curitiba (Década de 1970)	77
Fig. 36	Passagem e permanência na Praça João Costa	78
Fig. 37	Praça João Costa: mapa de conflitos	79
Fig. 38	Praça Vidal Ramos Sênior: localização	80
Fig. 39	Primeiros mercados públicos de Lages	80
Fig. 40	Praça e rua do mercado	81
Fig. 41	Antigos frequentadores do mercado	81
Fig. 42	Praça VRS: intervenções estetizantes (1945)	82
Fig. 43	Implantação do Terminal Urbano	83
Fig. 44	Praça VRS revitalizada	83
Fig. 45	Praça Vidal Ramos Sênior: mapa de conflitos	84
Fig. 46	Novo Mercado Público: localização	85
Fig. 47	Projeto para o Novo Mercado Público de Lages (1943)	85
Fig. 48	Fachadas do Mercado Público de Lages	86
Fig. 49	Antiga banca do Lemos e do Mazza	86

Fig. 50	Manchete sobre o abandono do Mercado Público	89
Fig. 51	Mercado deteriorado	90
Fig. 52	Documentação do Mercado Público: Plantas	91
Fig. 53	Documentação do Mercado Público: cortes e elevações	92
Fig. 54	Praça Vidal Ramos Sênior: mapa de conflitos	93
Fig. 55	Propostas para as ruas que circundam a praça	96
Fig. 56	Projeto de revitalização da Praça João Costa	96
Fig. 57	Novo projeto de revitalização da Praça João Costa (2019)	97
Fig. 58	Página do Movimento Pró-Escola Aristiliano Ramos no <i>Facebook</i>	98
Fig. 59	Demolição do Colégio Aristiliano Ramos	102
Fig. 60	Praça e seu entorno revitalizado	103
Fig. 61	Antes e depois da Praça João Costa	104
Fig. 62	Enquete veiculada na página cultural da PML	105
Fig. 63	Obras na Praça João Ribeiro	105
Fig. 64	Manifestações e debates sobre a revitalização da Praça João Ribeiro: (a) depoimento de moradores no <i>Facebook</i> ; (b) Movimento público contra a revitalização	107
Fig. 65	Demolição do monumento à Getúlio Vargas	108
Fig. 66	Praça João Ribeiro revitalizada	108
Fig. 67	Novo monumento proposto	108

Fig. 68	Linha do tempo: Lages e suas praças	111
		-
		114
Fig. 69	Os projetos para o Mercado selecionados pelo júri	121
Fig. 70	Esquema projetual de permeabilidade no mercado	124
Fig. 71	Implantação	124
Fig. 72	Planta baixa do térreo	125
Fig. 73	Pátio central do mercado	125
Fig. 74	Relações entre a pré-existência e o novo	126
Fig. 75	Esquema conceitual da relação interior-exterior	127
Fig. 76	Abertura do Mercado para a cidade	127
		-
		128
Fig. 77	O largo-mercado	128
Fig. 78	Interior do Mercado Público após a revitalização	130
Fig. 79	Enquete sobre o a revitalização do Mercado realizada no <i>Facebook</i>	131
Fig. 80	O construído e o imaginado: (a) Mercado Público (2011); (b) Projeto para o Mercado (2014); (c) Mercado Público (2022)	132
Fig. 81	Imagens de um mesmo espaço: Mercado Público de Lages	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programa de necessidades	119
----------	--------------------------	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 A ETERNA JUVENTUDE E OS PRIVILÉGIOS DA BELEZA	26
1.1 revitalização urbana: do estético-ético-político	27
1.1.1 <i>das variações de um conceito e suas práticas</i>	30
1.2 revitalizar por concursos	39
1.3 síntese	47
2 REVITALIZAR O VITALIZADO: O CASO DE LAGES	51
2.1 da sua origem à formação da malha urbana	51
2.1.1 <i>o “eterno” demolir-construir e apropriar-segregar</i>	62
2.2 bela, moderna e “europeia” – o fim dos conflitos?	94
2.2.1 <i>o plano geral</i>	94
2.2.1 <i>os planos específicos</i>	95
2.3 síntese	109
3 (RE)SIGNIFICANDO O REVITALIZAR?	115
3.1 concurso de requalificação do mercado público	115
3.2 síntese	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

O fenômeno das revitalizações urbanas, apesar de evidentes desde a década de 1950, ganharam maior repercussão global a partir de ações nos anos 1990, entre as quais, destacam-se projetos de intervenção no espaço público e no patrimônio edificado que buscavam “requalificar” diferentes áreas das cidades, principalmente os centros urbanos. O fenômeno se associa à ordem econômica neoliberal que passou a explorar as cidades para a circulação de capital e, do ponto de vista cultural, à cultura de consumo (BAUMAN, 2001) que, ao definir uma série de padrões “estéticos” e “modismos”, cria um desejo exacerbado por “novidades”. Neste contexto, as cidades e suas gestões passaram a buscar a “modernização”¹ de seus espaços públicos, por meio de intervenções que, ao seguirem “tendências”, acabam por estetizar e uniformizar seus territórios.

Essa uniformização, por sua vez, garantiu que as cidades se transformassem em “mercadorias palatáveis” ao consumo de endinheirados e turistas e, principalmente, “mercadorias rentáveis” a investidores que rapidamente transformaram o valor-de-uso das cidades em valor-de-troca (LEFEBVRE, 2001; LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Ao beneficiar “privilegiados” – ricos, turistas e investidores –, tais projetos excluíram segmentos menos favorecidos da sociedade, passando a ser gatilhos para processos de gentrificação³ e de desigualdades sociais.

Assiste-se, portanto, a um fenômeno em que o consumo de uma estética ligada aos projetos implica em uma “partilha” da cidade, daquilo que deveria ser um comum, questionável dos pontos de vista ético e político. Trata-se, assim, de um fenômeno em que dimensões estético-ético-políticas se imbricam⁴ (RANCIÈRE, 2015).

Esse fenômeno, tratado como “estetização urbana”, é o **tema** da presente pesquisa. Ele, contudo, não se restringe às cidades. Pelo contrário, estende-se à demais dimensões da vida, já que, como observam Lipovetsky e Serroy (2015, p.8), hoje o estético – “o estilo, a beleza, a mobilização dos gostos e das sensibilidades” – se infiltram e remodelam,

¹ O termo “modernização” aqui não se refere à “modernidade” (processo histórico) ou ao “modernismo” (movimento estético e cultural). É usado, tal como no senso comum, para designar objetos ou fatos novos, diversos do conhecido ou de experiências anteriores, o que lhes confere algum nível de singularização (BAHIA, 2006).

² De origem marxista, o conceito de “valor-de-uso” e “valor-de-troca” é apropriado por Lefebvre para discutir o direito à cidade. Neste sentido, o autor aponta que o valor-de-uso da cidade, constituído por fatores que não possuem preço como a memória, foram sobrepostos pelo valor-de-troca em benefício do capital (LEFEBVRE, 2001).

³ Gentrificação, para esse trabalho, se relaciona a ações públicas e/ou privadas que alteram estruturas arquitetônicas e urbanas para atrair um público de maior poder aquisitivo, excluindo ou expulsando antigos frequentadores. Muitas vezes, estes projetos estão relacionados a intervenções no patrimônio histórico que, substituem os usos originais por outros mais lucrativos economicamente (GEVEHR; BERTI, 2017).

⁴ Estética e ética são campos que se fundem à medida em que se constroem. A primeira aponta o gosto, ou o juízo sobre o belo e o feio, moldado por experiências pessoais, mas também por valores culturais e morais predominantes; o segundo, contudo, é quem define as visões de mundo e de controle acerca das formas de ser-viver-agir. Desta forma, a estética assume uma dimensão ética e vice-versa. Por outro lado, a política, ao se ocupar “do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer” (RANCIÈRE, 2015, n.p.), assume inescapáveis dimensões estético-éticas. Desde aí, esse trabalho assume a grafia “estético-ético-política” como instâncias indissociáveis.

em forma de “marcas”, nos sistemas econômicos de produção, distribuição e consumo, bem como da própria vida cotidiana, estilizando bens e lugares:

Vivemos num mundo marcado pela abundância de estilos, de design, de imagens, de narrativas, de paisagismo, de espetáculos, de músicas, de produtos cosméticos, de lugares turísticos, de museus e de exposições... uma verdadeira economia estética e de uma estetização da vida cotidiana: em toda parte o real se constrói como uma imagem, integrando nesta uma dimensão estético-emocional que se tornou central na concorrência que as marcas travam entre si (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 8).

da eleição do objeto de estudo

Apesar do fenômeno de estetização urbana ser mais evidente nas grandes cidades globais, o interesse aqui recai em cidades de médio porte brasileiras, onde ele é ainda pouco estudado. Neste contexto, adota-se como objeto de estudo a cidade de Lages, em Santa Catarina.

Ao realizar uma breve análise da constituição urbana de Lages, verifica-se a contínua transformação de seus espaços públicos, especialmente suas praças, deflagradas por desejos de “modernização” e por possíveis processos de exclusão social que ainda são pouco discutidos pela literatura.

Fundada em 1766, Lages teve papel fundamental na ocupação do que hoje é a região do planalto catarinense, devido à sua localização estratégica na rota dos tropeiros que ligava Rio Grande do Sul e São Paulo, então importantes centros produtores, comerciais e de consumo. Apesar dessa localização, até o fim do século XIX, Lages manteve-se isolada, precária e interiorana. Sua economia limitava-se a dar suporte às atividades pastoris da região e sua estrutura urbana só foi expandida em 1860, com a consolidação de três praças – a Praça Municipal, a Praça do Mercado e a Praça da Igreja. Foi neste contexto que emergiram os primeiros discursos em prol da mudança e da modernização dos seus espaços públicos (PEIXER, 2002).

A partir do século XX, inicia-se um processo de tentativa de rompimento da “identidade provinciana” da cidade, marcado por transformações culturais, econômicas e urbanas. Modificações da área central foram consolidadas, destacando-se aqui o remodelamento das praças e a transferência do antigo Mercado Público para um local mais periférico. As intervenções garantiram uma nova imagem ao centro, correspondente aos desejos de “modernidade” da elite dominante que almejava estilos de vida similares aos das sociedades paulista e porto-alegrense, mas também impuseram novas sociabilidades, afastando antigos comerciantes e usuários. Esse foi o primeiro, ou o mais evidente desde então, processo de estetização e gentrificação do espaço público em Lages.

Recentemente, em 2012, um novo plano de requalificação é proposto para a cidade, afetando novamente suas praças e o Mercado Público. O plano, intitulado *Modernização do Centro Urbano de Lages (2012)*, foi elaborado pelo escritório catalão *IDP Ingeniería, Medio Ambiente y Arquitectura* que, de acordo com a Prefeitura Municipal de Lages (2019), buscava fomentar a cultura e o desenvolvimento socioeconômico por meio de espaços de convivência e lazer. Deste plano, derivaram projetos setoriais para cada uma das praças e para o Mercado. O *Projeto da Praça João Costa* foi contratado pelo município e o Projeto do Mercado passou a ser objeto do *Concurso de Requalificação do Mercado Público de Lages (2014)*, promovido pela parceria entre o IAB/SC e a Prefeitura Municipal.

Nesse contexto, parte-se do pressuposto de que, como já ocorrido no próprio passado da cidade, estas propostas, potencialmente, serão geradoras de danos, beneficiando a apropriação dos espaços por alguns sujeitos e, conseqüentemente, segregando e afetando negativamente a vida de outros.

Neste contexto, **delimita-se como objeto de estudo** da pesquisa Lages e, mais precisamente, os seus projetos de requalificação urbana, entendidos não só como gestos estéticos, mas também ético-políticos.

do estado da arte

Nesse contexto, cabe destacar que vários estudos já foram desenvolvidos sobre a transformação urbana de Lages, sustentando diferentes enfoques: evolução urbana (COSTA, 1982; PELUSO JÚNIOR, 1991; SANTOS, 2020); história (MIRANDA, 1992; MIRANDA, 1996; SERPA, 1996); política (ALVES, 1980); e, sociologia (PEIXER, 2002). Especialmente os trabalhos de Miranda (1992), Miranda (1996), Serpa (1996) e Peixer (2002) são valiosas contribuições para esse trabalho por já pautarem, numa perspectiva histórica, a cidade de Lages como um território de disputas. Poucos estudos, entretanto, ampliam essa discussão a partir das recentes propostas de requalificação e dos conflitos que delas emanam.

A documentação sobre esses projetos e conflitos encontra-se dispersa e/ou inacessível. Especialmente, os referidos projetos urbanos foram documentados com poucas peças gráficas, restando apenas registros publicitários ou documentos que anunciam seus meios e fins. No que se refere aos conflitos emergentes destes projetos, por sua vez, os registros se dão de modo fragmentado – matérias jornalísticas, manifestações nas redes sociais, artigos sobre fatos pontuais, etc. – ou ainda estão invisibilizados, podendo ser explicitados em entrevistas com os agentes envolvidos e afetados nos projetos. Trata-se, portanto, de um material ainda inédito e carente de reflexão.

da justificativa

Esse estudo se **justifica**, portanto, por revisar e ampliar a história da transformação urbana de Lages, articulando projetos de requalificação e conflitos emanantes, ou seja, desde uma perspectiva estética-ética-política. Por outro lado, ao dar luz a esses conflitos, a pesquisa se justifica não só por assumir um caráter de denúncia, mas também por, possivelmente, aportar conhecimentos que possam vir a subsidiar novas investigações sobre modos-outras de pensar-fazer a cidade, principalmente numa perspectiva de maior coesão social, cultural e econômica.

do problema

Guia este estudo uma **problematização** estética-ética central: para além do “onde”, “o que” e “como” foram feitas as intervenções em Lages, “com quem” e, principalmente, “para quem” foram realizadas? Desse questionamento central, se desdobram outros possíveis: “Como” os projetos lidam com os dados físico-sociais dos tecidos pré-existentes e a partir de que saberes – eruditos-científicos ou populares-tradicionais – são construídos? “Quem” são os agentes envolvidos – iniciativas, financiamentos, arquitetos, comunidades locais – e “como” estes atuam nas diversas etapas de projeto? “Quem” são os “impactados” – favorecidos-prejudicados – pelos projetos?

dos objetivos

A pesquisa tem como **objetivo principal** caracterizar, ao longo do tempo, as intervenções estetizantes – urbanas e arquitetônicas – em Lages e os conflitos sociais existentes e que delas emergem. Esse objetivo de pesquisa se desdobra em **objetivos específicos**: a) reconhecer as constituições físico-espaciais das Praças e do Mercado Público de Lages; e, b) analisar as intervenções que sofreram, caracterizando “onde”, “o que”, “como”, “com quem” e “para quem foram realizadas”.

da estruturação do trabalho e processos metodológicos

Para o desenvolvimento do trabalho, foram adotados procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental, cartográficos⁵ e de campo. Tais procedimentos ajudam a estruturar o trabalho em três capítulos:

Capítulo 1 – “A Eterna Juventude e os Privilégios da Beleza”:

busca construir, por meio de revisão bibliográfica teórica, um panorama acerca de temas relativos aos fenômenos de estetização urbana (CARTA DE LISBOA, 1995; BAUMAN, 2001; BRASIL, 2001; LEFEBVRE, 2001; JACQUES, 2005; JEUDY, 2005; BONDUKI, 2010; ZUKIN, 2013; PAIVA, 2014; VARGAS; CASTILHO, 2015; LIPOVETSKY; SERROY,

⁵ Recorre-se a cartografia clássica, buscando entender transformações urbanas por meio de mapas tradicionais; mas também envolve a “contracartografia” ou “cartografia crítica”, buscando representar e visibilizar conflitos que se dão entre dados e/ou contextos em estudo (KIMINAMI; SPERLING, 2020).

2015; TURKIENICZ, 2016; SANT'ANNA, 2017; SANT'ANNA, 2018). Neste contexto, também é discutido o papel dos concursos de projeto de Arquitetura e Urbanismo como instrumentos que, legitimados pela cultura disciplinar, enfatizam o referido fenômeno. Em contraponto, a partir da análise de críticas e de editais de concurso de revitalização urbana e de reabilitação de mercados, prospecta-se, também, instrumentos e procedimentos que, ao incluírem a participação popular, podem indicar caminhos para a transposição do enfoque predominantemente estetizante dos concursos (RANCIÈRE, 2005; SOLFA, 2010; ANDRADE, 2011; JOBIM, 2011; CARRERO, 2012; PORADA, 2013; MONTANER; MUXÍ, 2014; TALLER URBANO BOGOTÁ-VIENA, 2014; ASSAEL, 2015; ZONNO, 2017; ARAÚJO, 2021; SOBREIRA, 2021; SOUZA; SAMORA, 2021; GRECHONIAK; COSTA, 2022; GUZMÁN, 2022).

Capítulo 2 – “Revitalizar o Vitalizado: o caso de Lages”: busca promover uma aproximação ao objeto de estudo. Para isso, o capítulo se desdobra em duas frentes que se apoiam em pesquisas *bibliográficas* e *documentais*. A primeira articula relações entre a morfologia urbana de Lages, sua história, economia e cultura (ALVES, 1980; COSTA, 1982; PELUSO JÚNIOR, 1991; PEIXER, 2002; PANERAI, 2006; SANTOS, 2010). A segunda versa sobre as propostas de intervenções nas Praças e no Mercado Público, destacando aquelas promovidas pelo Plano de Modernização do Centro Urbano de Lages (2012) (IDP, 2012; MATTOS, 2015; CORDOVA, 2016). Em ambas as frentes, baseando-se em artigos e em fontes primárias (matérias jornalísticas, redes sociais, entrevistas, etc), destaca-se conflitos emanentes das intervenções estetizantes empreendidas ao longo do tempo (MIRANDA, 1992; MIRANDA, 1996; SERPA, 1996; PEIXER, 2002; CORODVA, 2012; IAB/SC NÚCLEO LAGES, 2019; PML, 2019; SANTOS; ZANCHETT; MOTA, 2020)

Capítulo 3 – “(Re)significando o (Re)vitalizar?”: a partir de *pesquisas bibliográficas, documentais e de campo*, procura-se discutir em

profundidade o projeto para o Mercado Público, eleito por entender este programa como um laboratório de práticas sociais e “âncora” de muitos projetos de revitalização urbana (IAB/SC, 2014; BROERING; ZULIAN; ZANATTA; FIGUEIREDO, 2015; BRANCO, 2022; ENTREVISTADO 1, 2022; ENTREVISTADO 3, 2022; ENTREVISTADO 4, 2022; ENTREVISTADO 5, 2022; ENTREVISTADO 7, 2022; ENTREVISTADO 8, 2022; GRECHONIAK; COSTA, 2022).

Considerações Finais: busca confrontar os dados discutidos nos capítulos 1, 2 e 3, a fim de entender a realidade local a partir da discussão global.

O que se depreende dessa construção, é que historicamente, Lages produz e reproduz modos de operar a cidade em que prevalecem os desejos dos poderes dominantes, sendo esses legitimados por discursos de necessidade de “modernidade” e “progresso”. Se antes esses modos levavam à restrições de usos ou a apagamentos de grupos sociais pela explícita força de políticos ou da lei, hoje, eles se sofisticam, ao assumirem feições pseudodemocráticas que lhes asseguram legitimidade no banimento daqueles que não fazem parte do seu grupo de poder. Desta maneira, verifica-se que o estético se altera ao longo do tempo, porém as ideias ético-políticas a ele vinculado permanecem os mesmos.

1 A ETERNA JUVENTUDE E OS PRIVILÉGIOS DA BELEZA

Intervenções nas cidades por meio de projetos de renovação, revitalização ou requalificação, estão cada vez mais inseridas nos debates urbanos, dada à frequência e à abrangência com que ocorrem. Mais explícitas após a década de 1950, quando processos de expansão urbana são intensificados, essas, recorrentemente, buscavam “melhorar” a imagem da cidade por intermédio de uma resposta positiva à degradação dos espaços urbanos, como apontam Vargas e Castilho (2015), tais projetos envolvem diversas estratégias:

[...] Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído, otimizar o uso da infraestrutura estabelecida, dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem, gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção (VARGAS; CASTILHO, 2015, p. 4-5).

Neste contexto, os centros urbanos das cidades têm sido adotados como palcos privilegiados de intervenção, por atuarem como pontos de referência simbólica e espacial, por serem bem servidos de infraestrutura e por assumirem diferentes usos e atividades. Entende-se como centros urbanos os eixos centrais que suportam diferentes nomenclaturas, como: centro-histórico; centro de negócios; centro-tradicional; centro-de-mercado; e, centro principal (VARGAS; CASTILHO, 2015).

Estas porções se caracterizam como o ponto de origem do núcleo e do traçado urbano e atuam como palco de diferentes processos históricos, sejam de conflito ou não. Foram nestes núcleos que se instalaram os primeiros equipamentos urbanos, religiosos, políticos e culturais que garantiram uma sociabilidade intensa entre os moradores da cidade. São neles, portanto, onde se concentra a maior parte de seus acervos patrimoniais (CARRION, 1998; PESAVENTO, 2005).

A preservação do patrimônio nos centros, contudo, não se limita a um gesto estético, legitimado pela necessidade de controle da deterioração e degradação dos seus espaços públicos e edificados. Este é, também, um gesto ético-político, já que suas ações envolvem interesses de distintos grupos sociais, vindo a afetar condições de vida de seus moradores e frequentadores.

Desta maneira, é importante não só discutir “como” se deve dar essas intervenções, mas também “quem” as “articula” e, principalmente, “para quem” se destinam. Trata-se de colocar em pauta os parâmetros estéticos impostos pelo desejo de uma “eterna juventude” e os parâmetros ético-políticos que definem quem usufruirá dos “privilégios da beleza”.

1.1 revitalização urbana: do estético-ético-político

Ao abordar o fenômeno da revitalização urbana como dado estetizante, é importante observar que este se associa à consolidação da cultura de consumo. Bauman (2001) defende que esta cultura impõe padrões estéticos ou “modismos” e deflagram desejos contínuos pelo consumo de “novidades”. O tema também é abordado pelos filósofos Lipovetsky e Serroy (2015), ao pautarem os domínios da estetização sobre os mercados de consumo, o que conceituam como “capitalismo artista”:

No tempo da estetização dos mercados de consumo, o capitalismo artista multiplica os estilos, as tendências, os espetáculos, os locais da arte; lança continuamente novas modas em todos os setores e cria em grande escala o sonho, o imaginários, as emoções... É um universo de superabundância ou de inflação estética que se molda diante dos nossos olhos: um mundo transestético, uma espécie de hiperarte, em que a arte se infiltra nas indústrias, em todos os interstícios do comércio e da vida comum. O domínio do estilo e da emoção se converte ao regime híper: isso não quer dizer beleza perfeita e consumada, mas generalização das estratégias estéticas com finalidade mercantil em todos os setores das indústrias de consumo (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 13).

Nas cidades, essa cultura se expressa na adoção de estratégias de *branding* ou *marketing* urbano (JACQUES, 2005; JEUDY, 2005; PAIVA, 2014; LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Por meio de intervenções, busca-

se construir novas identidades que, como marcas ou grifes, possam ser consumidas rapidamente por grupos com alto poder aquisitivo ou turistas, bem como atrair investimentos num cenário global de competições.

Para facilitar esse consumo, essas intervenções seguem modelos globais “bem-sucedidos”, levando, em distintos contextos, à feições homogêneas e genéricas e à higienização daquilo que, física e socialmente, não corresponde a padrões ou tendências. Colabora para isso a contratação de *star-architects*⁶ internacionais que reforçam a ideia de consolidação de grifes urbanas (LIPOVETSKY; SERROY, 2015).

Desde aí, assiste-se também à “espetacularização” urbana, transformando diferentes cidades em palcos de lazer e de consumo cultural de massa. Além da promoção em larga escala de “grandes eventos” (feiras, olimpíadas, copas, etc), observa-se a consolidação de pequenos parques temáticos, com a presença quase sempre dos mesmos equipamentos: bares da moda, restaurantes, galerias comerciais, museus, centros culturais. Em maior escala, pode-se observar também a repaginação total de bairros antigos, transformando-os para o consumo nostálgico do passado (LIPOVETSKY; SERROY, 2015).

São, todos, símbolos da cidade difusa e estilhaçada, do “pós-urbano”, os quais uniformizando as paisagens, se tornaram agora comuns a todo planeta: em toda parte, no Norte como no Sul, se difunde o urbanismo comercial monótono das novas centralidades da periferia, proporcionando uma vasta sensação de déjà-vu (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 191).

Esse consumo de uma nostalgia do passado faz das esferas patrimoniais um dos principais motes dos projetos de revitalização. Como forma de alargar o universo de atratores urbanos, o patrimônio é ampliado ou inventado, levando ao que se pode entender como “patrimonialização” ou “museificação” das cidades. Essa estratégia, contudo, não é só capaz de atrair investimentos e turistas, mas também levar ao desmonte do patrimônio de fato existente (ZUKIN, 2013), já que muitas vezes vem sendo repaginado ou reabilitado como cenários cinematográficos, como observam Lipovetsky e Serroy (2015):

⁶ “A contratação de arquitetos famosos, [...] agrega valor aos ícones urbanos e arquitetônicos, pois o seu reconhecimento profissional ou sua fama ajudam a mitificar esses ícones desde a sua criação. Os prêmios e concursos internacionais de arquitetura; a articulação dos arquitetos com as marcas, campanhas publicitárias e debates culturais; e a publicação em revistas impressas e digitais de seus projetos emblemáticos sustentam a criação de ícones urbanos e arquitetônicos como uma prática recorrente da arquitetura contemporânea, com impactos incontestáveis na reprodução da atividade turística” (PAIVA, 2014, p. 115).

Estamos na época da valorização do patrimônio histórico. Esse trabalho de conservação histórica comporta inegavelmente um valor de memória e costuma ser apresentado como um meio de salvaguardar os particularismos étnicos e locais em face da uniformização planetária. Não obstante, essa valorização do passado arquitetônico e urbano... o passado conservado muitas vezes aparece como uma concha vazia, um cenário de teatro, uma simples fachada externa esvaziada do valor primordial das construções. Os bairros e edifícios históricos são transformados em locais de animação destinados a estimular o comércio, o consumo estético e turístico (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 194).

Por outro lado, respaldadas por normas internacionais não adaptadas às realidades locais, as intervenções sobre esses patrimônios acabam por promover soluções semelhantes em distintos contextos (JACQUES, 2005).

No contexto de uma estética urbana uniformizada, espetacularizada e patrimonializada, os efeitos éticos-políticos se expressam em diferentes níveis de exclusão social. Um dos seus efeitos mais alarmantes são os severos processos de gentrificação assistidos nas cidades contemporâneas, como debatem Jacques (2005), Zukin (2013) e Lipovsky e Serroy (2015). Com a escalada de aumento dos aluguéis e com a compra de imóveis por estrangeiros que impelem antigos moradores a se deslocarem para periferias, assiste-se a gentrificação habitacional; com a substituição dos serviços locais por negócios voltados a turistas, a gentrificação comercial; por fim, com a invasão das ruas por turistas ou endinheirados, o abandono do espaço público pelos próprios moradores locais:

Com a deriva para a cidade-museu, as classes populares e médias são repelidas para a periferia em razão do preço dos imóveis, cada vez mais apartamentos são comprados por estrangeiros como um ponto para ficar algumas semanas por ano; o comércio das proximidades é convertido em galerias de arte, lojas de souvenirs e restaurantes; as ruas são invadidas pelos turistas. As atividades tradicionais, assim como a *flânerie*, são substituídas por comércios ligados ao tempo de lazer, e percursos turísticos são organizados pelos *tour operators* (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 195).

[...] Galerias de arte, butiques e bares que atendem aos visitantes abastados e aos novos moradores substituem as lojas de comida e os cafés locais. Oficinas, vendedores de rua e

outros usos “indesejáveis” ou “incompatíveis” do espaço são relegados à periferia (ZUKIN, 2013, p.30).

A cidade estetizada, portanto, assume uma “beleza desvitalizada” (LIPOVESTKY; SERROY, 2015), um caráter clichê.

1.1.1 das variações de um conceito e suas práticas

Ao tratar do fenômeno de revitalização urbana, deve-se considerar que este pode ser caracterizado com distintas nomenclaturas, objetivos e estratégias, estando estas relacionadas com suas origens geográficas e datação. Para tornar mais preciso o que se entende por “revitalização” neste trabalho, o fenômeno é caracterizado ao longo do espaço-tempo, destacando-se os eventos ocorridos nos contextos europeus e americanos, tradicionalmente centros que ditam “tendências” às periferias dentro de uma lógica cultural colonizadora, e no contexto brasileiro, em que se insere o referido objeto de estudo deste trabalho.

europa e américa do norte

Na Europa e América do Norte, entre 1950-2015, Vargas e Castilho (2015), caracterizam, inicialmente, três modalidades de intervenção relacionadas ao tema: renovação urbana, preservação urbana e reinvenção urbana.

A **renovação urbana** refere-se ao período entre 1950 e 1970 e envolveu distintas relações com o patrimônio histórico dos centros urbanos, dando preferência ao novo e acatando os interesses da elite patrocinadora de sua materialização. Na Europa, buscou-se preservar os remanescentes do segundo pós-guerra, em meio ao enfrentamento de novos problemas, como congestionamentos e degradação dos espaços públicos. Ademais, constituíram-se ilhas caminháveis que auxiliaram na consolidação do patrimônio existente, como é o caso de Las Ramblas, em Barcelona (Fig. 1).

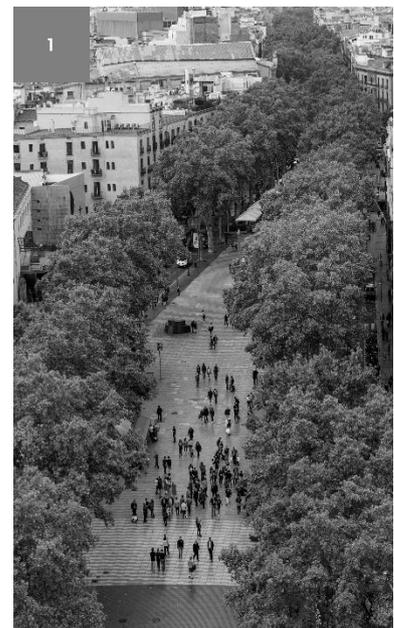


Fig. 1 – Las Ramblas, Barcelona. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/oh-barcelona/3618862821/>

Ainda, as áreas centrais das cidades europeias, como Bolonha na Itália, tiveram seus edifícios antigos recuperados e integrados a novas edificações, tendo o lazer e o turismo como apoio destas ações.

Já em território norte-americano, ao contrário, não houve preocupações com o acervo patrimonial. Sob a justificativa de que os centros já não atendiam as demandas dos cidadãos, seja em relação ao uso, à habitação ou ao traçado, grandes extensões de tecido foram desapropriadas e deram lugar a torres de escritórios corporativos e apartamentos de classe alta, além de hospitais, escolas, museus e centros cívicos, sendo um dos exemplos o Lincoln Center (Fig. 2). Por não possibilitar a participação comunitária, estes projetos ainda deram início aos processos de gentrificação e segregação espacial.



Fig. 2 – Lincoln Center for the Performing Arts, 1955-1969, Nova Iorque. David H Koch Theater, 1964, Phillip Johnson e John Burgee (à esquerda); Metropolitan Opera House, 1966, Wallace K. Harrison (ao centro); David Geffen Hall, 1962, Max Abramovitz (à direita). Fonte: <https://www.broadwaycollection.com/2016/10/06/day-life-lincoln-center/>

A **preservação urbana**, entre 1970 e 1990, centrou-se na restauração de edifícios históricos, vinculada a uma ideia de *status* e distinção social. Estruturas industriais, armazéns, teatros e mercados ganham novos usos, como comércio, lazer e, principalmente, espaço para atividades culturais (Fig. 3). Dessa maneira, os antigos centros urbanos, edificações e paisagens assumiram um caráter de empreendimento patrimonial. Ao mesmo tempo, o movimento foi mobilizado por uma maior conscientização institucional e de grupos de diversas classes sociais sobre a impor-

tância da defesa do patrimônio histórico, em prol da valorização da memória e do fortalecimento de uma identidade cívica nos centros urbanos. Neste contexto, destaca-se também atuações institucionais, como a Unesco, que implementaram programas de reconhecimento patrimonial em áreas históricas.



Fig. 3 – Deichtorhallen, 1983-1988, Hamburgo, Joseg Kleihues e Paul Kahlfeldt. Fonte: <https://www.deichtorhallen.de/>

Apoiado nos novos modos de produção e comunicação, entre 1980 e 2000, a **reinvenção urbana** intensificou a transformação da cidade de bem-de-uso para bem-de-consumo, especialmente dedicado à circulação de capitais e ao turismo. Essa fase, portanto, está profundamente relacionada com o que foi discutido no capítulo anterior.

É nela que estratégias como o *marketing* urbano e a realização de grandes projetos e eventos se inter-relacionam, destacando-se aqui que neste período a área de atuação do investimento de capitais não se restringiu

somente aos centros urbanos, mas foi ampliada para áreas “esquecidas” e obsoletas, como zonas industriais e ferroviárias. Nessas áreas, buscou-se explorar o apelo nostálgico de um passado associado à introdução de elementos “novos” com apelo visual e comercial. Também como já observado, os efeitos colaterais dessas intervenções se expressam na exclusão de habitantes locais das qualidades e benefícios da vida urbana, em processos de gentrificação, bem como em diversos problemas relativos ao direito à cidade. (Fig. 4)



Fig. 4 – Moll de La Fusta, 1982, Barcelona, Manuel de Solà-Morales.
Fonte: http://manueldesolamorales.com/proys/Moll_de_la_Fusta_eng.htm

(re)significações

Em paralelo a isso, nos primeiros anos da década de 1990, uma série de encontros se propuseram a refletir sobre as práticas de intervenção urbana que vinham sido adotadas. Estes encontros deram origem à Carta de Lisboa (1995) que buscava estabelecer princípios norteadores para essas intervenções, a fim de assegurar a identidade do patrimônio cultural urbano. A partir do conceito de **Reabilitação Integrada**, propõe que a preservação e dinamização do patrimônio cultural verse não só sobre o tecido-físico (espaço edificado e urbano), mas também sobre o tecido social, pois é esse que lhe assegura identidade. Essa reabilitação poderia recorrer a modalidades variadas de intervenções, com definição e objetivos distintos, das quais algumas são especialmente importantes para esse trabalho:

a) **Renovação Urbana:** Acção que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitectónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como patrimônio arquitectónico ou conjunto urbano a preservar.

b) **Reabilitação urbana:** É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas **a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes**; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, **mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.**

c) **Revitalização urbana:** Engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, **próxima da reabilitação urbana**, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

[...]

e) **Reabilitação de um edifício:** Obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma

modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos actuais níveis de exigência.

[...] (CARTA DE LISBOA, 1995 – grifos do autor).

Desde esses conceitos, destaca-se que *reabilitação* e *revitalização* são modalidades de intervenção muito próximas. A primeira é uma “estratégia de gestão urbana que envolve intervenções múltiplas” e que visa melhorar a qualidade de vida de áreas consolidadas. A segunda, por sua vez, é uma “operação” que visa reestabelecer a vitalidade urbana de áreas decadentes, com ou sem identidades marcantes. Destaca-se, contudo, que ambas deveriam buscar dinamizar a cidade, não só do ponto de vista econômico, mas também social, atentando para manter a identidade das populações residentes.

A despeito de, no início dos anos 1990, a Carta alargar o entendimento da cidade como tecido físico-social e pautar “para quem” as reabilitações e revitalizações deveriam ser direcionadas, a dinâmica de *reinvenção urbana* discutida por Vargas e Castilho (2015) continuou a ser empreendida numa escala global, consolidando severos processos de exclusão social.

Esse cenário, acrescido de problemas como o crescimento descontínuo de áreas urbanizadas e a necessidade da participação popular nas tomadas de decisão, levou às discussões de mais uma modalidade de intervenção, a **resiliência urbana**, desenvolvida principalmente entre 2004 e 2015 (VARGAS; CASTILHO, 2015). Neste contexto, buscou-se o equilíbrio entre a requalificação urbana e os desenvolvimentos imobiliário e socioeconômico. Para isso, foi proposto o adensamento de áreas mais próximas ao centro aliadas à criação de parques urbanos (Fig. 5); e, intervenções centradas na geração de emprego e renda, como *clusters* e cidades criativas. Ilustram essa modalidade o *cluster* Palermo Hollywood, em Buenos Aires, que assume a indústria audiovisual como estímulo para a requalificação da área; e, a LX Factory, em Lisboa, que transformou o complexo fabril existente em uma fábrica de cultura (Fig. 6).



Fig. 5 – High Line Park, 2009-2014, Nova Iorque, Diller Scofidio + Renfro. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/627644/um-passeio-pelo-high-line-com-iwan-baan>



Fig. 6 – LXFactory, Lisboa, 2008, Mainside Group. Fonte: <https://www.trienaldelisboa.com/ohl/espaco/lx-factory/>

Todavia, mesmo com um viés participativo, é notório que estas intervenções, ainda, pautam a valorização financeira das áreas e a cultura como objeto de consumo. Em vista disso, percebe-se que o fenômeno de segregação social se intensificou até a atualidade, principalmente com a afirmação dos governos neoliberais.

brasil

Por ser parte de um fenômeno global, as experiências europeias e americanas podem ter reverberações nas práticas brasileiras, sendo estas sistematizadas por autores como Bonduki (2010) e Sant’anna (2017; 2018).

Iniciadas na década de 1930, as políticas nacionais acerca do patrimônio sustentaram até a década de 1970 o entendimento deste como obra de arte que, como tal, deveria ser salvaguardado por regras rígidas de preservação e por procedimentos de fiscalização. São afetadas por estas políticas “cidades-monumentos”, como os conjuntos urbanos coloniais mineiros tombados entre as décadas de 1930 e 1940, e as poucas obras eleitas para a preservação entre 1945 e 1970, quase sempre isoladas dos contextos onde se inserem.

A partir de 1970, novas diretrizes traçaram uma gestão descentralizada do patrimônio e o seu aproveitamento para atividades econômicas,

como o turismo que poderia gerar recursos para a sua própria preservação. Por outro lado, desde um entendimento de “cidade-documento”, a proteção patrimonial recaiu também sobre sítios urbanos relevantes, não só por suas configurações físico-espaciais, mas também pelos seus processos histórico-sociais. Sobre esses, a preservação deveria contemplar marcas deixadas pelo tempo, evitando a recomposição de cenários do passado.

A década de 1980 foi marcada pela crítica aos modelos de preservação até então adotados. Foram questionados temas como: tombamentos autoritários, sem a participação popular; incentivos fiscais a ações privadas de preservação; usos inadequados de edifícios históricos e modificações incompatíveis com políticas de preservação; falta de conhecimento da mão de obra sobre o trabalho com patrimônio e da população sobre a importância da preservação dos bens históricos, além da ineficiência do poder público para tratar os temas envolvidos.

É neste contexto que o Brasil irá alinhar as discussões sobre *preservação urbana* com aquelas que se consolidavam nos territórios estadunidense e europeu. Além de eventos que visavam discutir a reabilitação e revitalização de centros históricos, como o 1º Seminário para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos (Petrópolis – 1987), surge também uma série de políticas patrimoniais, como o Programa Cidades Históricas (1973)⁷, e de políticas de comunicação destinadas aos cidadãos, em prol da criação de sentimentos de pertença e identidade, que veio a culminar na legitimação de práticas urbanas implementadas por gestões públicas, como ocorreu em Curitiba.

Foi só na década 1990, contudo, que se observa mais explicitamente uma série de intervenções patrimoniais destinadas ao turismo e ao lazer, alinhando-se com o cenário global já discutido. Experiências em áreas centrais das várias capitais brasileiras exploraram o conceito de “cidade-atração”, onde o patrimônio foi tomado com um atrativo para novas atividades, usuárias e dinâmicas. Partem daí experiências que privilegiam intervenções em fachadas e a composição de cenografias urbanas, des-

⁷ De acordo com Bonduki (2010), o Programa Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, se voltou, primeiramente, a cidades do nordeste brasileiro e, anos mais tarde, avançou para outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Baseado numa estratégia de implementação descentralizada, o programa buscou restaurar bens de interesse nos núcleos históricos que ajudariam a promover atividades turísticas, apoiando também outras atividades, como a educação patrimonial e a formação de mão de obra qualificada.

considerando demais dimensões do patrimônio material e imaterial. Estes processos, como anteriormente citados, levaram à higienização e gentrificação de centros históricos, sendo um exemplo deste a Revitalização do Pelourinho, em Salvador, cuja intervenção se centrou no patrimônio edificado (Fig. 7).



Fig. 7 – Pelourinho, 1992-1993, Salvador. Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.155/7841>

Grande parte dessas ações foram amparadas pelo Programa Monumenta (1997)⁸, que buscava promover o desenvolvimento autossustentável das áreas recuperadas, via exploração turística. Ao centralizar suas ações na reabilitação de edifícios de interesse histórico, o programa fomentou a transformação das funções originais destes espaços e, em decorrência dos processos de especulação imobiliária vinculados, a expulsão de pessoas que ali moravam. Destaca-se ainda que o Programa contou com processos participativos, em que os resultados foram aquém do esperado (BONDUKI, 2010), provavelmente por buscar mais legitimar as ações em curso do que promover o engajamento social dos envolvidos sobre os conflitos existentes e emergentes em torno do tema.

Anos mais tarde, a atuação de diferentes agentes em benefício dos projetos de requalificação urbana, apresentadas anteriormente nos progra-

⁸ O Programa Monumenta atuou em duas diferentes áreas: a) investimentos integrados: financiamento de projetos, obras e outras intervenções; b) ações concorrentes: iniciativas voltadas para a educação patrimonial, qualificação de mão de obra, fortalecimento institucional e o fomento de atividades econômicas (BONDUKI, 2010).

mas governamentais, foi regulamentada pelo Estatuto da Cidade (2001) e nomeada de operações urbanas consorciadas (VARGAS; CASTILHO, 2015). Sob a coordenação do Poder Público Municipal, as intervenções objetivavam promover transformações urbanas de determinadas áreas, aliadas a melhorias sociais e à valorização ambiental e contavam com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados. No que se refere aos impactados por estes empreendimentos, a lei também previa certa preocupação, ao determinar a criação de programas de atendimento sociais e econômicos (BRASIL, 2001).

Vinculados a qualificação do espaço público e a busca por novos investimentos imobiliários, turísticos e culturais, os projetos derivados destas operações como o Nova Luz (SP, 2005), discutido por Vargas e Castilhos (2015), e o 4º Distrito de Porto Alegre (RS, 2016), apresentado por Turkienicz (2016), associam-se ao que já foi percebido no cenário internacional, uma vez que buscam mais incentivar o giro da economia, do que se comprometer efetivamente com o tecido social existente nestas áreas.

1.2 revitalizar por concursos

O fenômeno da revitalização urbana, como já observado, envolve a construção de novas imagens identitárias que operam como marcas ou grifes a serem consumidas. Para facilitar esse consumo, as intervenções tendem a seguir modelos globais que homogeneizam e higienizam realidades locais, sendo estes modelos produzidos e legitimados por sutis artifícios (JACQUES, 2005; JEUDY, 2005; LIPOVESTKY; SERROY, 2015).

Entre estes artifícios, surge a promoção de concursos públicos de projetos de Arquitetura e Urbanismo de revitalização. Nessas práticas, os termos de editais, bem como o perfil de jurados e o tradicional veto ou limitação da participação popular, podem ser fatores que condicionam

(ou garantem) a obtenção de projeto filiados aos referidos modelos globais, em detrimento das realidades locais. Por outro lado, a publicidade envolvida na divulgação e premiação desses concursos, por si própria, já se constitui como uma estratégia eficiente para a construção de uma imagem positiva urbana.

É neste contexto que parece relevante discutir os concursos, para além do senso comum de que estes são instrumentos democráticos, como é recorrentemente apregoado pela cultura disciplinar, entendendo seus alcances não só estéticos, mas também ético-políticos.

a cultura dos concursos

Os concursos cumprem um importante papel na cultura arquitetônica e urbanística e, talvez por isso, são objetos de debates calorosos. Entre suas defesas, estão os argumentos de que estes são instrumentos que oportunizam experimentações criativas e inovadoras, livres de dogmas disciplinares e imposições do mercado; que dão visibilidade não só a arquitetos com carreiras consolidadas, mas também a jovens profissionais; que ampliam debates sobre a prática da arquitetura e do urbanismo, junto à academia, à profissão e a leigos, por meio de exposições e publicações; que dão visibilidade e valorizam a profissão. Ainda, quando frutos de iniciativas públicas, os concursos são defendidos como instrumentos que possibilitam uma contratação clara, com amparo legal em licitações de serviços.

Por outro lado, concursos também são criticados por seus formatos, seus critérios de avaliação, seus resultados e, por fim, encaminhamentos. Neste contexto, são pautados temas tais como: falta de remuneração do júri, tidos como voluntários, e de participantes, tidos como capazes de trabalhar "a risco"; restrição de acesso a concursos fechados, endereçados a arquitetos de prestígio; resultados "injustos", condicionados por critérios de avaliação obscuros ou subjetivos e por um corpo de jurados conservador; por fim, o vazio existente entre obras premiadas e não exe-

cutadas ou desenvolvidas por terceiros, desrespeitando o projeto autoral.

De qualquer modo, a maioria das críticas não contesta a dimensão “democrática” dos concursos, o que parece ser uma premissa quase incontestável. De fato, os concursos refletem valores democráticos de governos e instituições que os promovem, pois é prática incompatível em gestões autoritárias movidas por interesses particulares e pelo controle da liberdade de expressão e da confrontação de ideias. O mesmo valor recai a instituições e entidades de classes que os organizam, já que permite a participação supostamente igualitária de todos os profissionais que representa, como é o caso hoje do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que organiza grande parte dos concursos nacionais.

Entretanto, os concursos também podem ser avaliados na perspectiva de que os **arquitetos e urbanistas** são tidos como os únicos personagens “aptos” a conceber-julgar-concretizar resultados e que a **sociedade**, então, é “inapta” a pensar-atuar no processo de construção das cidades. Isso coloca os concursos como campos de disputa nem sempre explícitos, como aponta Sobreira (2021), e impõem reflexões sobre o conceito de “democracia”.

concursos x democracia: uma trama possível?

A origem da democracia se relaciona à ideia de *governo do qualquer um*, quando propunha a destituição de hierarquias para atribuir funções cívicas aos cidadãos de forma aleatória, acatando assim diferenças e contradições entre os mesmos. O *governo da maioria* surgiu quando a democracia foi associada à eleição ou o voto, um sistema de representatividade que entende que alguns são mais “aptos” que outros para ocupar determinados cargos, o que levou à governança sem a participação direta de todos envolvidos (RANCIÈRE, 2005).

Por outro lado, pode-se dizer que hoje, com os governos neoliberais, a democracia se relaciona também à ideia de *governo sem povo*, sem di-

vergências e interferências dos “inaptos”. Neles, a pretensa igualdade é representada somente no momento do voto, necessário para que os poderes se legitimem, mas é logo suplantada por meio de dois artifícios: as decisões são delegadas somente a especialistas, os “aptos da vez”; ou são simuladas em processos pseudodemocráticos momentâneos que não possibilitam o comprometimento dos envolvidos e, portanto, abrandam movimentos de resistências. Ao delegar decisões somente a especialistas, esse sistema aparta conhecedores e ignorantes e usa a hiperespecialização e fragmentação do saber, inacessível aos cidadãos, em seu favor, expulsando assim os sujeitos do campo político (RANCIÈRE, 2005).

A partir desta discussão, é necessário lembrar que a maioria dos concursos de arquitetura e urbanismo são operados e validados pelos saberes técnicos de profissionais, amparados por *governos da maioria ou governos sem povo*. O referido IAB, por exemplo, tem se mostrado hábil em mobilizar poderes econômicos e políticos a promover concursos e, por outro lado, determina que a composição dos jurados seja restrita a arquitetos e urbanistas. Portanto, o democrático dos concursos está profundamente baseado no critério da representatividade que, por sua vez, aparta, ética e politicamente, os sujeitos do direito à cidade.

Desde aí, parte-se do pressuposto de que as comunidades não são “aptas” a conceber e avaliar. Seu “gosto” seria produzido por um senso comum ou por informações midiáticas e que, por isso, tendem a escolher opções mais seguras, ao invés daquelas mais radicais que poderiam abrir visões de futuro, ou opções mais atraentes, mas nem sempre funcionais (PORADA, 2013).

Sob esses juízos, atuação popular em concursos vem sendo vetada. Se não vetada, é proposta uma atuação limitada, apenas com poderes consultivos ou com poderes deliberativos sobre temas menores, como a montagem do programa de necessidades (CARRERO, 2012).

Ao assim estabelecer, os concursos constroem artifícios sutis para garantir que os conflitos de interesses nos jogos da constituição da cidade sejam

obscurecidos e, conseqüentemente, que os seus resultados obedeçam a modelos pretendidos por poderes dominantes.

modos-outros

Contrapondo-se a isso, é possível também observar movimentos que reclamam pela participação popular nos concursos. Estes movimentos, de acordo com Guzmán (2022), nascem do entendimento de que a construção das cidades deva se dar de forma compartilhada, retratando realidades e interesses dos diversos grupos sociais afetados.

Essa participação, contudo, não deve obedecer a modelos universais a serem replicados em distintas cidades e gestões, pois é contingente às condições existentes, como aponta Guzmán (2022):

[...] não é possível gerar um modelo de participação universal que possa ser replicado em todos os lugares. A participação será sempre tão contingente quanto o ambiente em que ocorre, entendendo-se que as mesmas condições podem gerar diferentes processos de participação (GUZMÁN, 2022, n.p., tradução do autor).

De qualquer modo, ela exige uma mudança nos modos de operar dos concursos, principalmente no que se refere a suas bases e dinâmicas.

Ali estão explícitas a prevalência ou não de valores e saberes acadêmicos-eruditos em relações aos tradicionais-populares, expressando, portanto, visões de mundo e valores de vida social que condicionam ou não a sacralização estética dos objetos usualmente produzidos (CARRERO, 2012; MONTANER, MUXÍ, 2014).

Diversos programas de concursos que incidem sobre a habitação social podem ilustrar uma maior abertura ao universo das comunidades afetadas, por exemplo, ao legitimarem modos informais ou ilegais de produzir a cidade e buscarem resultados plurais, podendo-se citar o *Favela Bairro* (Rio de Janeiro, 1994) e o *Ideias para a Rocinha* (RJ, 2005) (SOUZA; SAMORA, 2021).

Também nas bases dos concursos, a formulação dos *programas de necessidades*, não como dados rígidos, com zoneamentos, usos e metragens impostos pelo corpo técnico, mas também construções a partir de consultas populares, evidencia uma mudança de perspectiva. O mesmo pode ser dito ao fato destes programas não serem tomados como dados definitivos, comportando usos abertos ou flexíveis, livres à ocupação processual e futura das comunidades envolvidas.

Pode ilustrar programas assim compostos o *Concurso de Urbanização da Favela da Rocinha* (Rio de Janeiro, 2005), em que o programa de necessidades ficava a cargo dos participantes, por meio de diagnósticos desenvolvidos com a população (SOUZA; SAMORA, 2021). No mesmo sentido, vale destacar o projeto vencedor do concurso para o *Le Fresnoy Studio National des Arts Contemporains* (Tourcoing, França, 1991), no qual Bernard Tschumi, por livre iniciativa, buscou promover espaços que, diante de possíveis conflitos entre usuários e comunidade do entorno, oportunizassem convivências e experiências espaciais em usos pré-definidos e, principalmente, eventuais ou acidentais (SOLFA, 2010; ZONNO, 2017).

No que diz respeito às dinâmicas dos concursos, merece atenção a composição de *cronogramas* que, mais do que perseguir resultados, constroem processos com diversos momentos-eventos de interlocuções entre profissionais e comunidade, o que naturalmente coloca em questão os concursos em etapa única. Em etapas prévias, para além das tradicionais visitas técnicas, a previsão de atividades formativas, como palestras, *workshops* e debates públicos, alarga o objetivo-fim dos concursos. No mesmo sentido, está a previsão de etapas intermediárias, com consultas públicas de ideias, propostas semifinalistas e finalistas; e, de etapas posteriores, com eventos de adequação do projeto original, frente aos desafios impostos pelo detalhamento, execução e gestão do espaço.

Ganham destaque nestes modelos de cronogramas, os concursos *Viva o Mercado!* (Belo Horizonte, 2011), *Parque da Cidade*⁹ (Belém, 2020) e *Orla de Charitas*¹⁰ (Niterói, 2021), que foram organizados em três

⁹ Sobre o concurso, consultar: <https://portalfadesp.org.br/?p=7231>; <https://parquecidade.com/>

¹⁰ Sobre o concurso, consultar: <http://www.niteroi.rj.gov.br/tag/orla-de-charitas/>; <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/06/10/niteroi-lanca-consulta-publica-sobre-a-requalificacao-da-orla-de-charitas/>.

fases: votação popular para a escolha de equipamentos que fariam parte do projeto; seleção técnica dos projetos finalistas, com autorias omitidas; votação pública dessas propostas pela sociedade em eventos presenciais ou em plataformas ou aplicativos. No caso do Mercado de Belo Horizonte, três propostas finais foram usadas como alternativas em negociações entre a comunidade, a comissão organizadora e o poder público (ANDRADE, 2011; JOBIM, 2011).

Neste contexto, não se deve perder de vista que a participação, presencial ou remota, pode ser cooptada, reduzida a atividades isoladas ou burocráticas que limitam as possibilidades do “pensar e se expressar” ao simples “votar”, algumas vezes, em respostas induzidas. Nem se deve ignorar que nem todos os envolvidos possuem acesso à internet ou dominam interfaces digitais de votação.

De qualquer modo, sob essa perspectiva participativa, os papéis dos agentes no concurso se desestabilizam. O *corpo técnico* passa a participar juntamente com a comunidade afetada, verificando realidades e negociando-mediando múltiplos interesses, o que exige relações mais horizontais do que aquelas impostas pela hierarquia de saberes. A *comunidade*, por sua vez, passa a ter o que dizer-fazer, tendo que superar a cultura de “delegar” ou “se abster”, imposta por uma ausência histórica de práticas participativas.

Naturalmente, isso deflagra conflitos de diversas ordens. Esses, contudo, como aponta Guzmán (2022), não devem ser apenas “aditivos” aos processos de transformadores da cidade, mas sim, “alicerces” que permitem a sua construção democrática. Nela, todos são aptos a reclamar pela contemplação de realidades locais, a pensar e construir cidades múltiplas, não hegemônicas, longe de modelos globais impostos por projetos de revitalização.

concursos ou projetos participativos de mercados públicos

Modos-outras de intervenção em arquitetura e urbanismo são encontrados em projetos de reabilitação de mercados públicos, eleitos como âncoras em diferentes operações de revitalização urbana, e um dos objetos de estudo desta pesquisa.

Na Europa, o *Mercado Halle Secrétan* (2008-2009, Paris, França) permitiu que a população conhecesse, antes da escolha final, os quatro projetos submetidos ao concurso – mesmo que a escolha final não fosse dos moradores – e, ainda, permitiu que esses discutissem os novos programas e as consequências que a reabilitação traria ao bairro. No *Mercado Municipal de Caminha* (2021, Viana do Castelo, Portugal), os locais puderam eleger o projeto vencedor do concurso. (ARAÚJO, 2021).

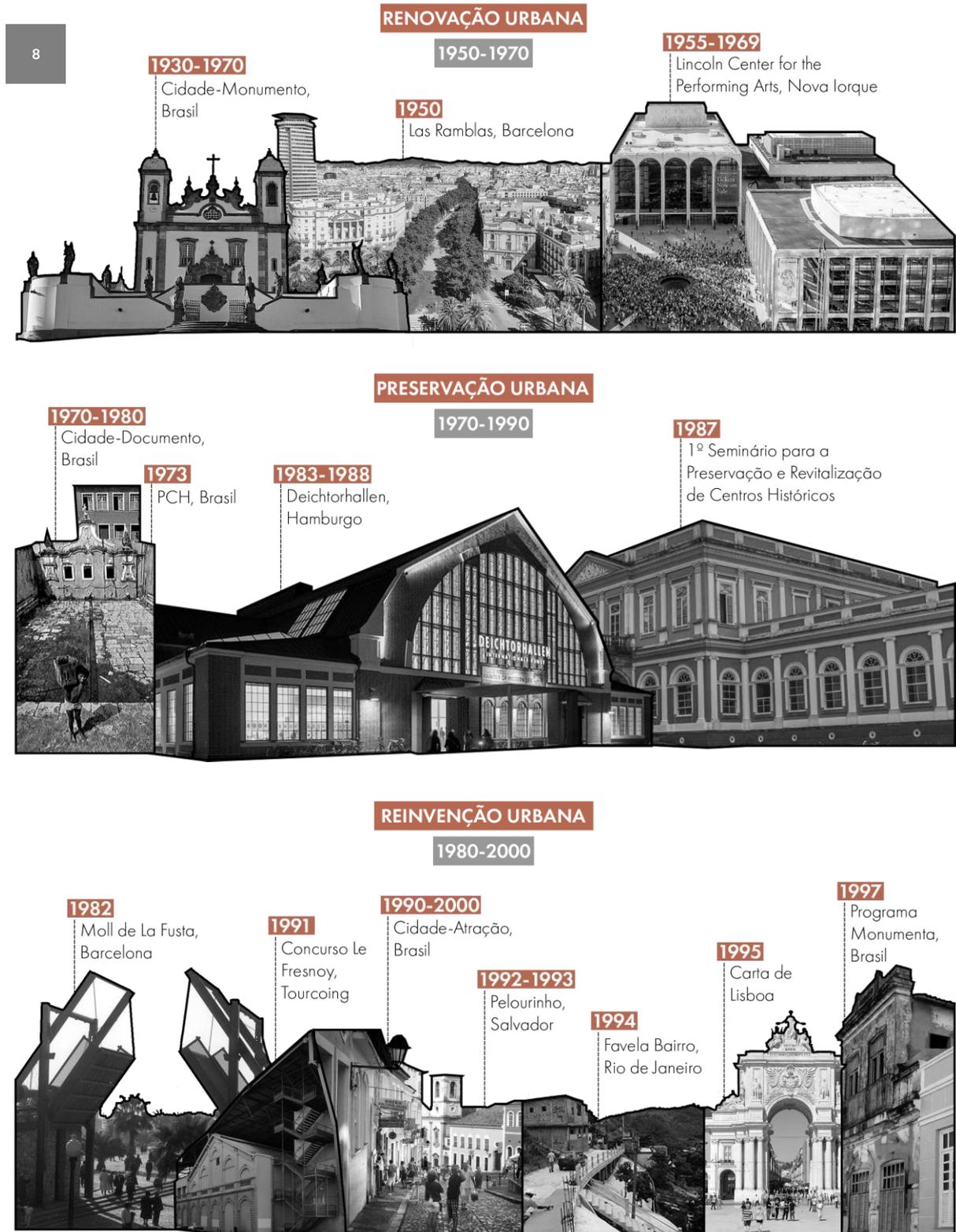
Em território latino-americano, o projeto *Barrio Mercado Montería* (2014, Montería, Colômbia), apesar de não se tratar de um concurso, envolveu uma equipe interdisciplinar – formada por arquitetos, urbanistas, assistentes sociais e economistas – e foi desenvolvido por meio de um processo participativo de desenho urbano, nomeado como Laboratório de Desenho Urbano (LDU). Esse permitiu a atuação de comerciantes, ONGs, autoridades municipais, professores, estudantes de arquitetura e comunicação e proprietários dos prédios da área de intervenção nas etapas de apresentação, discussão e elaboração da proposta de revitalização das áreas envolvidas. (TALLER URBANO BOGOTÁ-VIENA, 2014; ASSAEL, 2015).

No Brasil, mecanismos de participação cidadã surgem no concurso *Viva o Mercado!* (2011), envolvendo o *Mercado Distrital do Cruzeiro*, em Belo Horizonte. Nele, os locais foram os principais responsáveis pela mobilização do concurso e ainda, atuaram junto a montagem do programa de necessidades e da escolha do projeto (ANDRADE, 2011; JOBIM, 2011; GRECHONIAK; COSTA, 2022).

Os diferentes níveis de participação encontrados nos projetos acima citados possibilitaram a análise em maior profundidade do Concurso de Requalificação do Mercado de Lages, apresentado posteriormente.

1.3 síntese

A linha do tempo sobre as operações urbanas, em diferentes tempos e espaços (Fig. 8), revela que, apesar de possuírem diferentes nomeações, o enfrentamento das questões patrimoniais é complexo.



(Continua)

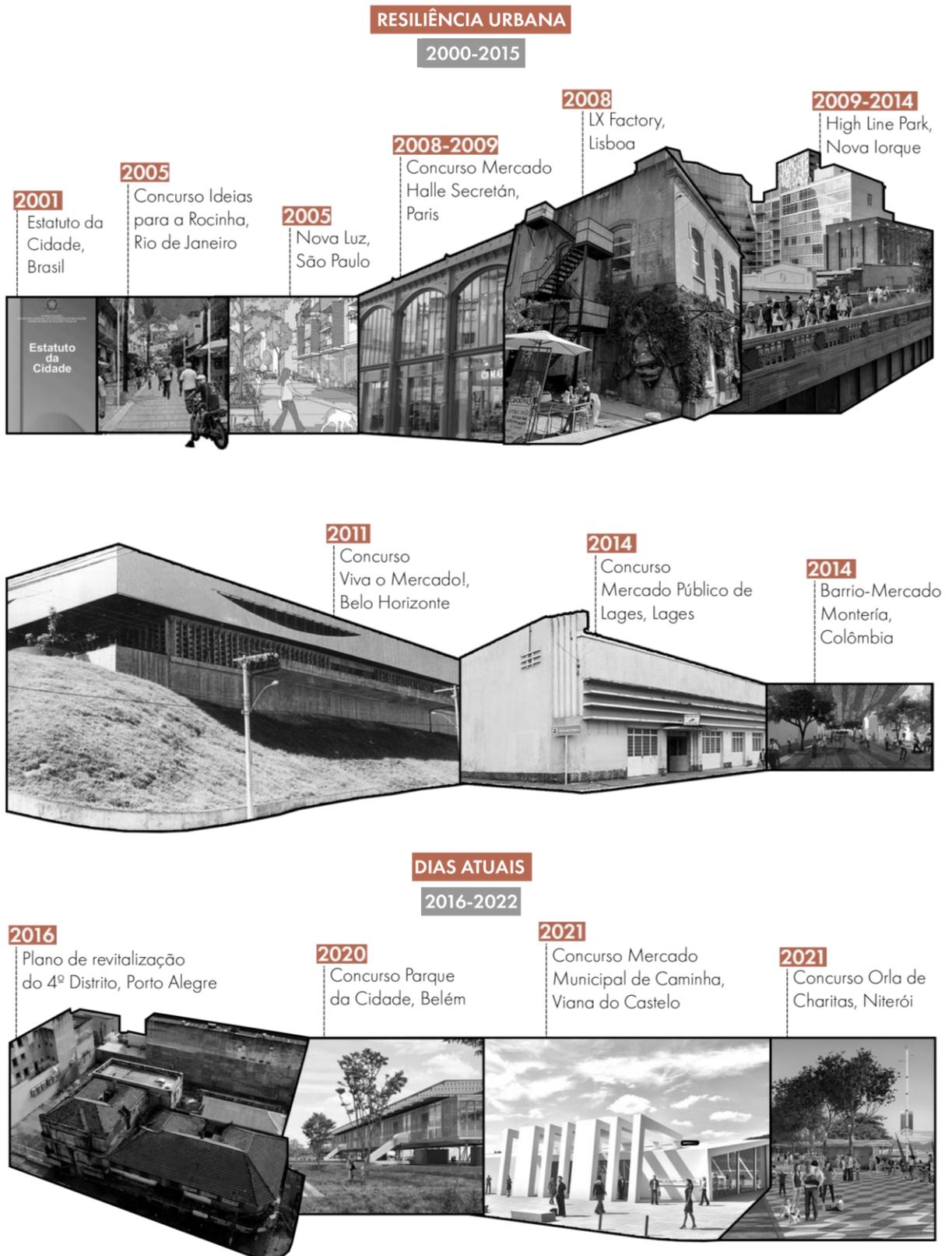


Fig. 8 – Linha do tempo: revitalizações urbanas no mundo. Fonte: Do autor

Esse é impactado pela cultura do consumo, que dita modos de ser e viver e que reverbera no espaço urbano, e, conseqüentemente, nas próprias

representações estético-ético-políticas do que se entende por patrimônio (BAUMAN, 2001; LIPOVESTSKY; SERROY, 2015). Diante disso, estas operações exigem que sejam pensadas não somente a partir do “como” preservar, normalmente centrado entre o preservar ou demolir, como demonstram as práticas correntes entre 1950 e 1970 ou como sugerem cartas patrimoniais. As discussões sobre patrimônio demandam também a reflexão sobre “com quem” e “para quem” a intervenção patrimonial está a serviço, colocando em pauta a discussão sobre os valores-de-uso ou valores-de-troca que estão inseridos nestas intervenções.

Neste sentido, para além da conscientização patrimonial dos leigos, faz-se necessário aderir medidas que os envolva na tomada de conhecimentos sobre os mecanismos de operação sobre a cidade e nas instâncias que decidem sobre os destinos desse patrimônio.

Naturalmente, isso se contrapõe aos desejos e interesses de políticos e especuladores que, historicamente, têm vencido a “disputa” pelo “direito ao patrimônio”. Isso é o que se observou, por exemplo, nas ações de preservação e reinvenção urbana (1970-1990 e 1980-2000), operadas por mecanismo de espetacularização do patrimônio que, ao construir novas imagens sobre ele, o disponibiliza ao consumo do lazer e turismo, resultando em processos de exclusão social e/ou de gentrificação.

Apesar de movimentações contra isso, como a Carta de Lisboa (1990), ou, teoricamente, a resiliência urbana (2004-2015), a prática histórica, aqui e em qualquer lugar do mundo, tem indicado claramente um endereçamento: o mercado imobiliário.

Para tanto, vale-se de uma gama de sutis artifícios, tais como:

- tombamentos sem a participação popular, patrimonialização simbólica ou incentivo à deteriorização, para compor acervos para a especulação imobiliária ou legitimar futuras intervenções de conservação ou de demolição;

- intervenções a baixo custo e/ou com valor apelativo "universal", muitas vezes incompatíveis com políticas de preservação ou com valores locais;
- aparato de programas legais de preservação, muitos com incentivos fiscais ou com estratégias de captação de investimentos de setores privados, como nas chamadas operações urbanas consorciadas;
- ineficiência do poder público para controlar processos de especulação imobiliária vinculados;
- campanhas publicitárias e concursos de projeto que constroem uma imagem positiva e que legitimam as ações.

No conjunto, esses artifícios atuam para legitimar a prevalência do valor-de-troca do patrimônio, em detrimento do seu valor-de-uso.

Em relação aos concursos, esses representam um valioso artifício, visto que moldam a opinião pública, e por serem consideradas pelo senso comum como agenciamentos democráticos, desarticulam movimentos de resistência contra as ações.

Mesmo que existam modos-outras que buscam efetivamente ressignificar a forma de fazer concursos, pautados por procedimentos e instrumentos participativos para cada contexto, a prevalência dos modelos tradicionais ainda hoje se impõe. Organizados e operacionalizados sem representação da sociedade e guiados pelo saber-poder exclusivo de arquitetos e urbanistas, os resultados dos concursos tradicionais produzem e reproduzem os poderes dominantes ou apenas os "mascaram", a partir de eventos burocráticos dedicados a dar publicidade, para legitimar o já decidido.

Acredita-se que a investigação sobre as diferentes maneiras de revitalizar, sejam elas por concurso ou não, torna-se um importante aporte para as discussões posteriores sobre as intervenções realizadas em Lages. Desde aqui, questiona-se a participação popular nestes processos e em quais moldes se estabelecem.

2 REVITALIZAR O VITALIZADO: O CASO DE LAGES

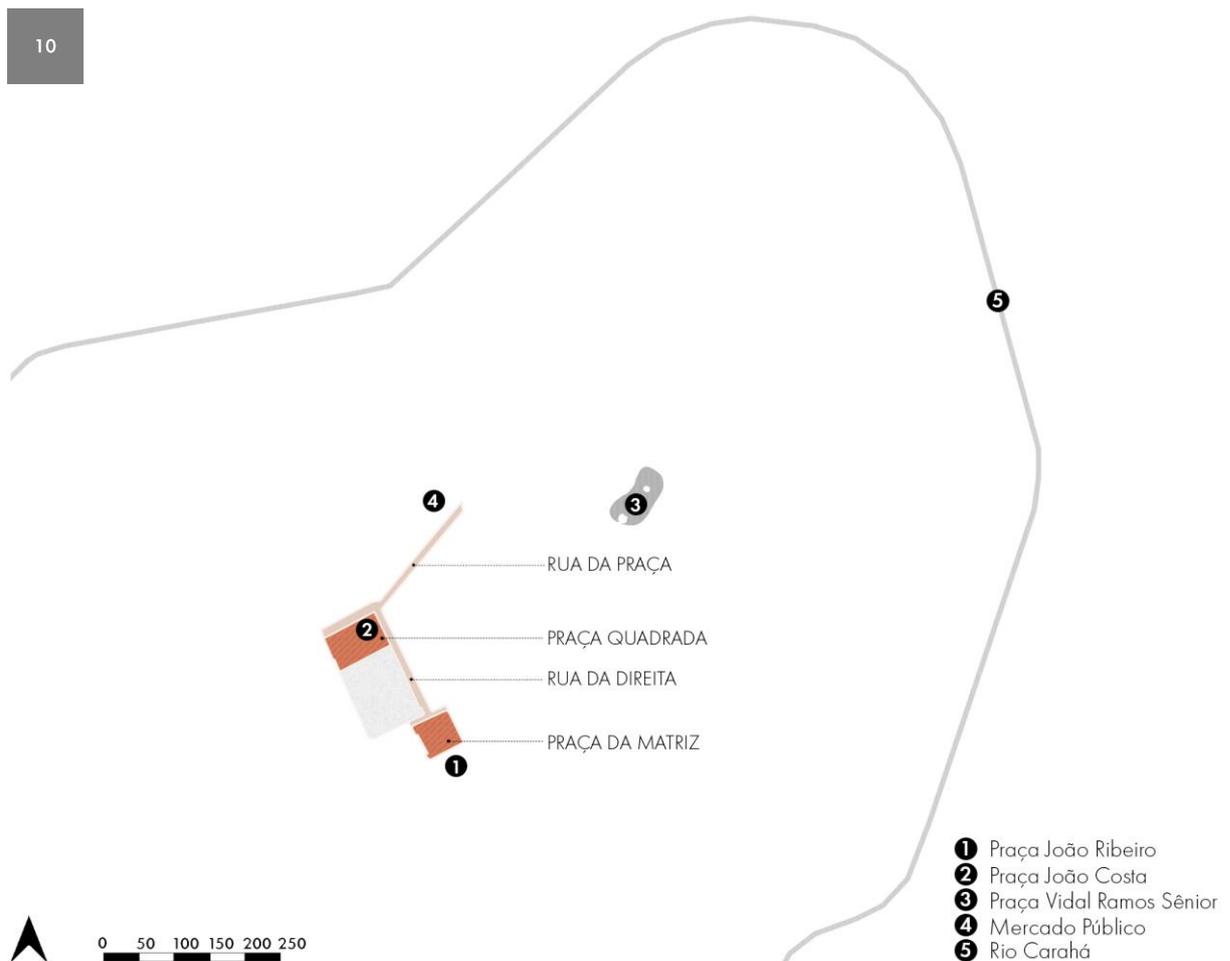
2.1 da sua origem à formação da malha urbana

Lages ocupa uma parcela na denominada região do Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina e sua origem pode ser tida como um dado conflitivo entre povos originários, colonizadores e potenciais invasores. Inicialmente, ocuparam o território populações indígenas das nações Xokleng e Kaingang que passaram a ser pressionadas por tropeiros. Esses consolidaram aí um ponto de apoio ao mercado de gado e de muares do Caminho das Tropas que, então, ligava os centros produtores e consumidores do Rio Grande do Sul e São Paulo. Apesar dessa ocupação inicial, a região ainda se apresentava vulnerável às expansões dos territórios espanhóis, o que levou a Capitania de São Paulo a investigar pontos estratégicos para consolidar os seus domínios territoriais (Fig. 9). Assim, a partir de 1766, iniciaram-se os processos de fundação da vila que, após duas tentativas frustradas em outros sítios, encontrou no terreno atual, margeado pelo Rio Carahá, as condições favoráveis para sua constituição, estabelecido, em definitivo, em 1769. (PEIXER, 2002; SANTOS, 2020).



Fig. 9 – Caminho Viçosa-São Paulo, com indicação no ponto “A” de onde seria a Vila de Lages. Fonte: Santos (2021, p. 57)

Neste mesmo ano, Lages tem sua primeira planta (Fig. 10). O traçado urbano do núcleo fundacional foi orientado pelas primeiras residências, indicadas com o nome de seus proprietários, e está diretamente ligado aos planos ortogonais dos povos ibero-americanos do período colonial. Esse só não pôde ser extremamente regular devido à topografia do local, sofrendo adaptações (SANTOS, 2020).



Nesse traçado, se destacam dois arruamentos largos, em esquadro, que culminam em duas praças, peças importantes da primeira configuração urbana. Em cada uma delas, já era previsto um prédio público importante para a vila. A *Praça Quadrada*, atual João Costa, é o resultado da intersecção entre a "Rua Direita" e a "Rua da Praça", e ali estava a Casa de Câmara e Cadeia; ao seguir pela "da direita", até o ponto mais alto da vila, encontrava-se o *Largo da Matriz*, atual Praça João Ribeiro, onde estava a Igreja. (SANTOS, 2020).

Fig. 10 – Esquema gráfico da planta da Vila de Lages (1769). Fonte: Do autor

O povoado é elevado à categoria de vila em 1771, quando também é erguido o Pelourinho. Afirma-se assim os controles militar, político, econômico e social do território, como menciona Peixer (2002).

Nos primeiros anos de formação, de acordo com Santos (2020), a expansão urbana se deu ao longo das ruas anteriormente citadas, entendidas como linhas de crescimento (PANERAI, 2006). Ao longo desses eixos, já se observa dois polos em torno dos quais as novas estruturas tendem a se organizar: na porção norte, a Igreja Matriz; e no fim da Rua “da Praça”, a nordeste, onde morava o fundador da vila, Antônio Correia Pinto. A partir deste recorte, nota-se que Lages reproduz o que Panerai (2006, p. 62) observa historicamente em outras cidades – “uma estrutura bipolar que materializa no solo alguma divisão de poder” –, podendo essa estrutura estar aqui representada por duas entidades de poder local, o religioso e o político. (Fig. 11)

Para além da disputa de poderes, também condicionou esse crescimento a barreira física (PANERAI, 2006) imposta pelo “Tanque Velho”. Localizado na porção leste da Rua Direita, demarcado na planta como Rua do Poço, o tanque ocupava uma área com nascentes e banhados, o que, por sua condição alagadiça, dificultava a ocupação (SANTOS, 2020). (Fig. 12)

Essa estrutura urbana se manteve estagnada até meados do século XIX, mesmo após ter o seu território transferido da Capitania de São Paulo para a Capitania de Santa Catarina, em 1820. Deve-se a isso o fato de que sua base econômica ainda estava assentada no meio rural. (SANTOS, 2020).

A expansão da malha viária aconteceu somente após a Revolução Farroupilha, período em que a vila foi elevada à categoria de cidade, em 1860 (PELUSO JÚNIOR, 1991). Nesse contexto, o núcleo colonial teve seus limites transpostos, articulados principalmente com os recursos hídricos, todavia, manteve-se com um traçado regular, como um tabuleiro de xadrez, observa Santos (2020). (Figs. 12 e 13). À oeste, a cidade cresceu com a construção do Tanque Novo, conformando um novo polo de

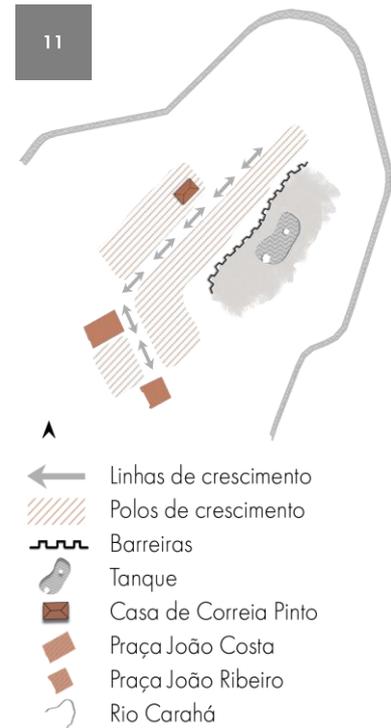


Fig. 11 – Diagrama de evolução urbana (1). Fonte: Do autor

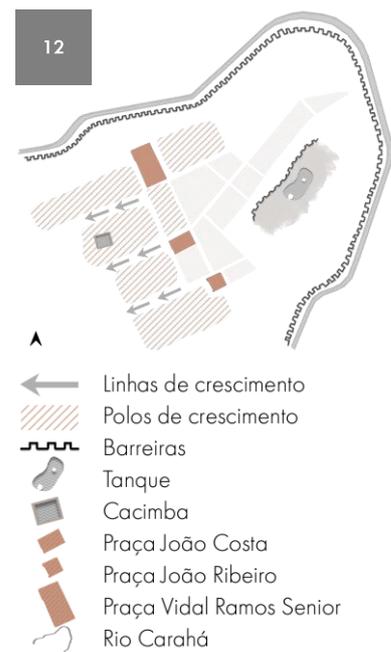
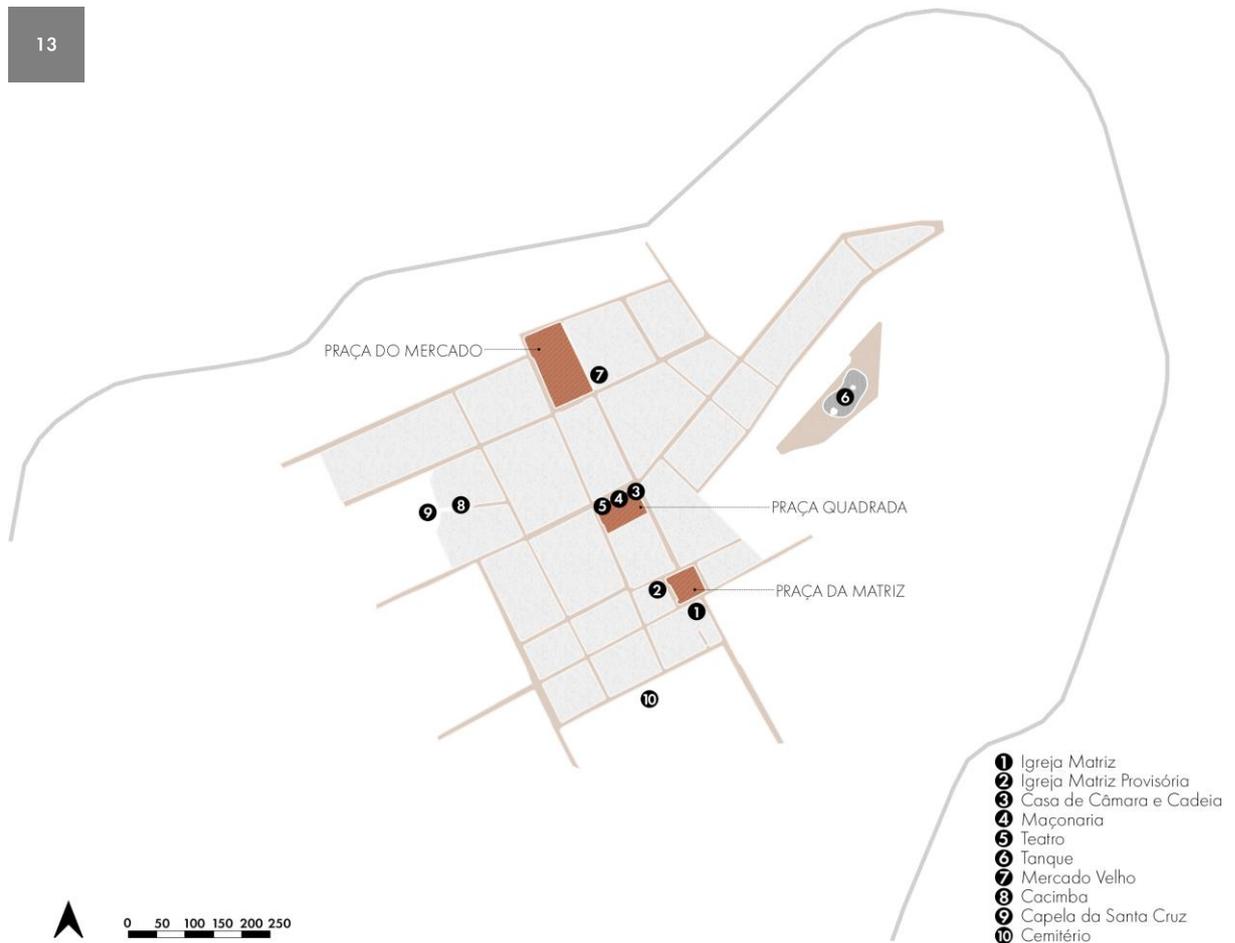


Fig. 12 – Diagrama de evolução urbana (2). Fonte: Do autor

crescimento, já que suas margens ofereciam terrenos secos e regulares. Ao norte, o crescimento se deu até às margens do Rio Carahá, onde originou-se a *Praça do Mercado*, atual Vidal Ramos Sênior (SANTOS, 2020). O rio, contudo, se manteve, como uma barreira que o crescimento da cidade não transpôs.

13



Alterações urbanas expressivas somente aconteceram entre as décadas de 1940 e 1960, marcadas pelo desenvolvimento acelerado e o grande *boom* econômico do Ciclo Madeireiro, assim como pelas ações de “embelezamento” urbano. Neste momento, surgiram em área contígua ao centro da cidade, os bairros Da Brusque, Lagoão e Banhado – destinado aos negros e aos pobres – e, nos arredores da cidade, vilas operárias e loteamentos individuais que mais tarde se transformaram em bairros (PEIXER, 2002). Entre a área central e os novos bairros configuravam-se vazios urbanos e, que podem ser entendidos como limites entre dois mundos, o rico e o pobre-operário. (Figs. 14 e 15)



Fig. 14 – Diagrama de evolução urbana (3). Fonte: Do autor



Fig. 15 – Esquema gráfico da planta do núcleo da cidade de Lages (1940).
 Fonte: Do autor

Na década de 1970, com a decadência da exploração madeireira, a cidade enfrentou problemas de planejamento urbano, condicionados principalmente pela evasão populacional, já que números expressivos de pessoas migraram para outras regiões em busca da oportunidade de trabalho.

Neste período, observam-se distintas estratégias para o enfrentamento dessa crise. Inicialmente, mesmo com a maior parte da população vivendo nas áreas mais periféricas da cidade, a gestão municipal priorizou investimentos na área central com obras de pavimentação e remodelação de espaços públicos, e na criação de um setor industrial, revela Peixer (2022). A partir de 1977, contudo, sob a governança do arquiteto Dirceu Carneiro, foi proposto um programa de democracia participativa,

conhecido nacionalmente como “A Força do Povo”. Esse era centrado nos problemas da periferia e buscava promover a organização popular, bem como projetos de educação popular (ALVES, 1980; PEIXER, 2002).

Essa participação popular envolveu também a definição de um novo plano diretor, em que contava com o apoio de jovens arquitetos. De acordo com Peixer (2002), esse plano buscava dar um novo encaminhamento ao espaço urbano, um projeto de cidade que, em se propondo mais igualitária, se opunha aos discursos da elite local e aos processos de desigualdade social, como demonstra o depoimento do prefeito-arquiteto:

Então essas coisas nós fizemos aqui para demonstrar à sociedade que ela não é um mecanismo de acumulação de capital, como pretendem os especuladores, a cidade é um lugar para o homem morar, e ele tem que ter o mínimo de dignidade para morar na cidade, e isto é possível obter desde que haja uma política urbana compatível com os interesses da cidadania (CARNEIRO apud CAMINHA, 1992, p. 52).

A participação popular, contudo, estava relegada após o término do mandato de Carneiro (1977-1982). Assim, a cidade voltou a ser construída a partir dos ideais “tradicionais”, ordenados pela industrialização, urbanização, valorização dos espaços centrais e a exclusão cidadã de grupos minoritários, culminando na construção de um novo plano diretor intitulado Projeto “Nova Lages” (PEIXER, 2002).

Esse plano, junto com algum nível de retomada do crescimento econômico, acentuou a confrontação entre centro e periferia, o que já se desenhava desde a década de 1940. De um lado, a cidade se espalhou para áreas mais distantes, consolidando novos centros urbanos (Fig. 16). De outro, após longo período de subutilização, o centro passou a ser alvo de intervenções urbanas que buscavam reconstruir a imagem da cidade.



Fig. 16 – Esquema gráfico da planta do núcleo da cidade de Lages (2022).
Fonte: Do autor

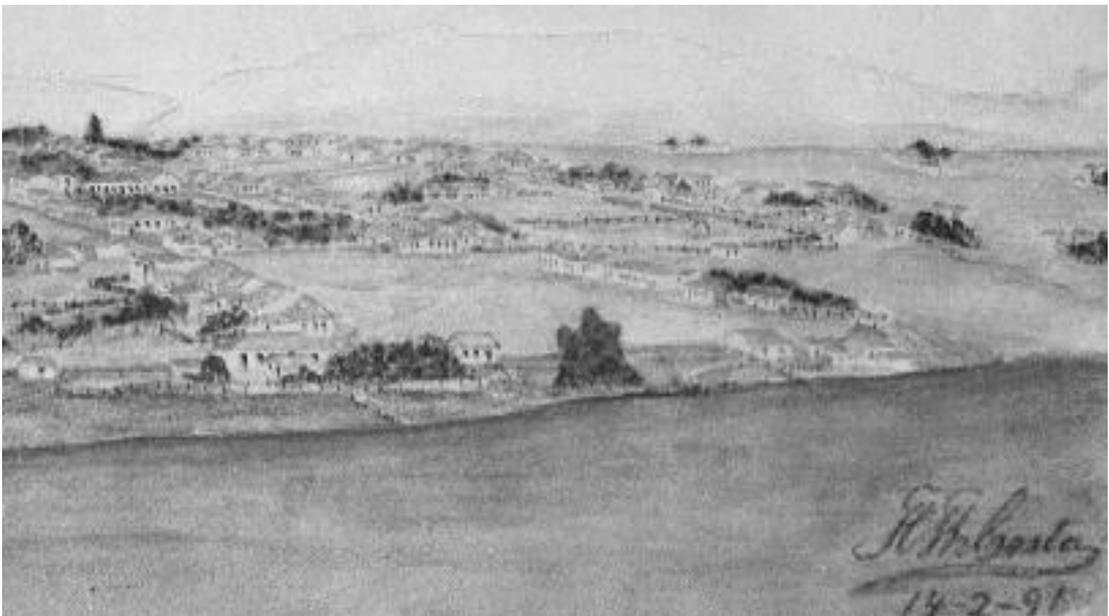
Estas ações podem ser encontradas na Lei de Tombamento do Município, de 1995, que incluía um projeto de “revitalização” do centro histórico¹¹. Nela, o problema do patrimônio foi reduzido à preservação de fachadas e assumia feições estetizantes ao propor a disposição de mobiliários urbanos e o ordenamento da comunicação visual. Contudo, pela pressão dos setores contrários às políticas de preservação histórico-cultural, o projeto não teve continuidade.

A “revitalização” proposta, portanto, é desvirtuada de seu sentido original. Como já discutido, essa ação visa reestabelecer a vitalidade urbana de áreas decadentes (CARTA DE LISBOA, 1995), o que não se aplica ao caso do centro de Lages que, apesar de enfrentar dificuldades impostas pela dinâmica econômica da cidade, nunca esteve em estado de

¹¹ A Lei de Tombamento do Município (1995) buscou inserir a preservação do patrimônio histórico-cultural no planejamento e na gestão urbana. Dividido em três eixos – processos de tombamento, educação patrimonial e revitalização do centro histórico da cidade –, os projetos dela derivados duraram apenas durante as gestões de Fernando Agostini (1994-1996) e Décio Ribeiro (1997-2000), devido a pressões sofridas por movimentos contrários (PEIXER, 2002).

abandono. No entanto, historicamente, a retórica das gestões públicas forja a ideia desse abandono para legitimar seus desejos de impor ações “modernizantes”. É desde essa retórica que o termo é assumido neste trabalho, obviamente, com um caráter crítico ao seu uso.





(Continua)



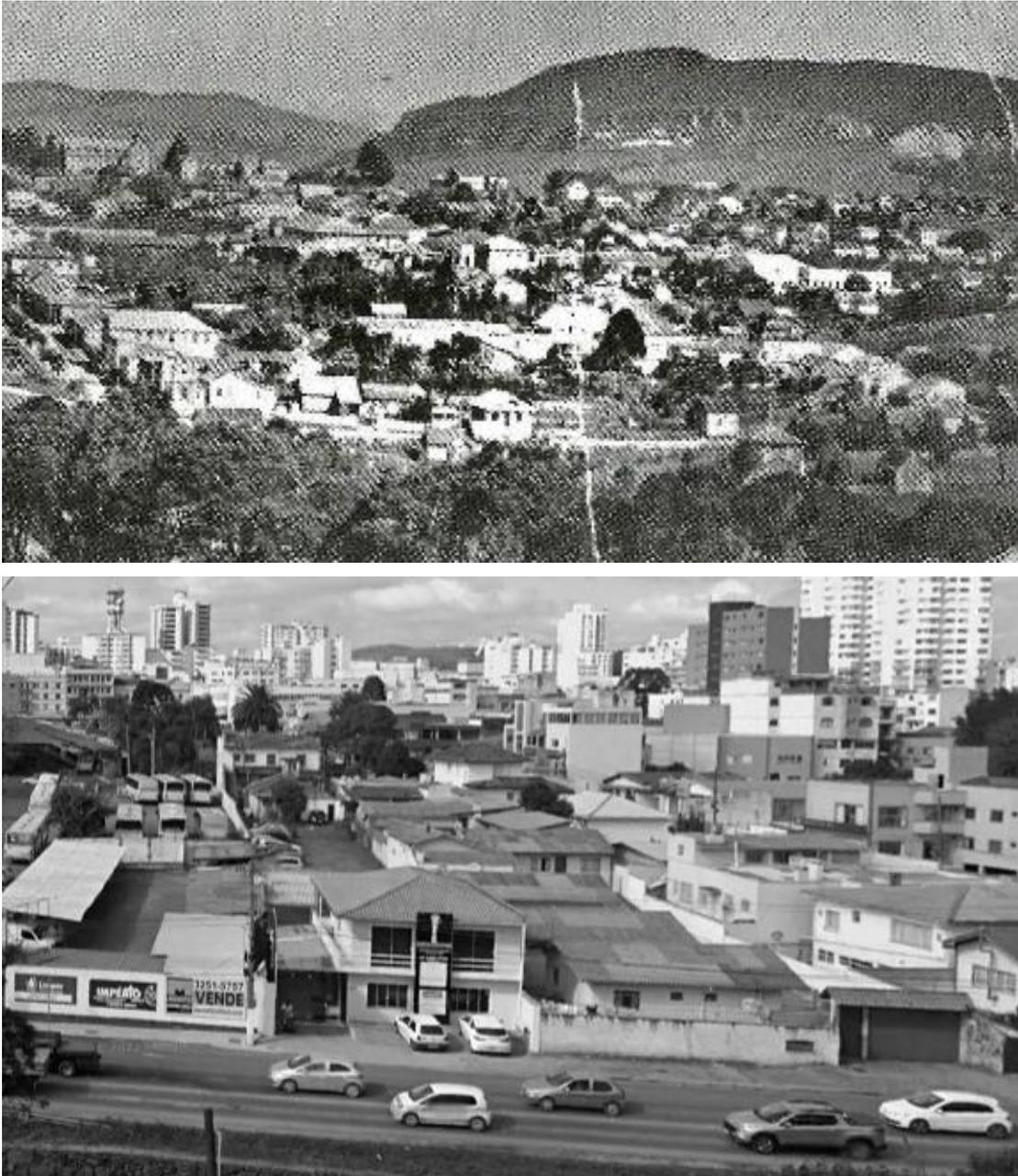


Fig. 17 – Vistas panorâmicas de Lages: (a) 1866; (b) 1896; (c) 1940; (d) 2022. Fonte: (a), (b) e (c) Acervo Museu Thiago de Castro; (d) Google Earth

2.1.1 o “eterno” demolir-construir e apropriar-segregar da origem à década de 1940: as oligarquias e a cidade

Desde sua fundação, e principalmente nas décadas de 1940 e 1950, Lages vivencia o ordenamento do seu espaço mobilizado por discursos de necessidade de “mudanças”, de promoção do “progresso” e de “modernização”.

Historicamente, esses discursos buscaram romper com um provincianismo ou uma imagem “negativa” da cidade, como demonstram apontamentos feitos pelo médico europeu Robert Avé-Lalleman^t, em 1858, durante sua visita à Lages:

– Mais c’est un trou, monsieur! – exclamou o meu “spahi” quando avistamos o lugar. E na verdade tive de refletir para reconhecer a aldeia que estava diante de nós como a vila de Lajes [...]. Decerto se deve convir que é uma vila, que tem ruas, duas ou três até bastante largas e regulares. Mas faltalhes, na maioria, boa aparência. Quase todas as moradas são térreas, geralmente faltam vidraças nas janelas, o que dá aparência erma (AVÉ-LALLEMAN^T, 1980, p. 68-71 apud SANTOS, 2020, p. 210).

Por outro lado, é importante observar que esses mesmos discursos foram proferidos pela gestão pública que, por meio de instrumentos legais, legitimava os interesses das elites ou oligarquias locais¹², já que estas compunham quase exclusivamente as cadeiras da Câmara Municipal (SERPA, 1996). Neste contexto, cabe destacar os Códigos de Postura¹³ que vigoraram em Lages entre 1836 e a década de 1940 e que, junto com outros agenciamentos culturais, impactaram a configuração urbana da cidade.

Os dois primeiros Códigos de Posturas de Lages datam, respectivamente, de 1836 e 1845, quando ainda era uma vila. Ambos versam sobre questões estéticas e de segurança, como ilustram as normas de 1845 para a renovação de edifícios, especialmente aqueles que construídos na época de fundação da vila encontravam-se arruinados, e para o calçamento obrigatório em frente às casas (SERPA, 1996; SANTOS, 2020).

¹² Peixer (2002) relata que, até meados do século XX, Lages possuía uma estrutura política local baseada em duas oligarquias, Costa e Ramos. Foram, principalmente, sob as disputas entre estas duas famílias que Lages se vê imersa nos discursos pela construção do “progresso” e da “modernidade”, que regulamentaram os espaços e práticas sociais.

¹³ Criados no século XIX, os códigos de posturas municipais configuraram-se por uma coletânea de normas e regulamentações, redigidas pelas autoridades locais, em relação ao cotidiano da população. Destes documentos emergiram questões relacionadas à sociedade e seus comportamentos, ao ambiente urbano, à saúde pública, dentre outros. Ainda, em caso de descumprimento destas leis, os habitantes estavam destinados a pagar multas ou, em caso de maior gravidade, serem presos (SCHMACHTENBERG, 2008).

Em 1862, dois anos após se tornar efetivamente uma cidade, surge um novo Código de Posturas. Nestes escritos, a gestão municipal procurava melhorar a imagem da cidade, de modo que atingisse, efetivamente, um *status* urbano e se igualasse a outras cidades catarinenses, principalmente nos modos de construção, no dimensionamento e no acabamento das residências (SANTOS, 2020).

O último código de posturas da cidade foi aprovado em 1895, sofrendo poucas atualizações nos primeiros anos de 1900 e sendo aplicado até a década de 1940. Dividido em onze títulos, a regulamentação percorria os padrões construtivos, as condições de saneamento e saúde pública e os padrões de comportamento ou condutas de grupos sociais (SANTOS, 2020; PEIXER, 2002).

Serpa (1996) e Peixer (2002) discorrem que estes ordenamentos e reformas buscavam delinear um projeto de cidade baseado em padrões culturais, arquitetônicos e comportamentais europeus, acreditando ser este o ideal para o progresso civilizatório. Em conformidade a isso, Santos (2020) expõe que naquele momento foram desestimuladas as configurações do espaço urbano e das construções de origem colonial portuguesa, associadas a uma ideia de atraso e, portanto, contrárias ao desejo de modernização e progresso.

Estas ações desencadearam, inicialmente, em três marcos significativos de reconfiguração espacial e reorganização das forças sociais da cidade, como discute Peixer (2002), sendo eles: a transferência e construção do Palácio Municipal (1901); a construção da Catedral Diocesana (1922) na Praça João Costa; e a construção do Grupo Escolar Vidal Ramos (1913), respectivamente símbolos do poder público, do poder religioso e marco da educação pública e laica. (Figs. 18, 19 e 20).

Enfim, o palácio municipal, a igreja e o colégio foram construções que se destacaram, tornando-se espaços de referência na localidade e, no processo de construção física dos mesmos, observando-se a construção simultânea da hegemonia do grupo, como forças políticas e religiosas bem delimitadas (PEIXER, 2002, p. 61).

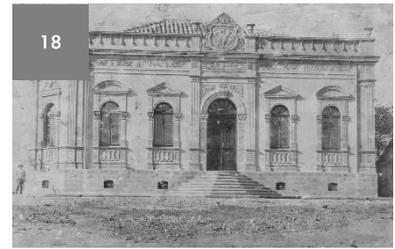


Fig. 18 – Palácio Municipal. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro



Fig. 19 – Grupo Escolar Vidal Ramos. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro



Fig. 20 – Catedral Diocesana. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Para além dessas intervenções arquitetônicas, neste mesmo período, Serpa (1996) e Peixer (2002) indicam dois agentes culturais que atuaram na consolidação de uma modernidade elitizada em Lages: as agremiações ou clubes e a imprensa. O primeiro monopolizava em espaços privados atividades musicais, teatrais, cinematográficas, literárias e festivas, abdicando dos espaços públicos para criação e manutenção de suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e comportamentais, assim como ocorria nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Essa também era uma forma de se diferenciar e distinguir das outras classes sociais, conforme descreve Serpa (1996):

[...] Então, são muitas destas pessoas [...] que irão tomar a iniciativa de fundar um jornal, criar um clube, investir na educação, organizar blocos carnavalescos, escrever nos jornais, fazer discursos, criar grupos teatrais, organizar associações beneficentes, fazer campanhas em prol da construção de um hospital, elaborar leis que intervêm na organização e reorganização do espaço pública e até da esfera privada, sugerir a criação de organismo de repressão e **criar formas ou eventos que denotam a intenção de estabelecer parâmetros de distinção social** (SERPA, 1996, p. 20-21 – grifos do autor).

O segundo agente, a imprensa, assumiu um papel de destaque na promoção de um desejo de “progresso”. Consolidada como o porta voz da elite, os jornais clamavam por investimentos públicos, chamavam atenção para os discursos civilizatórios, divulgavam os espaços sociais da cidade e tornavam-se palco de disputas políticas:

Assim, então, a imprensa constitui-se em “pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” conduzindo a opinião pública, transforma-se em instrumento de lutas políticas de cunho partidário. É capaz de criar fatos e verdades, **construir e desconstruir identidades**, formar consensos, estabelecer formas de vigilâncias, **criar condutas e sociabilidades, estabelecer parâmetros para a distinção de classe e definir e induzir formas de poder** (SERPA, 1996, p. 21 – grifos do autor).

Aos excluídos dos grupos de poder, seja por cor da pele ou por falta de recursos financeiros, restava, portanto, atuar apenas como espectador

deste processo “modernizante” ou assumir comportamentos impostos, como forma de estar próximo dos seus padrões (SERPA, 1996).

a modernidade “prometida” e a estetização urbana

Ao final dos anos 1930, Lages se tornou um polo de migração no Sul do Brasil e, nas duas décadas que decorrem, viu sua população triplicada. Motivados pela extração e comercialização madeireira, operários e profissionais autônomos, principalmente do Rio Grande do Sul, se instalaram na cidade-sede do planalto serrano, no mesmo momento que as famílias da elite fazendeira fixam suas residências na cidade (MIRANDA, 2001).

Neste contexto, a cidade se tornou um campo de disputas entre duas novas elites, representadas pelas atividades econômicas do campo e da cidade. A primeira, tradicional, abrangia pecuaristas e grandes proprietários de terra que pertenciam a famílias abastadas da cidade. A segunda, moderna, era simbolizada pelos empresários e madeireiros, responsáveis pelos negócios mais lucrativos da época, e que exigiam da administração pública a implantação de serviços (MIRANDA, 2001).

Estabeleceu-se um conflito interessante entre essa nova elite econômica e a tradicional elite econômica e política. Ambas procuravam identificar-se como agentes de progresso e modernizadoras da região: nos discursos, as elites nativas consideravam esses “novos ricos” como exploradores ou aves de arribação [...]. Em contrapartida eram considerados pelos novos ricos como sendo “atrasados, elite decadente e insensíveis ao progresso” (MUNARIM, 2000, p. 105).

Nessa disputa entre elites econômicas, todos procuravam identificar-se como portadores do progresso, acusando o outro grupo de destruidores ou atrasados (PEIXER, 2002, p. 110-111).

Esses embates, ao assumirem o progresso como tema central, estimularam a busca pelo “novo”. Isso, por sua vez, correspondia a aspirações semelhantes no contexto nacional, expressas com a modernização do país difundida pelo Estado Novo, e no contexto estadual, com as ações higienistas e de controle promovidas pelo governo de Nereu Ramos.

Neste contexto cultural, com a gestão municipal liderada por Vidal Ramos Júnior¹⁴, a busca pelo novo reforçou a referida polarização entre centro, onde essas elites se concentravam e impunham mudanças, e periferia, emergente com a explosão populacional e onde ficavam os menos favorecidos, como ressalta Peixer (2002):

Cidade administrativa, cidade religiosa, cidade residência, cidade passagem. Todos os espaços eram bem estruturados. O local da praça de negócios, da igreja, do mercado popular, da zona de meretrício. Das residências dos fazendeiros (na área central), das residências populares, algumas no centro, mas grande parte nos quatro bairros que formavam a periferia da cidade, sendo uma exclusivamente de moradores negros (PEIXER, 2002, p. 99).

No centro, assiste-se à aplicação de sutis medidas sanitaristas, como os regulamentos de remoção de lixos e de funcionamento do comércio, hotéis e hospedarias; bem como ações de controle e deslocamento do centro de atividades de grupos populares tidas como “inimigas do progresso”, como as vendas ambulantes e a mendicância (PEIXER, 2002). De modo mais explícito, podem expressar medidas modernizantes e estetizantes: a implantação de sistemas de esgoto, canalização de água, iluminação, abertura e calçamento de ruas; a remodelação de suas praças; a transferência do antigo Mercado Público para um local mais periférico; a adoção do *Art Déco* como o estilo arquitetônico de edifícios públicos; e a utilização dos espaços públicos com esculturas que enalteciam figuras políticas e econômicas da cidade. (Fig. 21)

Nas periferias, os investimentos se reduzem à construção de estradas intermunicipais e à proposição de um sistema de transporte coletivo urbano, o que garantiria o abastecimento da área central de produtos e de mão-de-obra (PEIXER, 2002).

A modernidade que se inscrevia no espaço de Lages naquele período era ainda alicerçada no passado, como observa Peixer (2002). Suas bases persistem alicerçadas nas alianças políticas, econômicas e sociais dos grupos dominantes e seus conflitos e em processos de exclusão so-

¹⁴ De acordo com Costa (1982), Vidal Ramos Júnior foi Prefeito de Lages entre 1941 a 1961 e, teve sua gestão caracterizada pela tentativa de dar visibilidade a homens de poder no meio urbano, seja pela construção de estatuárias e bustos, ou pela troca de nome de ruas.

cial, como ilustram os quatro espaços públicos que serão melhor detalhados a seguir.



Fig. 21 – Rua XV de Novembro, atual Pres. Nereu Ramos, no período das ações “modernizantes”. Ao fundo, pode-se observar a adoção do estilo *Art Déco* nas edificações, assim como a pavimentação da rua. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Assim, sutilmente, foram estabelecidos mecanismos de controle político e cultural que, em favor dos desejos de progresso das oligarquias, soterrou signos arquitetônicos da cidade e reprimiu, vigiou ou invisibilizou costumes tradicionais e vozes dos excluídos (MENEZES, 1999 apud PEIXER, 2002; PEIXER, 2002).

Estes processos de construção da imagem de uma nova Lages terão continuidade na década de 1940, sendo a mais evidente, desde então, ação de estetização e gentrificação do espaço público na cidade. Cabe lembrar que, até esta década, a economia da cidade era estreitamente ligada à pecuária e de pouco a pouco se viu mudando com a exploração das matas de araucária nativas.

passado-presente: lages e as requalificações constantes
praça joão ribeiro (praça da igreja)

No ponto topográfico mais alto, essa praça já constava na “Planta da Villa” (1769), sendo concebida aos moldes portugueses para emoldurar o templo católico, o que justifica sua denominação como Praça da Matriz. Nas duas primeiras décadas do século XX, como já observado, dois marcos urbanos vão ajudar a constituir essa praça, sendo o Palácio Municipal (1901) e a Catedral Diocesana (1922), que substituirá a igreja antiga (Fig. 23). Neste mesmo período, também foi promovida neste local um projeto de jardim público (1908), com passeios de pedestres e a construção ‘de sarjetas’. (PELUSO JÚNIOR, 1991; PEIXER, 2002).



Fig. 22 – Praça João Ribeiro: localização. Fonte: Do autor



Durante muito tempo, por não existirem naquele espaço caminhos ou bancos, a praça não era muito ocupada. O jardim da praça servia apenas como extensão da igreja, como equipamento de contemplação ou como eixo de passagem entre a Rua XV de Novembro, atual Nereu Ramos, e a Catedral (MIRANDA, 2001).

Miranda (2001) menciona que, em determinada data, a praça foi cercada. Este fato vem ao encontro com as medidas municipais de ordenamento urbano que buscavam controlar as condutas da população nos espaços públicos e, ainda, impossibilitar a entrada de animais que também transitavam pelas ruas. (Fig. 24)

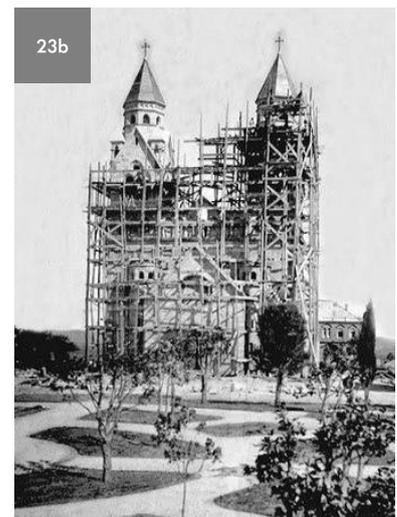


Fig. 23 – Praça João Ribeiro com as igrejas: a) antiga Igreja Matriz (1908); b) Catedral em construção (1918). Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro



Fig. 24 – Praça João Ribeiro: a) cercamento; b) usos da praça junto ao seu cercamento. Fonte: Acervo do Museu Thiago de Castro

Esta realidade se vê alterada quando, na década de 1940, um coreto (foi inserido em uma das esquinas da praça, onde, aos domingos, antes e depois das missas, artistas locais se apresentavam. Somado a isso, bancos foram instalados e o local tornou-se um ponto de encontro e lazer (Fig. 25). Assim, introduzia-se o hábito de permanecer nos espaços públicos para conversar em períodos diferentes da missa. Após esta década, o coreto deixou de ser utilizado para as atividades festivas da cidade e acabou sendo retirado (MIRANDA, 2001).



Fig. 25 – Praça João Ribeiro: usos sociais na década de 1940. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Na sequência, a praça se tornou cenário para inserção de bustos que homenageavam personagens masculinos importantes da cidade: em 1948, o de César Sartori (médico famoso da cidade) e o de D. Daniel Hostin (primeiro bispo responsável pela Diocese de Lages); em 1958, o

de Getúlio Vargas; em 1970, o de Thiago de Castro (advogado atuante no campo político) e o de Dr. Valmor Ribeiro (médico e fazendeiro) (PEIXER, 2002).

A inserção do busto de Getúlio Vargas (Fig. 26), em 1958, merece destaque, pois envolveu uma polêmica. O busto era acompanhado de um monumento que, disposto de “costas” para a Igreja, foi alvo de críticas. Segundo Miranda (2001), essa posição foi uma provocação que buscava representar as divergências políticas e ideológicas entre os poderes religioso e político, como demonstra a carta aberta de Humberto Silva, engenheiro civil e urbanista, endereçada ao Prefeito Vidal Ramos Júnior e publicada no Jornal Catarinense:

[...] Vem agora o urbanista lamentar que, a par dessas jóias de arquitetura, se construa na zona central da cidade, uma casa no meio da rua, quanto ao monumento do Presidente Vargas, não posso ainda dizer que não gostei; porque está em obra e não conheço sua maquete. Lamento, porém, a escolha do local, que não poderia ser pior, pois vem tirar a vista de um dos maiores monumentos arquitetônicos do sul do Brasil; que é a Igreja Matriz de Lages, inteiramente construída de cantaria no arenito creme. Lages está crescendo a olhos vistos, mas precisa de um urbanista que entenda realmente da matéria, para evitar erros grosseiros como os acima citados (JORNAL CATARINENSE, 1958 apud MIRANDA, 2001, p. 72).



Fig. 26 – Monumento à Getúlio Vargas em frente à Catedral Diocesana, à esquerda outros dois bustos. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

De qualquer modo, a inserção destes personagens “importantes” não deve ser vista como um fato banal, pois legitima e perpetua a atuação das elites, como observa Peixer (2002):

Podemos assim verificar como a hegemonia política e a valorização da imagem passam pelo controle do espaço, ou melhor, pela criação do espaço social, atribuindo-lhe marcas e significados. O uso desses monumentos perpetua uma parte da história: são elementos que persistem e marcam, por um lado, o estilo de governar, por outro, revelam o culto a personalidades representantes da elite (PEIXER, 2002, p. 136).

A Praça João Ribeiro manteve suas características originais até meados de 2019, quando foi inserida no *Projeto de Modernização do Centro Urbano*, que será detalhado posteriormente. Antes da revitalização, o espaço contava com uma iconografia pintada no chão (Fig. 27), remanescente da década de 1960, a qual representava a região serrana, além de bancos para descanso e árvores frondosas que, sob suas sombras, aglutinava diferentes grupos sociais e, servia de apoio para feiras de artesanato e produtos típicos da região.



Fig. 27 – Praça João Ribeiro antes da revitalização de 2019. Fonte: <https://guiasc.tur.br/index/detalhe/codEquipamento/2569/regiao/72>



Fig. 28 – Praça João Ribeiro: mapa de conflitos. Fonte: Do autor

praça joão costa (praça municipal)

Definida por Costa (1982) como fórum da cidade, a Praça João Costa foi implantada na confluência das duas mais importantes vias comerciais do centro, as atuais Ruas Correia Pinto e Nereu Ramos, e se consolidou ao decorrer do tempo como um importante espaço de reunião e circulação de pessoas (PELUSO JUNIOR, 1991; MIRANDA, 2001). Inicialmente denominada como Praça de Câmara e Cadeia, ficou conhecida também como Pracinha do Cravo Preto, por sediar o Clube Carnavalesco Cravo Preto, e Praça João Pessoa.

Desde sua formação, a Praça assumiu diversas organizações espaciais. Em 1886, era ocupada pelo Edifício de Câmara e Cadeia e três residências particulares. Anos após, em 1900, se inserem neste local o Teatro Municipal e a Loja Maçônica Luz Serrana. Em 1904, com a construção do novo prédio da prefeitura próximo à Praça da Igreja, foi demolida a Cadeia Pública. Durante o tempo em que estas edificações estiveram presentes na praça, esse era o principal espaço público da cidade, palco de comícios, da cultura, das reuniões maçônicas, e também do comércio (PEIXER, 2002; COSTA, 1982). (Fig. 30)

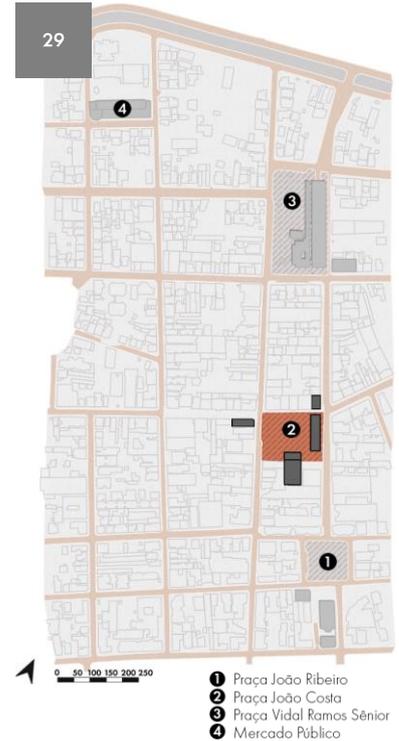


Fig. 29 – Praça João Costa: localização. Fonte: Do autor



Fig. 30 – Praça João Costa: edifícios e usos: a) antiga Casa de Câmara e Cadeia (1900); b) antiga residência de João José Theodoro da Costa (1910); c) residência particular, Loja Maçônica e Teatro Municipal. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Na década de 1930, ocorreu a primeira grande intervenção nessa praça, promovida pelo poder executivo local, representado por Aristiliano Ramos, oligarca local e então interventor do Estado de Santa Cata-

rina. Neste contexto, o casario colonial onde se localizavam a loja maçônica e o teatro municipal foram suprimidos, para a construção da Escola Normal, em 1934 (SANTOS; ZANCHETT, MOTA, 2020).

Para Ramos, essa escola era uma marca de sua gestão, assim como o Grupo Escolar (1913) foi o símbolo da gestão de seu tio, Vidal Ramos, durante o período que esteve à frente do governo de Santa Catarina (1902-1905; 1910-1914), (CORDOVA, 2016; PINTO, 2001). Este foi o primeiro exemplar *Art Déco* da cidade, estilo que, conforme abordado anteriormente, relacionava-se à ideia de modernidade. (Fig. 31)



Fig. 31 – Antiga Escola Normal. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Em contínua modernização, surgiram nos arredores desta praça cafés e bares destinados a públicos diferentes, tornando-se um ponto de encontro para discussões e negociações e de exibição, por parte da elite, de formas de se comportar e se vestir, tal como ocorria nas grandes capitais (Fig. 32). Tratava-se, portanto, de um espaço urbano público ordenado para o usufruto de grupos sociais específicos, especialmente a elite (PEIXER, 2002; MIRANDA, 2001).

Essa elitização da praça, ... , também pode ser explicitada na prática de *footing*, que acontecia aos fins de tarde e que, em 1941, foi incentivada pela emissão de um programa de rádio por um sistema de alto-falantes, o “Voz da Cidade”, transmitido entre às 19h e 21h30. Ali, entre músicas e comerciais emitidos pela rádio, as pessoas caminhavam em locais pré-definidos. De um lado transitavam os pobres e negros; no meio, geralmente, à noite, né, nessa praça principalmente,

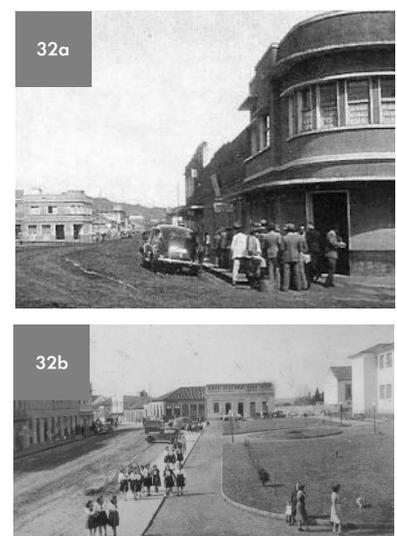


Fig. 32 – “Modernização” na Praça João Costa: a) Café Cruzeiro (à. dir.) e Café Ouro (à. esq.); b) *Footing* na Praça. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

naquele tempo, não existia televisão. Então as pessoas tinham que sair na rua mesmo né, então ficavam na praça mesmo caminhando de um lado para o outro, né. **Ficavam, faziam três camadas né, então ficavam as pessoas mais ricas né lá, os que ficavam no meio ficavam mais os da classe média, mais pra cima em direção do colégio ficavam os bem pobres principalmente os da raça negra então passeavam**, e a gente então fazia esse trajeto passeando ali, ... de uma esquina até na outra né e voltava eles chamavam de footing, ... , eu não sei a tradução disso mas deve ser passeio não sei (GARBELOTTO, 1996 apud MIRANDA, 2001, p. 38 – grifos do autor).

De acordo com Santos, Zanchett e Mota (2020), essa segregação foi sendo naturalizada e pouco, ou quase nada, se sabe sobre resistências a ela. De modo consensual e sem conflitos, os poderes dominantes se afirmavam perante as classes mais baixas.

Essa linha divisória, imaginária, que dividia a praça, foi significativa ao ruir com a imagem idílica de Lages, da “cidade-família”; a divisão era muito clara entre os grupos sociais, internalizada e vista como perfeitamente natural [...] (PEIXER, 2002, p. 130).

Essa reflexão também se aplica aos Cafés Cruzeiro e Ouro, situados em esquinas opostas nas proximidades da Praça João Costa e considerados como centros da vida urbana lageana. No primeiro, se concentravam políticos e comerciantes, no segundo, fazendeiros. Aos extratos sociais mais populares, por fim, restavam os cafés e bares mais afastados (MIRANDA, 2001; PEIXER, 2002).

...os bares aqui do centro era as pessoas mais, como é que eu vou te dizer, mais colocadas na vida, e tinha um outro bar, bar avenida (...) ali então era um bar mais popular, esse aqui da esquina onde que tá o Café Cruzeiro esse era mais das pessoas mais ricas, fazendeiros, prefeito da cidade (GARBELOTTO, 1996 apud MIRANDA, 2001, p. 34).

Na década de 1950, a praça foi palco de novos episódios de disputa. O pedido de transferência de seus pontos de táxi para a Praça do Mercado, então acionado pelo governo do Estado, não foi bem aceito pelos taxistas e pelo governo local que alegava a intromissão do Estado em

assuntos municipais. Greves e protestos dos taxistas levaram, em 1952, à ocupação da praça por tropas de choque para fazer cumprir a decisão do governo estadual. O caso apenas se encerrou quando enviado à justiça, que tomou uma decisão a favor dos taxistas e do prefeito (PEIXER, 2002).

Mais tarde, dois novos eventos sociais merecem menção. Em 1957, inaugura-se no espaço central da praça, em frente à antiga Escola Normal, nomeada tempos depois como Escola Aristiliano Ramos, uma estátua de Nereu Ramos, considerado o maior representante político de Lages (Fig. 34). Este gesto, como já discutido, pode ser entendido como uma demarcação de poder no espaço público, no caso, do poder de uma elite historicamente atuante. Em 1960, o comício de Jânio Quadros, arrastando multidões, evidencia o caráter político desse espaço público (Fig. 33).



Fig. 33 – Comício de Jânio Quadros (1960). Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Fig. 34 – Inauguração da estátua de Nereu Ramos (1957). Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Com o declínio da atividade madeireira na década de 1960, o projeto de construção de uma cidade moderna foi suspenso e novas intervenções na praça só foram retomadas na década de 1970, quando, aos moldes da Rua XV de Novembro de Curitiba, a praça se tornou um calçadão (PEIXER, 2002). Com a supressão de uma das vias, a praça foi dividida em três níveis. Revestido por pedra portuguesa, o nível mais baixo se tornou um corredor de circulação em frente às lojas; na parte central, bancas comerciais se instalaram, junto a mobiliários urbanos, espaços para eventos e de circulação de pedestres; no nível

mais alto, canteiros arborizados e espaços de descanso emolduraram o Colégio Arisitliano Ramos. Esta intervenção, segundo Neckel (2021), buscou tornar a praça como um espaço democrático e plural, ao contrário dos princípios segregadores e elitistas anteriormente descritos. (Fig. 35)



Com esta nova configuração, a praça pouco a pouco retomou o verdadeiro sentido de espaço público. Ali, aconteciam programações artísticas, cívicas, religiosas, políticas e comerciais, como feiras, comícios, exposições e peças de teatro¹⁵. Mais do que apenas um local de passagem, essa passou a ser um espaço de permanência de sujeitos de diferentes extratos sociais, gêneros e faixas etárias. Destaca-se a presença de homens idosos que jogavam jogos de tabuleiro e descansavam embaixo das árvores de vendedores ambulantes; e, de moradores de rua. Além disso, por se localizar ali a Banca Central, se viam crianças comprando doces, adultos comprando jornais, revistas e/ou ingressos de eventos realizados em Lages. (SANTOS; ZANCHETT; MOTA, 2020). (Fig. 36)

Em 2012, contudo, quando Raimundo Colombo, cidadão lageano, assume o governo do Estado, a praça é novamente alvo de um projeto de revitalização como demonstração de poder, apontam Santos, Zanchett e Mota (2020). Este projeto englobaria a demolição do Colégio Aristili-

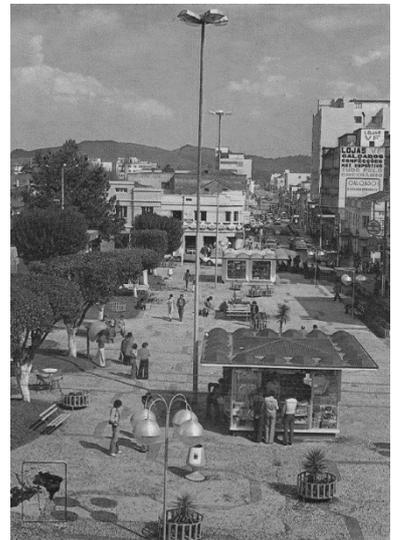


Fig. 35 – Praça João Costa: remodelação aos moldes da Rua XV de Novembro de Curitiba (Década de 1970). Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

¹⁵ O evento mais expressivo abrigado pela praça era o Recanto do Pinhão, ligado à típica Festa Nacional do Pinhão. Durante o período em que a festa acontecia no Parque de Exposições, ali havia apresentações locais, venda de alimentos, bebidas típicas e artesanato local. Após ocupar a Praça Vidal Ramos Sênior durante o período de revitalização, o Recanto voltou a ocupar a Praça João Costa em 2022.

ano Ramos e a retirada de mobiliários urbanos, o que induziu grupos populares a ocuparem outros espaços, o que será abordado no capítulo seguinte.



Fig. 36 – Passagem e permanência na Praça João Costa. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

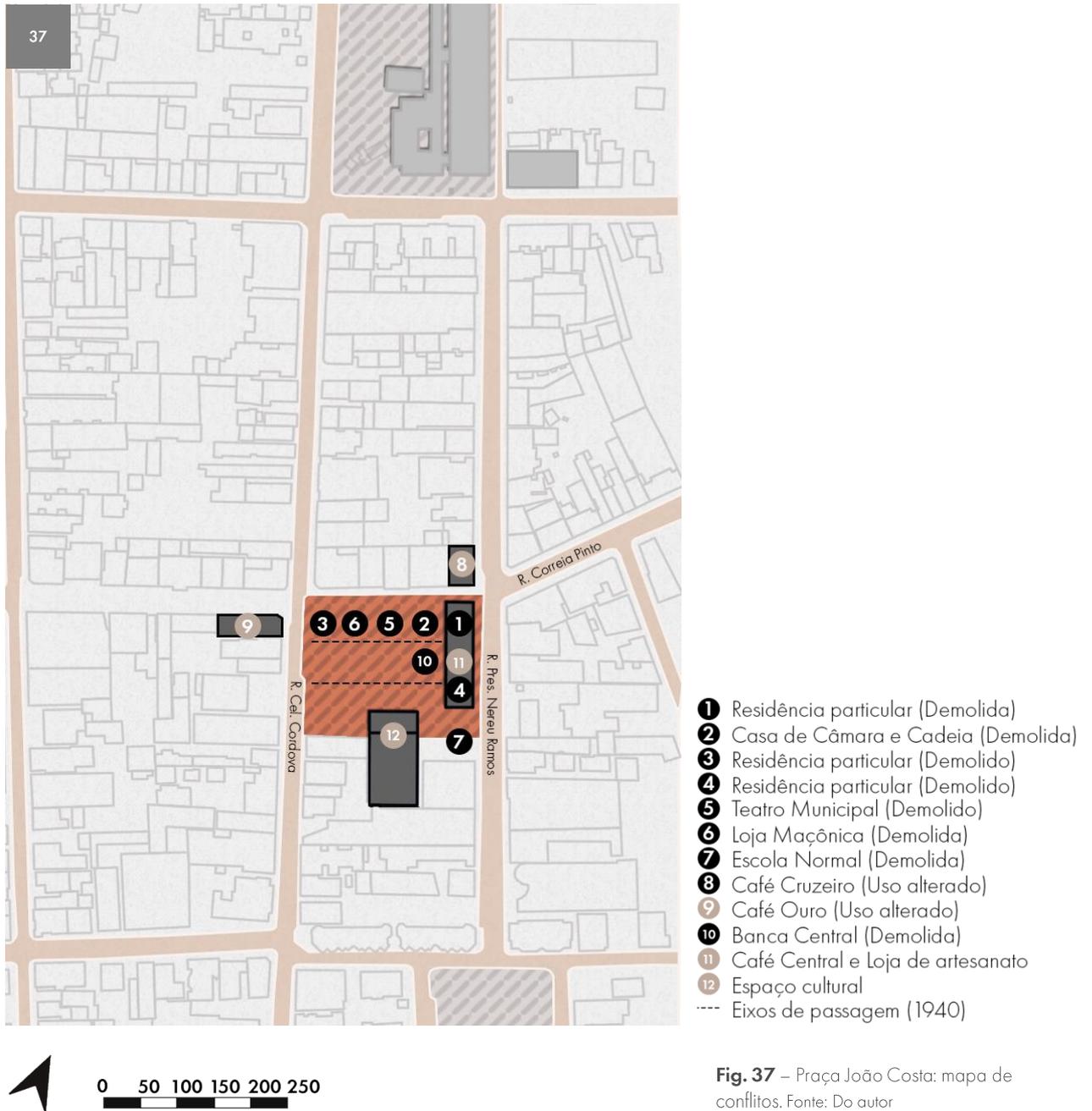


Fig. 37 – Praça João Costa: mapa de conflitos. Fonte: Do autor

praça vidal ramos sênior (praça do mercado)

Os mercados públicos estiveram presentes ao longo da história das cidades, sendo peças fundamentais para sua formação ou sua maior razão de ser. Apesar de terem como atividade principal as trocas comerciais, estas possibilitaram vivências que refletem na identidade local, na sua produção e no seu modo de viver. (ISHIDA *et al.*, 2013).

Lages possuiu, inicialmente, dois mercados públicos que foram considerados por Miranda (2001) como os pontos de chegada e partida da cidade. O primeiro foi construído em 1878, destinado aos agricultores que vinham vender seus produtos na cidade. Mais tarde, em 1911, foi construído mais uma edificação para abrigar os feirantes. Em um dos mercados, situavam-se os armazéns e o mercado da carne, onde eram encontrados o charque e a carne de porco. No outro, encontravam-se os demais produtos. Aos mercadores que chegavam mais tarde e não conseguiam espaço no interior dos prédios, cabia as calçadas e parcelas da rua como vitrine. (PELUSO JÚNIOR, 1991). (Fig. 39)



Fig. 38 – Praça Vidal Ramos Sênior: localização. Fonte: Do autor



Fig. 39 – Primeiros mercados públicos de Lages. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

Os lavradores afluem, em maioria, da forma mais típica, a cavalo, tangendo a pequena tropa de cargueiros. Chegados à praça fazem a descarga. Os que primeiro chegam aboletam-se no interior do Mercado, o qual, uma vez lotado, obriga os retardatários exporem suas mercadorias somente do lado de fora. Há outros produtos, como a lenha, que não podem ser expostos e ficam, por isso, na praça, aguardando comprador junto com carretas que descarregam e com outras que esperam frete. (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 151).

Os mercados deram origem, em seus arredores, à Praça do Mercado (Fig. 40), consolidada como o espaço de trocas, de feiras e de comércio. Como um retrato da vida do campo, inseriam-se naquele espaço agricultores do interior do município, tropeiros e demais vendedores que comercializavam suas mercadorias diretamente com os consumidores e, garantiam o abastecimento de frutas, verduras e carnes para os habitantes da cidade. Como extensão da praça, nas ruas que circundavam o espaço, foram se estruturando outras atividades de comércio popular, pousadas, barbearias e, mais tardiamente, até mesmo a rodoviária (MIRANDA, 1991; PEIXER, 2002).



Fig. 40 – Praça e rua do mercado.
Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

De acordo com Peixer (2002), nos dias de feiras livres, que aconteciam nas sextas e sábados, a praça ficava repleta de vendedores, compradores e pessoas que ofereciam outros serviços, como o de carregador. Peluso Júnior (1991) escreve que, nestes dias, um terço da população da cidade fazia compras e cerca de mil pessoas frequentavam a feira.

Em relação aos demais espaços públicos da cidade, o Mercado e a Praça concretizavam-se como um local heterogêneo, onde podiam ser observadas as diferenças da cidade pelos grupos sociais, tanto nos produtos comprados, como nas vestes ou nas formas de falar (Fig. 41). Eram locais para fechar negócio, fazer política, pôr em dia as notícias, e de contar causos (PEIXER, 2002; FCL, 2014).



Fig. 41 – Antigos frequentadores do mercado. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

As mulheres da cidade se vestiam assim mais *chic*, mais granfina assim né. As do interior não, se *tava* frio elas já botavam uma bombacha velha do esposo ali já vestiam pra esquentar as *perna*, vestia um vestido ali por cima, vestiam mais uma blusa, mais outra blusa, uma comprida outra curta, era assim. Bem dava de vê quem era do sítio e quem era da cidade (WOLFF, 1996 apud MIRANDA, 2001, p. 27).

Diante dos Códigos de Posturas, comentados anteriormente, esses lugares plurais começaram a sofrer as primeiras intervenções higienistas e moralizantes. Decorrem deles, a imposição de padrões de venda e de comportamento da população, por meio da regulação dos dias e horários em que a feira deveria acontecer, da padronização das formas e quantidades em que os produtos deveriam ser expostos e vendidos, discorre Peixer (2002).

Novas intervenções ocorrem nestes espaços na década de 1940, legitimadas pelo argumento de necessidade de ampliação do Mercado e de embelezamento do espaço urbano (Fig. 42). Na praça, a derrubada das árvores que serviam de proteção aos mercadores e a remoção de suas carretas e animais para outros lugares garantiram não só o surgimento de uma nova praça, ajardinada aos moldes franceses, mas também o afastamento de grupos populares de suas imediações. O Mercado Público, por sua vez, até então situado na área central da cidade, foi transferido para uma área periférica (PELUSO JÚNIOR, 1991; PEIXER, 2002).



Fig. 42 – Praça VRS: intervenções estilizantes (1945). Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro

De acordo com Miranda (1996), para validar a transferência, a administração pública realizou uma pesquisa com os comerciantes do Mercado e, como forma de garantir a aceitação destes para a construção de um novo espaço, salientava as vantagens que essa medida poderia trazer, tais como: o crescimento do mercado; maiores locais de exposição; e, uma área destinada a abrigar os animais e as carroças durante as feiras.

Entre as décadas de 1970 e 1990, a Praça passa novamente por alterações e ali se implanta o terminal urbano da cidade (Fig. 43). Em certo sentido, o terminal evidencia o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, sendo as infraestruturas que lhe dão sustentação símbolos de um presumível progresso.

A revitalização mais recente aconteceu em 2006. Em seu memorial, a intervenção é apresentada como uma política urbana que busca o desenvolvimento estrutural e a união das esferas ética, estética e política, auxiliando na sua apropriação e no resgate da sua base histórico-cultural. Para isso, o espaço receberia um monumento que homenageia a sua história como Praça do Mercado e cria, em diferentes níveis, espaços de comércio, passeio e lazer contemplativo (HECK, 2006). (Fig. 44)

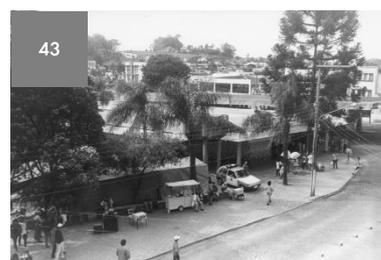


Fig. 43 – Implantação do Terminal Urbano. Fonte: Acervo Museu Thiago de Castro



Fig. 44 – Praça VRS revitalizada. Fonte: Acervo Secretaria do Turismo de Lages

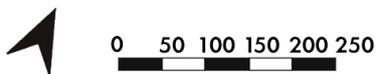
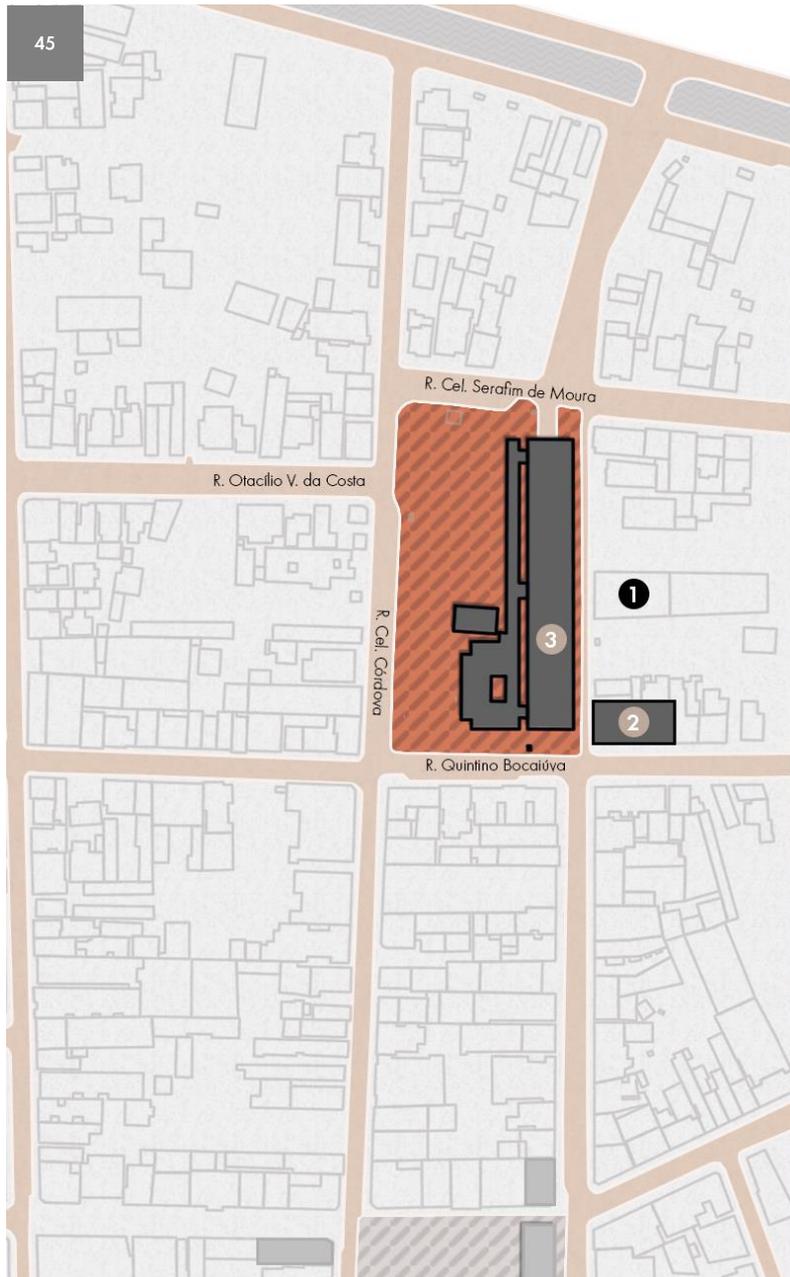


Fig. 45 – Praça Vidal Ramos Sênior: mapa de conflitos. Fonte: Do autor

o novo mercado público

Entre os anos de 1940 e 1948, em um local mais afastado do Centro da cidade, próximo ao rio e fora do eixo fundacional, o Novo Mercado Público foi construído. Com projeto de Henrique de Abreu Fialho e desenho de Wolfgang Ludwig Rau¹⁶ (Fig. 47), o edifício buscava, por meio do estilo *Art Déco*, representar a modernidade prometida pelas revitalizações ocorrentes na década de 1940 e romper a identidade provinciana da cidade, mesmo que ainda mantida suas bases econômicas, administrativas e de poder.

O novo edifício assumiu dimensões imponentes, sendo constituído por um pavilhão de planta regular, coberto por telhado de duas águas. Em suas extremidades, alas menores definem a planta em forma “U”. O bloco menor, situado na esquina, apresenta dois pavimentos e contempla um desenho semicircular, tornando-se o elemento de maior destaque arquitetônico do mercado.

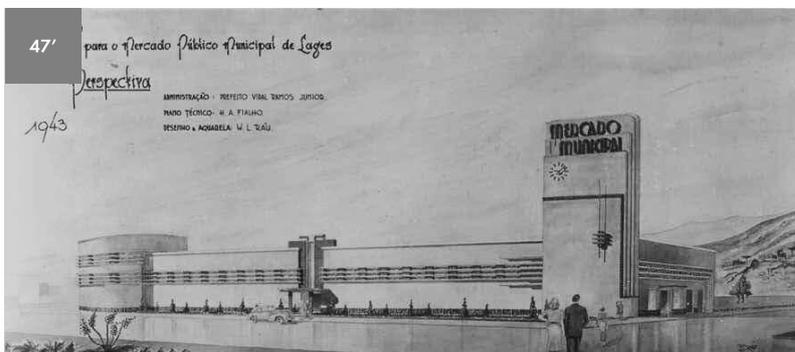


Fig. 46 – Novo Mercado Público: localização. Fonte: Do autor

Fig. 47 – Projeto para o Novo Mercado Público de Lages (1943). Fonte: Teixeira (2009, p.50)

Apesar de suas características estéticas, Ishida et al (2013) definem o edifício do Novo Mercado como um *Déco* de viés popular, denunciado pelas ornamentações geometrizadas simplificadas. Os pilares são tratados como frisos verticais que se contrapõem às cimalthas horizontais que demarcam as janelas, possibilitando uma dinâmica formal que dá uniformidade ao todo compositivo. (Fig. 48)

¹⁶ Wolfgang Ludwig Rau foi um engenheiro civil suíço com grande atuação em Santa Catarina e, durante seus primeiros anos de profissão, trabalhou em Lages, onde teve uma relação forte com a oligarquia dos Ramos. Suas perspectivas são reconhecidas por retratar essa modernidade possível e prometida, com mulheres de vestidos longos, automóveis e amplas avenidas, como podemos observar no desenho do Mercado Público de Lages (TEIXEIRA, 2009).



Fig. 48 – Fachadas do Mercado Público de Lages. Fonte: Página Bela Lages por Júlio Vasco no Facebook

Considerado como um dos marcos da modernidade serrana, o Mercado, durante o período que funcionou, contou com mais de 150 mercados e teve grande parte da população como frequentadora. Sua vitalidade pode ser deflagrada pela ampliação realizada entre as décadas de 1960 e 1970, com a construção de uma cobertura entre o pavilhão principal e as alas laterais, o que fez com que a área edificada praticamente dobrasse. (FCL, 2014). (Fig. 49)

Mesmo ocupando uma nova construção, a transferência do local para uma área afastada do centro causou uma perda da sua importância estratégica. Por estar distante dos percursos e deslocamentos cotidianos realizados pela população, foi bastante frequentado nos primeiros anos de funcionamento, quando ainda era novidade, mas, com o passar do tempo, tornou-se apenas um local de passagem, perdendo assim seus usos e seu caráter de espaço produtor de sociabilidades (PEIXER, 2002;



Fig. 49 – Antiga banca do Lemos e do Mazza. Fonte: Acervo de William Branco

ISHIDA *et al.*, 2013). Soma-se a isso, o fato de que ali os produtos poderiam ser comercializados apenas no interior do edifício, tornando o Mercado desarticulado de seu entorno (MIRANDA, 1992).

Miranda (1992) descreve que na década de 1970, por meio de um panfleto circulante pela cidade, a perda do caráter central do Mercado foi denunciada:

O novo Mercado Público Municipal (o atual) foi inaugurado em 1944 e quebrou o certo tradicionalismo e mística existentes. Atualmente o funcionamento é diário e os agricultores não deslocam-se mais para a cidade para vender seus produtos diretamente aos consumidores, como também desapareceu o “rapaz do frete” e as brucas foram substituídas por bancas de madeiras que oferecem em sua maioria hortifrutigranjeiros oriundos de grandes centros (FOLDER, 1979 apud MIRANDA, 1992).

Na década de 1990, provavelmente, o edifício continuou a enfrentar dificuldades de manutenção e preservação. Essas, inicialmente, foram condicionadas pela estagnação econômica causada pela queda da exploração madeireira; e, posteriormente, pelo impacto de mudanças nos modos de produção e consumo, destacando-se aqui a especialização e diversificação dos mercados e a criação de grandes redes mercadistas, cujos preços de mercadorias se impunham em franca concorrência com aqueles cobrados pelos mercados (FCL, 2014).

Aos poucos, o Mercado deixou de ser um espaço vivo e produtor de sociabilidade para se tornar apenas local de passagem e de uso eventual. Estes fatos são evidenciados nos relatos de William Branco, entrevistado nesta pesquisa (Anexo 1). Branco é filho de Antônio Machado, feirante do Mercado Público entre as décadas de 1990 e 2010:

[...] Eu lembro o quão desproporcional a construção era em relação à quantidade de feirantes que lá trabalhavam. [...] O Mercado tinha um fluxo realmente muito pequeno, mas isso mudava drasticamente nas quartas-feiras e nas quintas-feiras, pois era quando acontecia a “Feira” e, mais ainda, com a venda de ‘Peixe Vivo’, com a proximidade do feriado religioso. Para a primeira, uma área equivalente a quase 1/4 de todo espaço físico do Mercado recebia um volume absurdo de pessoas em busca de produtos como frutas e verduras. Esses eram os dias em que as vendas aumentavam, pois os

feirantes eram como um 'complemento' dos produtos que a 'Feira' atraía para o Mercado (BRANCO, 2022).

Este declínio tornou o espaço um local abandonado e, à medida que o tempo passava, ainda mais arruinado (Fig. 50). Destaca-se aqui o caso da cobertura que, após infrutíferas tentativas de comunicação com a Prefeitura Municipal, precisou ser apoiada por escoras de madeira, confeccionadas e instaladas pelos próprios feirantes, como forma de conter seu apodrecimento. Essa mesma estrutura, em 2009, foi o motivo do fechamento do edifício pela Defesa Civil Municipal, em uma ação não acordada previamente com os comerciantes, como relata Branco (2022):

Neste dia em específico, pelo que lembro do relato do meu pai, depois de muita insistência a Prefeitura tomou finalmente uma decisão, com a qual não concordei na época e agora menos ainda: ao que parece, alguns fiscais passaram no Mercado e a ordem era a de fechá-lo de imediato. Imagine a cena: meu pai, assim como os demais feirantes, num dia comum, sem aviso prévio, é surpreendido por pessoas dizendo que era para ele e todos os que lá estavam se retirar daquele lugar, com todos os seus produtos à venda, naquele mesmo dia. Ainda na mesma semana, as portas do Mercado foram seladas por tábuas e assim permaneceu por anos (BRANCO, 2022).

A solução inicial dada aos que possuíam o Mercado como subsistência foi a de se instalarem embaixo de lonas na Praça Joca Neves, o que se apresentou insustentável, devido às condições necessárias para a exposição dos produtos (BRANCO, 2022).



Espaço do mercado público de Lages é subaproveitado e só tem um movimento maior nos dias do feirão, nas quartas e quintas-feiras

Falta de recursos impede o início das obras no mercado

A revitalização do Mercado Público depende da liberação de verbas federais para ter início

Lages

Em setembro último, a Fundação Cultural de Lages (FCL) anunciou que o projeto de revitalização do Mercado Público Municipal estava concluído. Passados quase três meses, as obras ainda não iniciaram. A direção da FCL argumenta que a captação de recursos está difícil, tanto via Lei Rouanet como no Mi-

nistério das Cidades.

Enquanto o projeto não sai do papel, o que se observa no local é a deteriorização gradativa do patrimônio, tombado devido a sua importância histórica e cultural em 1989. Embora prefiram se manter no anonimato, alguns dos comerciantes que possuem atividade no mercado dizem que o principal problema está relacionado com as infiltrações e goteiras no telhado, que inclusive já comprometem a estrutura de madeira existente.

Há 25 anos trabalhando no mercado público, seu atual ad-

ministrador, Érico Camargo Boeira, o "Gaúcho", lembra que neste período apenas duas reformas parciais foram realizadas no telhado do local. "Temos muitas goteiras e algumas infiltrações estão comprometendo a estrutura de madeira do telhado", alerta gaúcho.

Ele conta que, no início deste ano, a prefeitura providenciou a troca da fiação elétrica, o que reduziu o risco de problemas maiores, e também construiu banheiros. "Chegaram a anunciar a reforma completa, mas, como isso não aconteceu até agora,

acredito que só no próximo ano teremos alguma novidade".

Além dos problemas apontados pelo seu administrador, quem visita o mercado observa rachaduras significativas em alguns pontos das paredes, falhas no piso e muitos vidros quebrados. Nos banheiros recém-construídos já existem problemas de infiltração e eles não contam com forro.

O Mercado Público foi construído em 1940 em estilo art déco. Todas as quartas e quintas-feiras é realizada no local uma feira de hortifrutis.

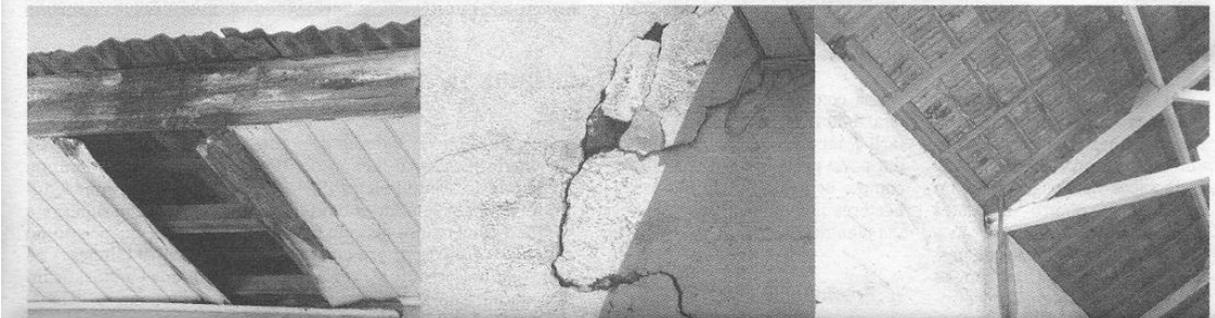


Fig. 50 – Manchete sobre o abandono do Mercado Público. Fonte: Acervo de William Branco

Enquanto os feirantes aguardavam outra proposta da Prefeitura, a solução encontrada por Antônio Machado foi a de comercializar seus produtos na marquise do Mercado:

O fato é que o meu pai estava com um desafio: um estoque de produtos e sem espaço para comercializá-los, a solução: vende-los no Mercado, porém do lado de fora dele, na calçada, embaixo de uma marquise de uma das portas de acesso. E lá foi ele, o mais teimoso de todos os feirantes, vendendo os seus produtos na calçada do Mercado, faça chuva faça sol. O porta-malas do Corcel II 1978 azul céu abarrotado de mel, cera, própolis, fumo de rolo, mais uma mesa desmontável, um banquinho de madeira com assento de tecido, munido de uma modesta calculadora e ainda uma caneta que ficava no painel do painel do carro que o sol acabou entortando. Ficava lá das 08:00 às 17:00h, como já fazia quando o Mercado funcionava normalmente (BRANCO, 2022).

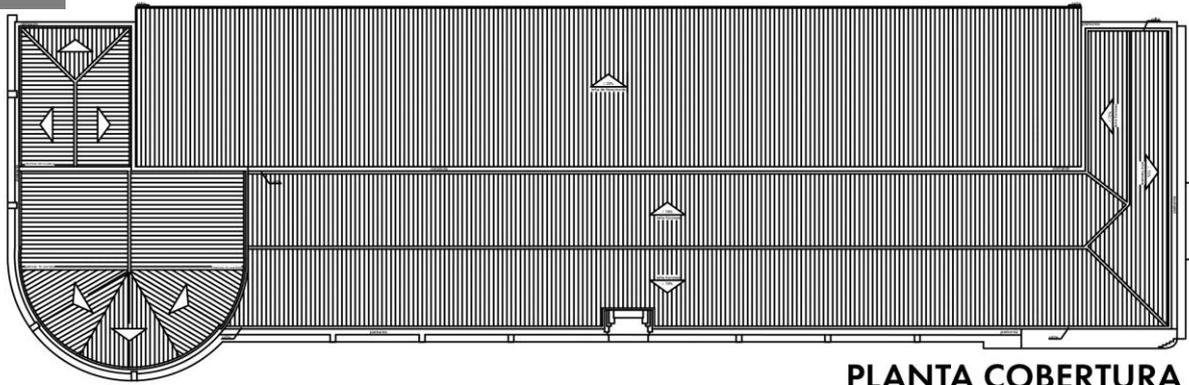
Anos depois, instalou-se em área contígua a edificação, o Banco de Alimentos (SANTOS, 2014), já o Mercado, enquanto especulavam o seu destino, foi alvo de vandalismo, teve sua pintura desgastada, seus vidros quebrados, suas portas e paredes pichadas (Fig. 51).

Havia muita especulação a respeito do destino do Mercado na época: uns diziam que iria se tornar um depósito de grãos, outros que seria reformado e outros não apontavam nenhuma solução e o caracterizavam como um 'elefante branco' urbano (BRANCO, 2022).

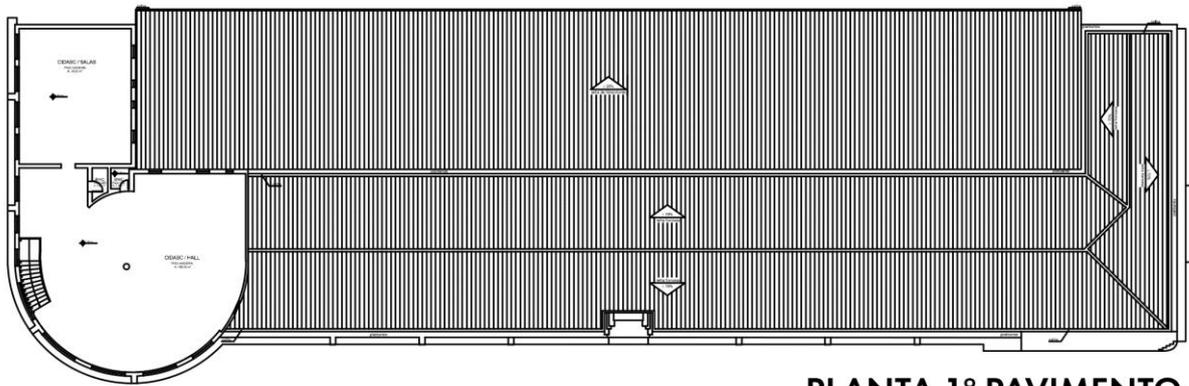


Fig. 51 – Mercado deteriorado. Fonte: Página Bela Lages por Júlio Vasco no Facebook

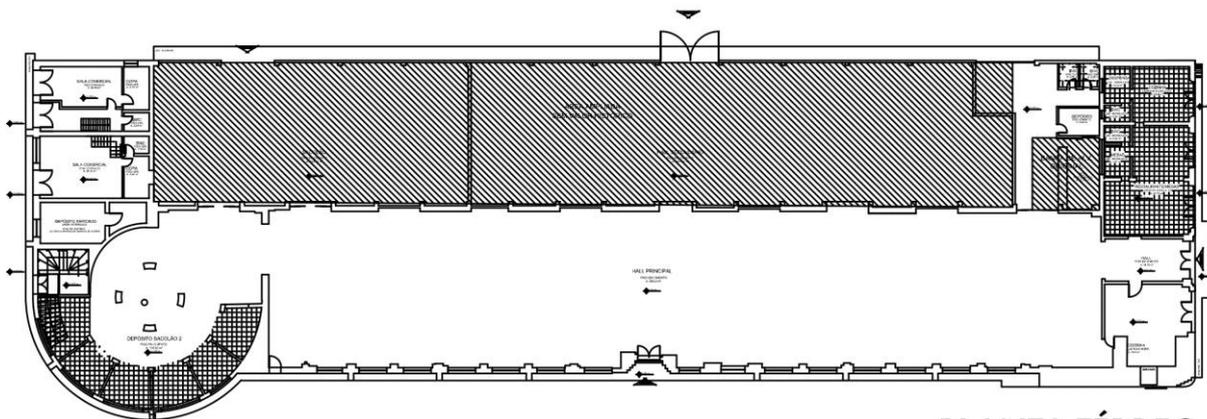
52



PLANTA COBERTURA
sem escala

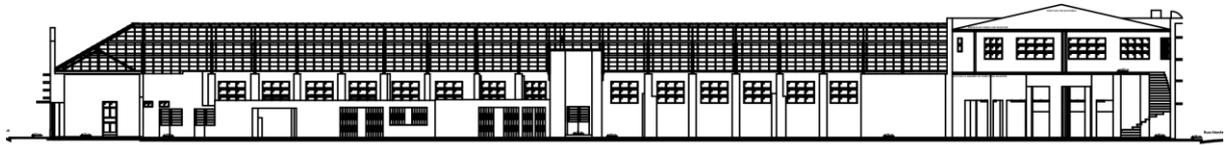


PLANTA 1º PAVIMENTO
sem escala



PLANTA TÉRREO
sem escala

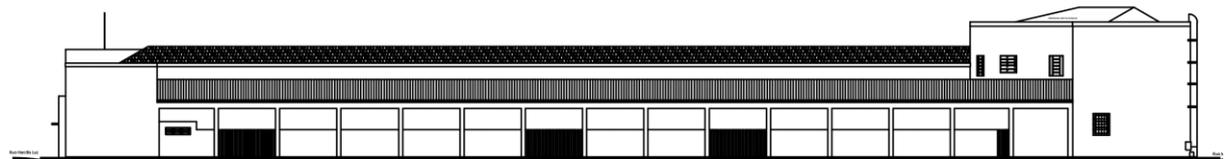
Fig. 52 – Documentação do Mercado Público: Plantas. Fonte: IAB/SC.



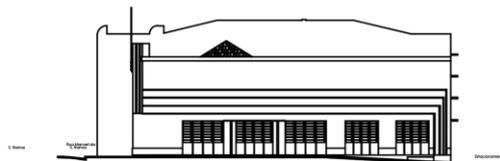
CORTE AA'
sem escala



ELEVAÇÃO SUL
sem escala



ELEVAÇÃO NORTE
sem escala



ELEVAÇÃO LESTE
sem escala



ELEVAÇÃO OESTE
sem escala

Fig. 53 – Documentação do Mercado Público: Corte e Elevações.
Fonte: IAB/SC.

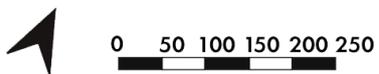
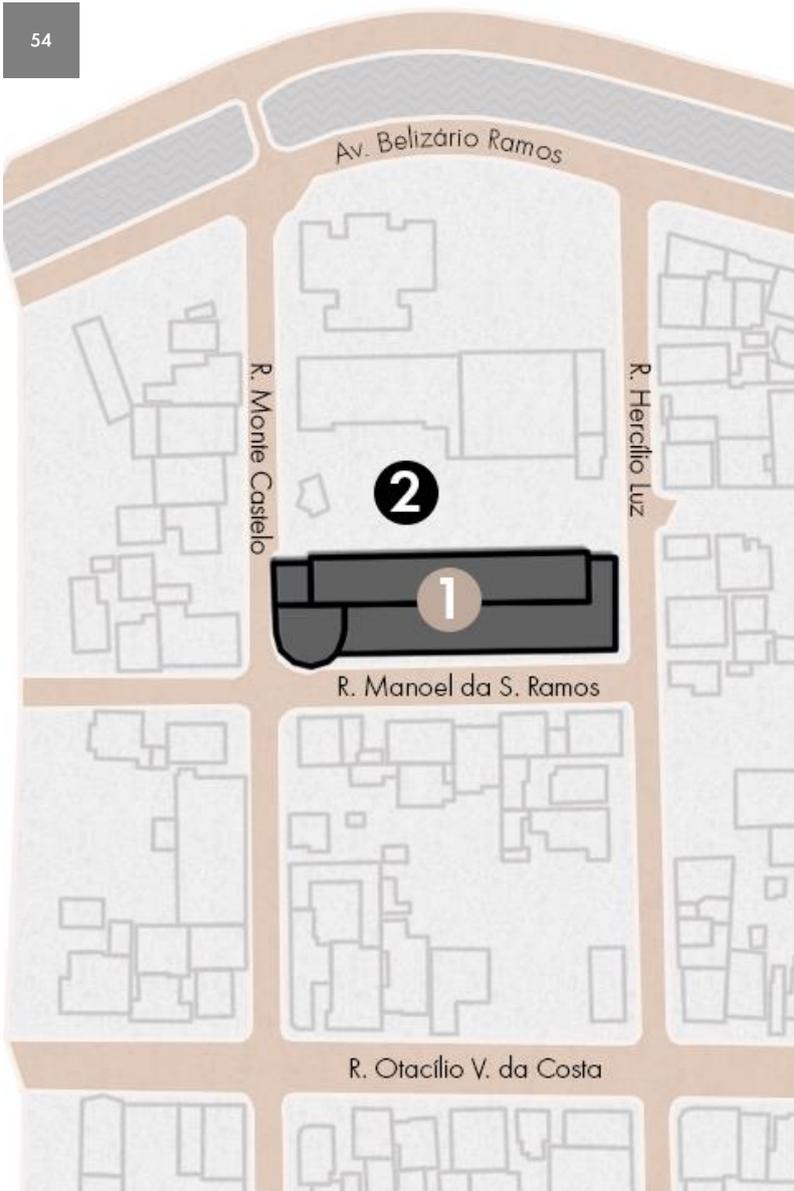


Fig. 54 – Praça Vidal Ramos Sênior: mapa de conflitos. Fonte: Do autor

2.2 bela, moderna e “europeia” – o fim dos conflitos?

No século XXI, o núcleo fundacional de Lages volta a ser alvo de modificações por iniciativa do Poder Público. Dentre as remodelações, o projeto de *Modernização do Centro Urbano de Lages* (2012) pode ser caracterizado como o mais expressivo. A “modernização”, mencionada no título desse projeto, converge com os inúmeros projetos de revitalização discutidos nos capítulos anteriores, correspondendo a estratégias de homogeneização estética dos espaços intervencionados e de higienização social. Por outro lado, no que se refere ao patrimônio construído, assiste-se ao seu desmonte, sob o histórico e já discutido argumento de necessidade de reconversão do abandono ou de conservação, o que, na verdade, implica na invenção de “novos” valores, já que as cidades precisam criar marcas ou grifes para construir imagens que as tornem atrativas.

Santos, Zanchett e Mota (2020) apontam que essas intervenções buscavam “revitalizar” lugares que não estavam mortos, visto que vinham sendo ocupados por grupos populares. Isso, contudo, por comprometer a histórica elitização da área central da cidade, pode ser um dos motes para a adoção do referido projeto pela gestão municipal. Sob um discurso de “valorização” do centro da cidade, a sua preservação espacial, material e simbólica foi relativizada, para dar lugar a ações de embelezamento que demarcam o pertencimento desse território: frequentadores com maior poder aquisitivo e ávidos pelo consumo de “novidade” e empreendedores que rentabilizam lucros com os processos de especulação imobiliária decorrentes de projetos de revitalização.

2.2.1 o plano geral

modernização do centro urbano de lages (2012)

O escritório espanhol *IDP Ingeniería, Medio Ambiente y Arquitectura* elaborou em 2012, em parceria com a Prefeitura Municipal e entidades comerciais e sociais de Lages, e, sob intermédio do Governo de Santa Catarina, o projeto de *Modernização do Centro Urbano de Lages*. Não

houve concursos para seu desenvolvimento, o que, a despeito de não ser condição para garantir um processo efetivamente democrático, como foi discutido, demonstra a total ausência desta.

Por ser de autoria de profissionais espanhóis, pode-se supor que este projeto tenha sido influenciado por ideias “estrangeiras” e que a abordagem da realidade local não tenha sido aprofundada, como pode ilustrar o fato de que os dois primeiros anteprojetos foram rejeitados. Por outro lado, os governantes tomaram a possibilidade de ter um projeto assinado por “arquitetos estrangeiros” como uma valiosa marca de suas gestões, sem se dar conta do provincianismo e dependência cultural que isso representa.

Estamos trazendo tecnologia internacional através da empresa IDP (de Barcelona, Espanha), [...] e assim podemos fazer com que o projeto atinja parâmetros nunca pensados para Lages (MATTOS, 2013, n.p.).

De qualquer modo, o projeto foi apresentado como um instrumento capaz de fomentar a cultura e o desenvolvimento socioeconômico da cidade, por meio de espaços de convivência e lazer e, ainda, resgatar a qualidade de vida local (MATTOS, 2013; PML, 2019).

A revitalização do centro é uma obra emblemática para Lages. Inspirados em visitas à Europa, e principalmente a Espanha, foi definido esse conceito com áreas de convivência, de passeio, de estar, paisagismo e, nesse conjunto, a preocupação com eventos que acontecem na cidade durante o ano, principalmente a Festa do Pinhão, que ocupa o centro (PML, 2019, n.p.).

2.2.2 os planos específicos praça joão costa (2012-2019)

Esse projeto, inicialmente, contemplou intervenções na Praça João Costa (Fig.56). Entre suas diretrizes estavam: a) criar um espaço amigável para todos os cidadãos, priorizando os pedestres em relação aos veículos; b) atrair as pessoas ao local, por meio da criação de áreas de lazer e da

implantação de áreas verdes; c) unir o novo ao antigo, mantendo o Colégio Aristiliano Ramos no projeto (IDP, 2012).

A intervenção englobava ainda as ruas que circundam a Praça João Costa. Nestas vias, as estratégias foram: a diferenciação entre o passeio e a faixa de rolagem, por meio de paginação de pisos; a subtração de vagas para veículos, para dar lugar a locais de permanência, com mobiliários urbanos, como bancos, pequenos quiosques, bicicletários e lixeiras; e a proposição de arborização urbana, como meio de promover espaços confortáveis em todas as estações (IDP, 2012). (Fig. 55)



Fig. 55 (acima) – Propostas para as ruas que circundam a praça. Fonte: <https://www.idp.es/proyectos-nuevos/modernizacion-del-centro-urbano->

56



Fig. 56 – Projeto de revitalização da Praça João Costa (2012). Fonte: <https://www.idp.es/proyectos-nuevos/modernizacion-del-centro-urbano-de-lages-brasil/>

Apesar do projeto ser datado de 2012, as obras de revitalização da Praça João Costa começaram a ocorrer em 2017 e foram finalizadas em 2019. Ao divulgar o novo projeto (Fig. 57), a Prefeitura de Lages (2019) destaca que agora a praça dá espaço a duas novas e importantes edificações. A primeira abriga uma cafeteria, banheiros públicos, central de informações e a Secretaria do Meio Ambiente; a segunda, recebe um espaço permanente para atividades festivas e um restaurante.

Ou seja, os usos propostos claramente buscam configurar um “parque” dedicado ao lazer e ao consumo, assim como Lipovestky e Serroy (2015) discutem como tendência dos projetos de revitalização.



Fig. 57 – Novo projeto de revitalização da Praça João Costa (2019).
Fonte: <https://clmais.com.br/obra-da-revitalizacao-do-centro-de-lages-pode-comecar-ate-fim-do-ano/>

conflitos emergentes

A despeito de uma idealização de um futuro harmonioso, o processo de projeto deflagrou inúmeros conflitos, destacando-se aqui os que dizem respeito ao patrimônio histórico, aos novos usos e à ambiência gerada.

No que se refere ao patrimônio, a proposta de intervenção no Colégio Aristiliano Ramos foi polêmica. O edifício que, pela Lei Orgânica Muni-

cipal (1990), possuía o status de patrimônio histórico, foi interditado em dezembro de 2011, pela Defesa Civil Municipal, devido ao comprometimento de sua estrutura e, assim, teve suas atividades educativas findadas e seus docentes e discentes transferidos para outras instituições (CORDOVA, 2016).

Como consequência destes acontecimentos, diferentes grupos travaram uma série de disputas que possuíam como ponto central a manutenção e preservação do edifício ou a sua demolição. Essa dualidade pôde ser vista nos últimos dias de dezembro do mesmo ano, quando o Jornal Correio Lageano veiculou uma enquete em seu *website* intitulada “O que deve ser feito com o prédio do Colégio Aristiliano Ramos?”. Nessa enquete, 67% de suas respostas foram em favor da reconversão do uso – como teatro ou centro de cultura –; 32% a favor da demolição; e 0,15% a favor da instalação da Secretaria do Desenvolvimento Regional (CORDOVA, 2016).

Em seguida, a comunidade escolar deu início a movimentos que discutiam o futuro do Colégio. Uma primeira iniciativa veio do vereador Marcio Machado que criou uma página no *Facebook* intitulada “Movimento Pró Escola Aristiliano Ramos – Movimento Volta pra Casa Aristilianos!!” (Fig. 58). Essa página buscava disseminar informações sobre a escola e incentivar o posicionamento contrário dos cidadãos sobre a demolição. Após isso, em março de 2012, o mesmo vereador organizou na Câmara de Vereadores de Lages, a Seção Especial “Queremos saber: o que vai acontecer com a Escola?”, que buscava ouvir do Poder Executivo Estadual um posicionamento acerca do edifício e, ainda, sugerir alternativas para o seu aproveitamento, como aponta Cordova (2016).



Fig. 58 – Página do Movimento Pró-Escola Aristiliano Ramos no *Facebook*.
Fonte: Cordova (2016, p. 121)

Foram convidados para o evento os secretários municipais da Defesa Civil e do Desenvolvimento Regional, o secretário estadual de Educação, a gerente regional de Educação e representantes da Câmara Legislativa do Estado, na esperança de se posicionarem a favor da demolição do Colégio. Esses, contudo, não se fizeram presentes (CORDOVA, 2016). Esta ausência foi repudiada pelos locais.

Isso demonstra a importância e o respeito que eles dedicam ao povo e aqueles que representam, sempre se acovardam quando tem que explicar algum desmando, ainda mais quando é a educação e instrução de uma comunidade que está em cheque, deve ser porque está novela do Colégio Aristiliano tem protagonistas e interesses outros que ainda desconhecemos, mas que com certeza virão a tona (MOVIMENTO PRÓ ESCOLA ARISTILIANO RAMOS LAGES/SC, 2012).

Todavia, este foi o primeiro encontro que os membros do Legislativo Municipal se pronunciaram favoráveis à preservação do Colégio:

Membro da Comissão de Educação do Legislativo Lageano, Neusa prometeu ser a porta-voz do movimento para com o governo do Estado. “Esta causa nos emociona e a educação não pode ser desprezada”. Sirlei se mostrou preocupada com o emocional das pessoas diretamente afetadas por tal decisão. Sabemos que muitos alunos vinham para a escola e depois retornavam para casa, acompanhados dos pais que trabalhavam no centro. Vamos lutar por estas pessoas e pela preservação deste patrimônio histórico.

Toni Duarte não acredita na derrubada de uma escola tradicional de Lages justamente no governo de um lageano. Ele destacou ainda que o Legislativo vai fazer valer o clamor da comunidade escolar. “Esta é a única porta aberta que o povo tem pra falar e ainda querem nos enfraquecer, mas isso não vai acontecer, pois vamos continuar a dar voz para as solicitações da população” (GREGÓRIO, 2012, n.p apud CORDOVA, 2016, p. 96).

Frente a estes episódios, em 2012, o Ministério Público de Santa Catarina, órgão favorável a permanência do Colégio Aristiliano Ramos, protocolou uma Ação Civil Pública contra o Estado de Santa Catarina e o Município de Lages, a fim de apurar as efetivas fragilidades do edifício (CORDOVA, 2016). Durante o processo, foram colhidos pareceres técnicos e depoimentos de institutos vinculados ao patrimônio histórico.

Em dezembro do mesmo ano, o COMPAC (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural) foi reativado pelo Prefeito de Lages, para que se obtivesse um parecer do valor histórico-cultural do edifício. O órgão, por sua vez, legitimou a importância do Colégio para a cidade e seus habitantes, mostrando-se favorável à sua manutenção. Contudo, em março de 2013, o órgão se reposicionou e se manifestou contra a sua permanência:

[...] diz que acha muito mais fácil construir uma praça do que [restaurar] uma obra, e a questão em que esse parecer se justifica é a econômica para o Estado, [...] acha que no momento o Colégio ali esteticamente para a cidade não é o mais belo, mas a questão histórica deveria ser resgatada, inclusive num projeto de paisagismo da praça como contrapartida ao município, e sugere que este Conselho sugira a reforma de todo o calçadão, considera que se deve pedir uma contrapartida maior do Estado, pois a cidade estaria dispondo de uma questão histórica e cultural, um bem cultural [COMPAC, ATA nº 05, 2012, p. 3 apud CORDOVA, 2016, p. 104].

Este mesmo discurso a favor da demolição da estrutura e a consequente revitalização do espaço público ganhou força também pelas palavras do Presidente do IHGL (Instituto Geográfico e Histórico de Lages), em parecer enviado ao MPSC, e do Presidente do núcleo de Lages do IAB/SC, em entrevista ao Jornal Correio Lageano:

[...] O espaço – não o prédio – é um verdadeiro patrimônio histórico das origens dos cidadãos lageanos por ter abrigado, muito antes da construção desta escola, o Pelourinho, no século XVIII, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, um Teatro e uma Loja Maçônica. No patrimônio memorial que o espaço, a área do terreno inspira, há campo para estudo e entendimento das práticas e representações culturais, bem como o entendimento das representações de poder associadas a um determinado imaginário político de domínio governamental, desde o século XVIII. De uma forma ou de outra aquele espaço que, como patrimônio histórico imaterial – imaterial por existir nas memórias que evoca – deve ser considerada em qualquer das hipóteses de utilização futura daquele sítio.

A área, como Patrimônio Histórico da sociedade lageana precisa ser viabilizada materialmente por meio de um memorial apropriado que inscreva definitivamente, na história deste município, os diferentes usos, já mencionados, daquele espaço comunitário nos três séculos passados: o Pelourinho, a

Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Teatro, a Loja Maçônica e o Colégio Aristiliano Ramos [escola normal] (SILVEIRA In: Ação Civil Pública/Poder Judiciário de Santa Catarina, 2013, folha 46 apud CORDOVA, 2016, p. 104-105).

Embora exista um sentimento, o prédio não tem valor arquitetônico. Uma ideia é montar uma estrutura que lembre ao cidadão a época em que aquele espaço abrigava o colégio (COSTA, 2014, n.p).

A reprodução de discursos como estes pode remeter aos artifícios adotados pelos projetos de revitalização discutidos no Capítulo 1. A enunciação de um passado nostálgico a ser resgatado por meio de revitalização oferece novos cenários, mercadorias para o consumo (ZUKIN, 2013), e/ou a afirmação de uma cultura hegemônica (CORDOVA, 2016).

Em contraposição a estes discursos, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) se manifestou no mesmo ano, em um parecer também integrante da Ação Civil Pública, que atestou a importância do Colégio Aristiliano Ramos para Lages:

[...] Foram essas características, de indiscutível qualidade arquitetônica, somadas ao significado histórico e cultural do bem, marco da educação em Santa Catarina que levaram ao seu reconhecimento como Patrimônio Histórico Municipal, tendo sido inscrito na lista de imóveis sob proteção da Lei Orgânica Municipal (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013, p. 3).

A retomada de enquetes aos leitores do Correio Lageano, em 2013, proporcionou que estes esprimissem em texto as suas opiniões, o que demonstrou, novamente, a divisão de opiniões entre os locais:

Gostaria de ver naquele local, algo que concilie a recuperação da história do colégio (um espaço) e algum empreendimento que gere algo moderno à cidade. Nós já temos dois museus. Está sendo reformado outro lugar histórico (famoso colégio rosa). Agora é pensar pra frente" Sempre pensando em gerar renda e emprego!

Chega de Museu, vamos construir prédios novos, vamos inovar, crescer, chega de lembrar do passado...

Olha, eu acho que as autoridades devem cuidar deste patrimônio, reformar e continuar o prédio como Escola, como sempre foi. Não devemos matar a nossa história, com esta

estória de inovar etc e tal, vamos deixando de lado a Educação a Saúde. Temos que nos unir seja nas ruas, pela internet em qualquer meio de comunicação para mobilizar as autoridades, que ela resolva e cuide do patrimônio da cidade e incentive empresas para a cidade de Lages, isso que a população precisa (CORDOVA, 2016, p. 126).

Contudo, nos anos seguintes, os posicionamentos de órgãos favoráveis à preservação do edifício, citados aqui ou não, foram alterados. Em 2014, a Câmara de Vereadores de Lages criou um projeto para a retirada do edifício da listagem de bens protegidos pela Lei Orgânica. Dos 19 vereadores da cidade, apenas um se pronunciou contra e, ainda, solicitou a abertura de uma audiência pública para que se acatasse a opinião de seus habitantes. Esta medida, que não foi aceita por 12 vereadores, denuncia a falta de participação popular nas definições sobre os bens culturais de sua cidade, assim como os afastam de exercitar a cidadania. (CORDOVA, 2016).

Em 2015, com a alteração do Parecer Técnico elaborado pela FCC, reações contrárias surgiram novamente nas redes, como é o caso do arquiteto, urbanista e historiador Fabiano Teixeira dos Santos:

E o que falar da situação atual do patrimônio e da memória cultural de Lages? Dispensando maiores comentários, podemos resumi-la como deprimente, ridícula, em pleno processo de amnésia, quando não, de proposital esquecimento, na medida em que sistematicamente vão se destruindo todos os poucos fragmentos que restaram, especialmente de natureza arquitetônica e urbanística, dentre os quais podemos incluir o antigo edifício do Colégio Aristiliano Ramos. Ou seja, quando não é a indiferença de uma população com grande dificuldade de reconhecer e apropriar-se dos bens culturais que a representam, é a postura autoritária e tirana do próprio estado, que, julgando-se democrático (democracia para quem?), capitaneia o processo de destruição da identidade e da memória lageanas (SANTOS, 2015, n.p).

Mesmo com a oposição de movimentos populares e de cidadãos isolados, o reposicionamento dos órgãos, principalmente da FCC, possibilitou a permissão de sua demolição em 2016 e sua efetivação em 2017. (Fig. 59)



Fig. 59 – Demolição do Colégio Aristiliano Ramos. Fonte: Página Bela Lages por Júlio Vasco no Facebook

Portanto, um longo período de interdição transcreve a história do edifício, o que, segundo Santos, Zanchett e Mota (2020), foi uma forma do poder público induzir a população local a acatar a sua demolição como um dado irremediável.

No que se refere aos novos usos na praça, observa-se que comerciantes informais e da Banca Central, existente desde a revitalização de 1970, foram transferidas para a Praça Vidal Ramos Sênior. Os comerciantes do novo café e restaurante foram definidos por licitação, ignorada a atuação daqueles que ali já trabalhavam, sendo possível observar desde aí processos de gentrificação comercial no centro, assim como já observaram Zukin (2013) e Lipovestky e Serroy (2015).

Por fim, no que se refere à ambiência, observa-se que a intervenção exigiu a demolição de canteiros, a remoção de árvores e de mobiliários, sob o argumento da necessidade de criar “novas” áreas de lazer e áreas verdes. Nesse contexto, é necessário notar que a praça já possuía uma vegetação abundante que, sob suas sobras, abrigava estares com mobiliários significativamente apropriados pela população, como já discutido. Resultou dessa intervenção grandes extensões áridas, como as praças-secas europeias que, providas de poucos mobiliários, impuseram à praça um caráter de espaço de passagem (Fig. 60). Esse fato também levou a inúmeras contestações nas redes sociais:

O “Novo Calçadão”, ao contrário do que se tinha antes das obras de revitalização, conta com pouco mobiliário urbano de descanso, os quais eram utilizados por homens e idosos que ali jogavam dama, além de serem utilizados por quem estava passando pelo local. Além disso, a vegetação ali existente foi praticamente toda retirada, dando espaço a locais de passagem, criando assim, um espaço público sem vegetação e conseqüentemente sem sombra para os que ali permanecem. A ausência de árvores foi o que mais causou estranheza da população e manifestação de desaprovação nas redes sociais por parte da população em geral (SANTOS; ZANCHETT; MOTA., 2020, p. 13).

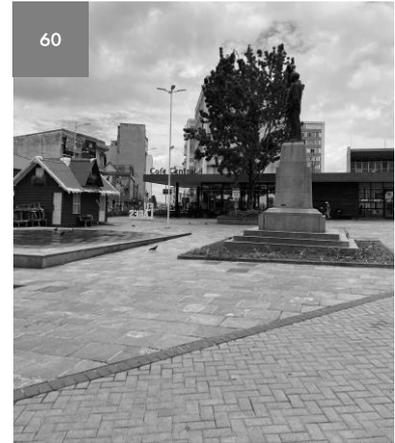


Fig. 60 – Praça e seu entorno revitalizado. Fonte: Do autor



Fig. 61 – Antes e depois da Praça João Costa. Fonte: (a) Acervo de Gilberto Neckel; (b) <https://lageshoje.com.br/revitalizacao-do-centro-transjema-moderniza-da-a-cidade/>

praça joão ribeiro (2019-2020)

Em 2018, foi realizado uma enquete pública em uma página cultural do Facebook sobre a aceitação de mudanças da estrutura dessa praça (Fig. 62).



Fig. 62 – Enquete veiculada na página cultural da PML (2018). Fonte: Página Festival Internacional Música na Serra no Facebook

Diferentemente da Praça João Costa, a revitalização da Praça João Ribeiro não teve um projeto apresentado à comunidade local, nem aos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico. Não se sabe nem mesmo se havia de fato um projeto para a empreitada.

O processo iniciou com o fechamento da praça por tapumes que impediam a população de transitar por ali e visualizar quais seriam as alterações realizadas naquele espaço (Fig. 63). Mais uma vez, portanto, a democracia é suplantada nos processos de constituição das cidades, sob a gestão dos *governos-sem-povo* que vê na opinião pública, daqueles “inaptos”, entraves para seu livre fazer (RANCIÈRE, 2005).

A obra, embargada algumas vezes pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), também foi cenário de manifestações populares que exigiam



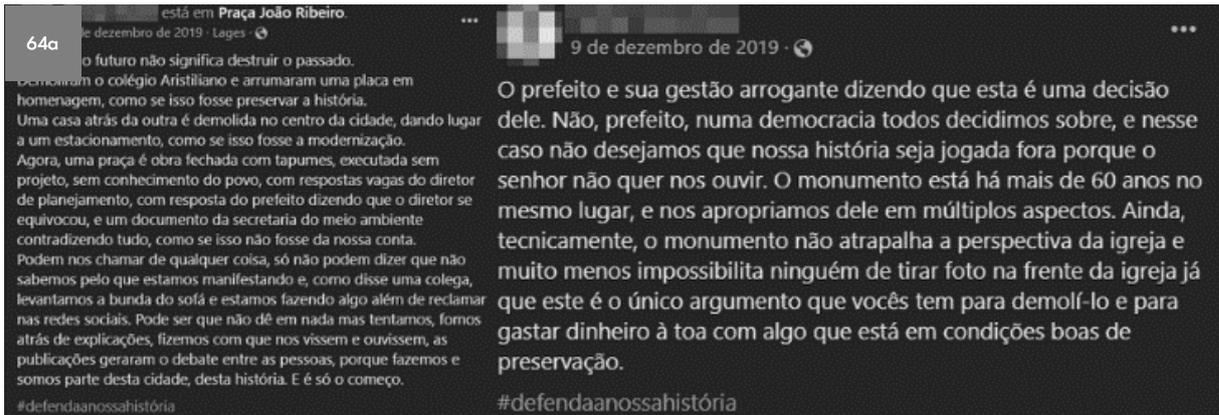
Fig. 63 – Obras na Praça João Ribeiro. Fonte: <https://clmais.com.br/obra-da-praca-joao-ribeiro-deve-ser-concluida-ate-o-final-de-junho/>

a permanência do monumento e da pintura da década de 1950, tidos como bens históricos, culturais e afetivos da população lageana. Ou seja, assim como observado desde a década de 1970, estas manifestações alargam o conceito de patrimônio, tido não só por relevância de aspectos físico-espaciais, mas também de aspectos históricos e sociais, e reclama para que a preservação contemple as marcas deixadas pelo tempo.

Neste contexto, o núcleo de Lages do Instituto de Arquitetos do Brasil, juntamente com docentes e discentes de dois cursos de Arquitetura e Urbanismo da cidade, se mobilizaram e realizaram reuniões com o Poder Público, Fundação de Cultura de Lages e a população local, afim de conservar os bens em questão. Apesar disso, o Prefeito se mostrou irredutível e apontou que a decisão partia dele, em desrespeito ao posicionamento do Conselho Municipal do Patrimônio:

[...] Ao contrário do que se falou, as propostas de intervenção na referida Praça não foram submetidas ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC, com participação de todos os seus membros (comunidade, técnicos e entidades de Lages). Em relação a isso, é lamentável, inclusive preocupante, que o Prefeito Antônio Ceron, quando questionado se o COMPAC deveria ter a palavra final, tenha dito: "a decisão é minha e já está tomada." Mas o COMPAC não deveria ter a palavra final?", foi-lhe perguntado em seguida. Ao que respondeu "não, nesse caso, com todo o respeito, é o prefeito que decide e eu já decidi" (IAB/SC NÚCLEO LAGES, 2019).

Em oposição a essa posição autoritária, houveram manifestações e debates nas redes sociais, sendo proposta organização de uma manifestação e de um abaixo-assinado em prol da suspensão das obras (Fig. 63).



Apesar desses reclames e iniciativas, o projeto teve sequência. Na intervenção, realizou-se o corte de árvores, alterou-se a iconografia do piso da praça e demoliu-se o monumento (Fig. 65 e 66), alegando que este seria construído em novo local (Fig. 67), o que demonstra uma clara falta de compreensão de que, do ponto de vista patrimonial, monumento e contexto de inserção são dados indissociáveis, como já apontava as orientações patrimoniais da década de 1970.

Diante do ocorrido, outra onda de contestação invade as redes sociais:

Destruir memórias de um povo é o mesmo que banir sua história...sua identidade. Com certeza ao passar por ali não identificaremos mais parte do nosso passado. LA-MENTÁVEL (FACEBOOK, 2019).

Não moro mais em Lages, mas me senti entristecida com o descaso e a destruição. Já não basta o que fizeram com o nosso colégio agora com a praça da Igreja. É revoltante (FACEBOOK, 2019).

Fig. 64 – Manifestações e debates sobre a revitalização da Praça João Ribeiro: (a) depoimento de moradores no Facebook; (b) Movimento público contra a revitalização. Fonte: (a) Facebook (2022); (b) Acervo do IAB/SC Núcleo Lages

Nossa! Não estou conseguindo absorver esta imagem! Toda minha infância e juventude tem memórias nesta praça! Que tristeza!! (FACEBOOK, 2019).

Lages está no caminho da cidade sem história. Várias casas históricas foram demolidas e muitas ainda serão... e agora mais esta! E a população? Infelizmente, creio que não sente parte desta história e por isso está indiferente com o que está acontecendo. Os coronéis sempre mandavam e continuam mandando nas Lajes (FACEBOOK, 2019).



Fig. 65 (ao lado) – Demolição do monumento à Getúlio Vargas. Fonte: <https://saojoaqui-online.com.br/lages/2019/12/10/monumento-de-getulio-vargas-e-demolido-por-escavadeira-no-centro-de-lages/>

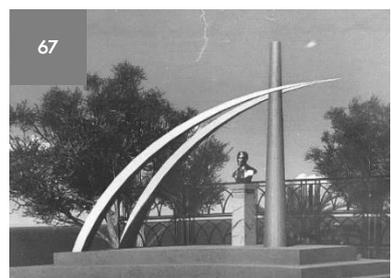
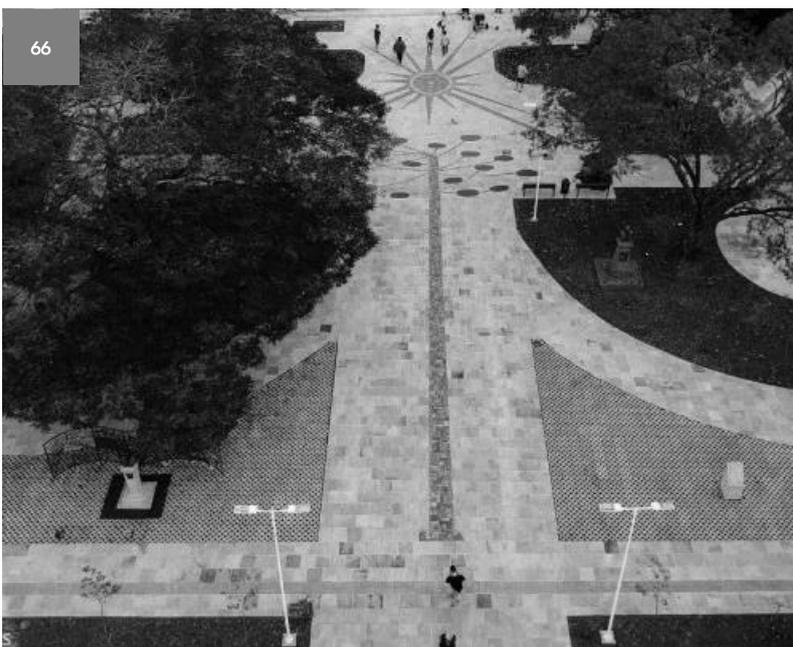


Fig. 66 (à esq.) – Praça João Ribeiro revitalizada. Fonte Página de Guilherme Tavares no Facebook

Fig. 67 – (acima) – Novo monumento proposto. Fonte Página de Guilherme Tavares no Facebook. Fonte: <https://saojoaqui-online.com.br/lages/2019/12/10/monumento-de-getulio-vargas-e-demolido-por-escavadeira-no-centro-de-lages/>

2.3 síntese

O estudo sobre Lages permite observar que, historicamente, as ações de estetização urbana atuaram como forma de demonstração de poder. Assim, essas medidas envolveram diferentes episódios de expulsões e/ou restrições de grupos menos favorecidos, sendo possível identificar “como”, “com quem” e “para quem” elas atuaram ou, ainda, continuam a atuar.

Inicialmente, estas intervenções estavam condicionadas por desejos da elite dominante e pelas suas representações políticas, que associavam os ideais europeus a uma imagem de progresso. Para viabilizar a construção dessa nova imagem, o Código de Posturas que vigorou entre 1836 e 1940, impôs modos de ser e viver aos cidadãos comuns de Lages e aos seus ciclos sociais na apropriação do espaço urbano. Junto a esse aparato legal, “modernas” construções e infraestruturas, revelam a expressão e o fortalecimento dos poderes vigentes (político e religioso) que, já que construíram territórios para sua própria sociabilidade.

A narrativa que guia esse cenário estruturado no desejo ou necessidade de “mudança” e “modernidade” traz implícito um juízo estético que, junto com respaldo da política, explicita dimensões éticas questionáveis. Estética-política-ética revelam, assim, por quem é construída e para quem se destina a cidade.

Especialmente a partir da década de 1940 e até os anos 1970, são também as narrativas de “modernidade” ou de “progresso” que legitimam as operações urbanas de cunhos estetizantes e elitizantes. Consolida-se aí a polarização centro-periferia. No primeiro, vivia a elite-rica, beneficiada por melhorias nas infraestruturas, remodelação de praças públicas e por novos edifícios com o estilo arquitetônico da “moda”; na segunda, classes pobres-operárias, beneficiadas apenas por uma rede serviços que atendiam necessidades produtivas e de serviço da classe alta e apartadas do centro por medidas de controle e ordenamento que as excluía de suas imediações.

Assim, apesar de temporal e geograficamente distante dos grandes centros urbanos, essas primeiras intervenções em Lages já revelam similaridades com os recentes processos de renovação urbana e com os seus efeitos colaterais, como os processos de gentrificação.

Após breve experiência no fim da década de 1970 que experimentou a criação de uma cidade mais igualitária, pautado pela participação popular e atuação nas áreas periféricas, ações segregadoras nos espaços públicos de Lages foram retomadas, persistindo até os dias atuais.

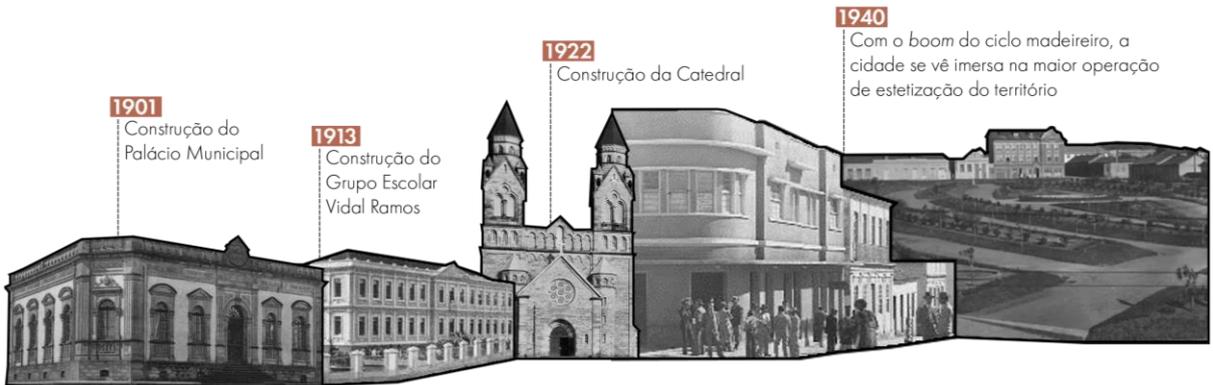
Sob a justificativa do abandono (programado?) e da necessidade de “embelezamento” do espaço público, as praças João Ribeiro, João Costa e Vidal Ramos Sênior foram objetos de intervenções. Denominadas como “revitalização”, apesar de possuírem ampla utilização por grupos populares, essas se filiam mais uma vez a modelos europeus, e buscam consolidar polos de consumo e turismo indiferentes aos modos de vida e valores locais.

Nesse terceiro momento, contudo, observa-se que essas ações sofrerem questionamentos ou contestações em manifestações de rua e redes sociais, proclamando pelo valor-de-uso de seu patrimônio. Apesar disso a gestão pública mostra-se indiferente à opinião popular ou adota (falsos) mecanismos de escuta, impondo ainda a prevalência da cidade como um valor-de-troca.

Nesse sentido, as intervenções recentes em Lages vão ao encontro das iniciativas globais, dedicadas a consolidar uma nova imagem urbana para usufruto de grupos sociais específicos. Essa imagem não diz respeito à conversão do seu patrimônio em novas cenografias urbanas, mas à higienização de seu centro histórico.

Historicamente, portanto, estética-política-ética, de modo indissociável, revelam Lages como um território em disputa em que há prevalência dos desejos e necessidades da sua elite dominante.

LAGES



(Continua)

PRAÇA JOÃO COSTA

1886
Praça ocupada pela Casa de Câmara e Cadeia e três residências particulares

1900
Se inserem na praça o Teatro Municipal e a Loja Maçônica

1904
Demolição da Cadeia Pública

1934
Construção do Colégio Aristiliano Ramos

1940-1960
Décadas de intensa busca pela modernidade, surgimento de novos espaços de encontro e adoção do art déco

1952
Greve dos taxistas

1957
Inauguração da estátua de Nereu Ramos em frente a Escola

1960
Comício de Jânio Quadros

1976
Revitalização da Praça aos moldes da rua XV de Novembro

2012
Plano de Modernização do Centro Urbano de Lages

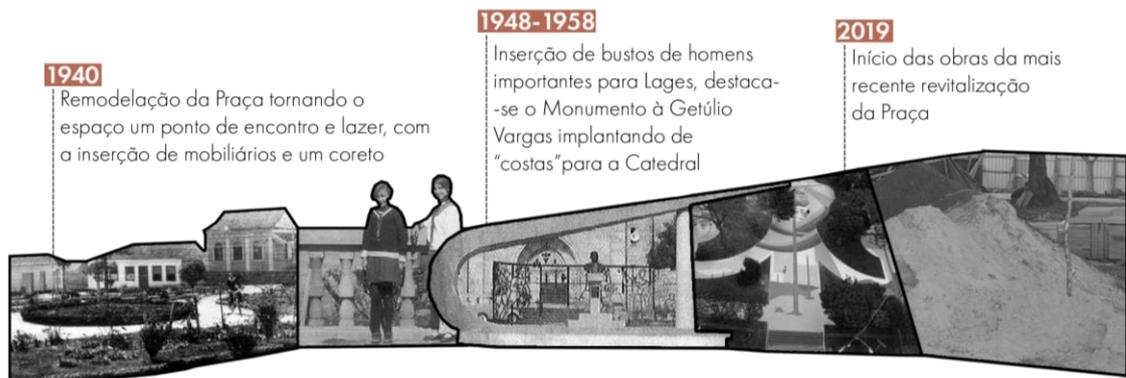
2012
Início do movimento Pró-Aristiliano

2017
Demolição do Colégio Aristiliano Ramos

2019
Inauguração da Praça revitalizada

(Continua)

PRAÇA JOÃO RIBEIRO



(Continua)



Fig. 68 – Linha do tempo: Lages e suas praças. Fonte: Do autor

3 (RE)SIGNIFICANDO O (RE)VITALIZAR

3.1 concurso de requalificação do mercado público

Afim de “resgatar” a sua história, seus valores e sua cultura, a Prefeitura Municipal de Lages, em junho de 2014, contratou o departamento catarinense do Instituto de Arquitetos do Brasil para o lançamento de um *Concurso Nacional de Arquitetura para um Projeto de Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC*. Com isso, a revitalização do edifício tornou-se uma das âncoras do projeto de *Modernização do Centro Urbano de Lages* (IDP, 2012) e que, por ser ativada por meio de um concurso, poderia representar uma opção mais democrática e aberta do que as outras operações urbanas correntes na cidade.

O argumento apresentado pelo IAB sugere o desejo de “novos conceitos de urbanização” por parte da sociedade:

A preservação do patrimônio entra na pauta como item importante e assume um caráter inclusive de moral e da autoestima para a população lageana. Os espaços públicos de convívio, áreas de lazer, áreas verdes, ruas para pedestres e novos conceitos de urbanização são solicitados pelo povo (IAB/SC, 2014, p. 5-6).

Aqui, o efetivo valor patrimonial do mercado pode ser questionado, frente ao restrito período em que esteve em funcionamento e ao seu longo estado de abandono, como discutido. Cabe observar que não houve consultas públicas sobre o possível valor desse edifício e sobre o interesse de sua preservação. Diante disso, levanta-se a hipótese de que a proposta emergja mais de uma intenção de agregar valor ao edifício, inventando memórias que pudessem vir a ser exploradas como parte de uma nova identidade da cidade.

Por outro lado, ao IAB pautar o desejo de “novos conceitos de urbanização”, é também possível supor que o concurso seja mais um artifício de incentivo à cultura do consumo (BAUMAN, 2001) que impõe modismos e tendências e alimenta desejos contínuos de “novidades”, o que, como resultado, tem levado à estetização das cidades (LIPOVESTKY; SERROY, 2015).

É à luz dessas duas hipóteses que os instrumentos e procedimentos adotados pelo concurso são examinados, buscando identificar não só “o que”, mas também “como”, “com quem” e “para quem” os seus resultados foram alcançados.

da proposição e composição

Segundo o Entrevistado 8 (2022), arquiteto e urbanista, antigo frequentador do mercado, representante do COMPAC no concurso e entrevistado por essa pesquisa, algum desejo local de recuperar e reutilizar o Mercado Novo pode ser datado já na década de 1990, período em que o espaço teve sua importância minimizada e se destinou a eventos e feiras específicas, sendo um dos temas levantados nas audiências públicas de elaboração do Plano Diretor de Lages entre 2006 e 2007. Esse sentimento se fazia presente em grupos de pequenos produtores, formados por uma maioria de idosos, e não se dava, necessariamente, pela arquitetura do edifício e sim, pelo seu uso (ENTREVISTADO 8, 2022; ENTREVISTADO 7, 2022).

Não há comprovação, portanto, se a proposição do concurso emergiu do desejo legítimo desses grupos ou não. Observa-se que há divergências entre informações de familiares de antigos comerciantes e de Entrevistado 1 (2022), arquiteto e urbanista e representante do IAB/SC no concurso, também entrevistada nesta pesquisa. No primeiro caso, familiares alegam não ter havido nenhuma consulta formal a eles (BRANCO, 2022). No segundo, o Entrevistado informou que, durante o processo de elaboração e lançamento do Concurso, foram realizadas diversas reuniões abertas ao público com entidades interessadas na revitalização, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e representantes dos antigos comerciantes, havendo a proposta uma boa aceitação.

Numa perspectiva de evidenciar a legitimidade do processo, ela também observa que o edital do concurso foi elaborado por uma equipe técnica de arquitetos – composta por integrantes do IAB/SC e da Pre-

feitura Municipal de Lages –, com o auxílio das entidades representantes da sociedade, caracterizado por ela como uma equipe multidisciplinar.

Não tendo sido encontrados até o momento documentos oficiais ou reportagens que comprovem uma ampla discussão pública sobre o tema, é possível supor que os referidos encontros e equipes “multidisciplinares” tenham envolvido apenas “convidados” da gestão pública. Tais reuniões, contudo, são assumidos pela governança como consulta pública como forma legitimar seus interesses, mesmo que a partir de decisões ocorridas a portas fechadas e entre pares.

do edital

Segundo o edital deste concurso, os projetos submetidos deveriam reestabelecer o uso do mercado, preservando suas características históricas. Afim de criar um espaço público qualificado, para se tornar o vencedor, o projeto deveria desempenhar um triplo papel: simbólico, elevando a autoestima dos lageanos e representando o momento em que a cidade estava; espaço de encontro apropriado para comercialização dos produtos típicos da cidade; e ponto turístico (IAB/SC, 2014).

Ao destacar um possível papel turístico, a proposta pode evidenciar seu alinhamento com o fenômeno global de turistificação¹⁷ dos espaços públicos, em especial aqueles tidos como patrimônio ou que podem ser convertidos como tal (JACQUES, 2005; JEUDY, 2005; LIPOVESTKY; SERROY, 2015). Neste contexto, não só as praças, mas também os antigos mercados públicos tem sido objetos privilegiados de intervenção. Desde aí, assiste-se o fenômeno de “gourmetização”¹⁸ dos mercados” (FREIRE, 2018) que, para serem convertidos em mercadorias consumíveis, são homogeneizados em seus usos e aparências, impactado a sua natureza original e a vida daqueles que tradicionalmente os frequentam ou neles trabalham.

A partir desse fenômeno global, é notório que, apesar do edifício não ser um bem tombado em nenhuma esfera do poder público, o edital su-

¹⁷ O fenômeno de turistificação apontado neste trabalho não está ligado ao formato de Turismo de Base Comunitária (TBC), que propõe que a atividade turística seja apropriada e gerida por comunidades locais, a fim de proporcionar seu próprio bem-estar e valorizar seu patrimônio ambiental e cultural e, seus valores socioculturais (ASEAN, 2016); mas sim, refere-se ao gerido por iniciativas públicas ou privadas que implementam atividades turísticas via a apropriação e transformação de territórios, em benefício de interesses exclusivos de pessoas que praticam o turismo.

¹⁸ O termo *gourmetização*, diretamente relacionado à alimentação, propõe a transformação estética de um prato comum para atender a um público específico que busca se destacar social e economicamente de outro (FREIRE, 2018). Neste sentido, os espaços *gourmetizados* atendem as mesmas premissas, como é explicitado no texto.

gere que ele seja considerado como patrimônio histórico municipal por estar listado na Lei Orgânica do Município. Apesar dessa caracterização inicial, observa-se, contudo, que não há no documento menção alguma à sua própria historicidade, discurso fundamental quando se aborda um dado patrimonial. Usos originais, características culturais e envolvimento de seus antigos frequentadores e trabalhadores são omitidos.

Pontua-se apenas aquilo que diz respeito aos dados físicos ou aparência do edifício, sugerindo que ele só poderia sofrer alterações em suas feições se estas fossem justificadas pela integração com as áreas de entorno e desde que essas respeitassem a área máxima a construir de aproximadamente 2250,00m², conforme definido pelo Plano Diretor de Lagos.

Por outro lado, o programa de necessidades apresentado pelo edital parece relevar o desejo de conversão do mercado em mais um dos polos de lazer e consumo demandados pela sociedade contemporânea. Nele, são propostos nove setores: serviços; produtos/bancas; área externa; praça de alimentação; espaço cultural; administração; apoio e logística; instalações sanitárias; e estacionamento. Aqui, chama atenção programas incomuns, como a praça de alimentação e o espaço cultural, que notadamente se comportam como atrativos para além da função original do mercado, a de vender. São estes mesmos programas que foram ampliados e convertidos em função principal em recentes projetos de revitalização e *gourmetização* de mercados, como o mercado da Ribeira, em Lisboa, que promoveu a expulsão de antigos comerciantes (HENRIQUES, 2015).

É possível observar ainda que não há, no programa, abertura para espaços que possam assimilar usos futuros, desde demandas que a própria comunidade poderia propor ou reclamar. Procura-se promover então usos previsíveis, elencados em uma rígida tabela de programa de necessidades (Quadro 1), que preza por locais “controlados”, “higiênicos” e “harmoniosos”.

Ainda no que diz respeito ao edital, é importante destacar quais sujeitos participaram da sua composição, bem como quais compuseram o corpo de jurados, já que isso diz respeito à “com quem” os resultados do concurso foram construídos. Por não prever consultas públicas, o júri, formado por arquitetos, conselheiros municipais e alguns representantes das associações industriais, comerciais, de ensino, de moradores e de produtores, foi o responsável por eleger e premiar o “melhor” projeto.

Quant.	Descrição	Área	Especificidade
SETOR SERVIÇOS			
01	Engraxate	10m ²	
01	Sapataria	10m ²	
01	Selaria	20m ²	
01	Barbearia	20m ²	
SETOR PRODUTOS - BANCAS			
1. UTILIDADES			
01	Chaveiro	10m ²	
01	Lotérica	20m ²	
01	Banca de revistas	10m ²	
01	Floricultura	20m ²	
01	Espaço p/ Caixas Eletrônicas	10m ²	
01	Informações Turísticas	10m ²	
2. ARTESANATO			
06	Boxes para artesanatos – Ex.: Couro, lã, palha, tecido, mantas, botas e lenços.	15m ² (cada)	
3. BEBIDAS			
03	Boxes para bebidas – Ex.: vinhos, licores, cachaça, cervejas.	15m ² (cada)	
4. PRODUTOS LOCAIS			
15	Boxes para produtos locais – Ex.: mel, frutas, compotas, doces, geleias, bolachas, mate, queijo, feijão, cereais e hortifrutigranjeiros.	15m ² (cada)	
5. PRODUTOS DIVERSOS			
02	Boxes	15m ² (cada)	
6. CARNES			
01	Peixaria	30m ²	
02	Açougue	30m ²	
SETOR EXTERNO			
01	Área externa para feiras provisórias	Mínimo 300m ²	Prever no mínimo 20 espaços de 15m ² com infraestrutura embutida no piso (ponto de energia elétrica, esgoto e, água fria).
SETOR PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO			
03	Bares	30m ²	
05	Bancas alimentação/lanchonete	20m ²	
01	Cafeteria	20m ²	
	Espaços para mesas	80m ²	
SETOR ESPAÇO CULTURAL			
01	Espaço para palco e exposições	150m ²	
01	Espaço para jogos	30m ²	
SETOR ADMINISTRATIVO			
01	Sala Secretaria da Agricultura	35m ²	
03	Sala Administração	25m ²	
01	Sala de Reuniões	20m ²	
01	Sala de Segurança	10m ²	
01	Auditório	75m ²	Mínimo 60 Lugares
02	Sanitários (exclusivos para setor administrativo)	5m ²	
SETOR APOIO E LOGÍSTICA			
01	Área de apoio (GLP, Lixo)		Conf. Legislação Municipal
01	Doca	50m ²	
01	Recebimento de Mercadorias	50m ²	
01	Lavação	15m ²	
01	Depósito de Material de Limpeza	5m ²	
02	Vertiários Masc./ Fem.	15m ²	
01	Depósito	25m ²	
01	Almoxarifado	25m ²	
01	Área de Carga e Descarga	100m ²	
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			
	Sanitário Masculino		Conf. Legislação Municipal
	Sanitário Feminino		Conf. Legislação Municipal
	Sanitário Acessível		Conf. Legislação Municipal e NBR 9050
ESTACIONAMENTO			
50	Vagas para veículos	12m ² (cada)	Conf. Legislação Municipal
30	Vagas para Bicicletas		Bicicletário
30	Vagas para Motocicletas		Conf. Legislação Municipal
02	Vagas de Carga/Descarga		Conf. Legislação Municipal

Quadro 1 – Programa de Necessidades. Fonte: IAB, SC (2014), adaptado pelo autor

da composição do júri

Para essa eleição, as instituições promotoras apostaram na organização de dois corpos de jurados, um *técnico* – formado por arquitetos que concorreram e/ou atuaram como jurados em concursos de arquitetura –; e um *representativo* – composto por integrantes da sociedade –, que possuía funções apenas consultivas. Isso, apesar de demonstrar certa “abertura” para participação da comunidade, não representou uma efetiva escuta

popular. Para além do segundo júri não possuir poderes deliberativos, observa-se que a sua composição envolveu, quase em sua totalidade, arquitetos e engenheiros civis locais, o que potencialmente, determinava a reprodução ou sobreposição de olhares técnicos. Assim, a composição e ação do júri representativo parece se dar mais como forma de legitimar aquilo que o júri principal estava apto a decretar como “melhor” (ENTREVISTADO 7, 2022; ENTREVISTADO 4, 2022).

da submissão de propostas

O Concurso Nacional foi amplamente divulgado em *websites* especializados e mídia em geral, o que significa que já rendeu boa visibilidade para o município e ajudou a conferir a ele uma nova imagem. Decorre desta larga divulgação o fato de o concurso ter recebido 179 inscrições, envolvendo 46 profissionais e equipes vindas de 18 estados brasileiros.

do processo de escolha

A avaliação dos projetos enviados ao Concurso ocorreu em duas etapas, conforme verifica-se na ata de julgamento (IAB/SC, 2014; ENTREVISTADO 3, 2022). Após a análise prévia dos documentos inscritos e homologação dos concorrentes, a equipe composta pelos organizadores, coordenadores, jurados técnicos e representante da Prefeitura realizou uma visita guiada ao Mercado Público, com vistas a afirmar os critérios de avaliação das propostas. Nesse sentido, foram elencadas:

[...] a integração do novo mercado à cidade; a adequação à topografia; a preservação da memória do antigo mercado; a adequação volumétrica do conjunto; a funcionalidade do mercado; a articulação dos espaços; a linguagem arquitetônica; as soluções construtivas; a economicidade; a sustentabilidade; e, a imagem forte e clara que se procura num projeto arquitetônico com qualidade (IAB/SC, 2014, n.p).

A partir destes itens, os integrantes do júri realizaram avaliações individuais e em grupo, definindo três projetos que seriam remetidos ao júri re-

presentativo, junto a outros dois que, por unanimidade, receberam menções honrosas (IAB/SC, 2014). (Fig. 67)



Fig. 69 – Os projetos para o Mercado selecionados pelo júri. Fonte: <https://concursosdeprojeto.org/2014/10/18/premiados-concurso-nacional-de-arquitetura-mercado-publico-de-lages-sc/>

Os três projetos pré-selecionados foram apresentados pelo comitê técnico ao segundo júri e, de forma conjunta, analisaram e debateram as propostas. De acordo com a ata da reunião, houve consenso entorno do projeto vencedor, eleito razões técnicas, conceituais e de integração urbana.

Ganha destaque a participação do arquiteto português José Antônio Barbosa, convidado pelo IAB/SC para ministrar uma palestra na cidade dias antes da eleição do projeto e que, integrou também o júri, o que pode deflagrar um apreço por uma arquitetura “globalizada”.

Relatos de integrantes do júri representativo, entrevistados pela pesquisa, apontam, contudo, situações conflitivas (ENTREVISTADO 4, 2022; ENTREVISTADO 5, 2022). O Entrevistado 7 (2022), por exemplo, expõe que o projeto vencedor, apesar de estabelecer maior relação com a cidade que os demais correntes, foi criticado pela experiência que promovia ao usuário, ao assumir um caráter rígido, pouco acolhedor e distante da linguagem arquitetônica local. A proposta também foi criticada por sua excessiva neutralidade em relação à pré-existência, já que, a despeito de ser essa uma orientação comum em intervenções patrimoniais, tratava-se de um caso em que não havia grandes vínculos entre o usuário e o edifício em questão.

Ainda segundo o Entrevistado 7 (2022), a proposta que ficou em terceiro lugar se apresentava como uma opção a ser considerada por sua relação com materiais e clima locais, pela ambientação agradável de seus estares e pela linguagem marcante do novo edifício. Somava-se a isso, o fato de que o custo do projeto escolhido talvez fosse maior que o estipulado. Apesar dos debates, estes assuntos foram vencidos.

dos resultados

O projeto premiado, de autoria dos arquitetos paulistas Henrique Zulian, Talita Broering, Vitor Zanatta e Vinicius Figueiredo, é descrito pela comissão avaliadora como o que respondeu de maneira mais eficaz aos cri-

térios de avaliação. Em ata, registra-se que a proposta se destacou das demais pela implantação de seus volumes, que propiciou uma articulação entre os edifícios e a cidade; pela linguagem arquitetônica respeitosa com a preexistência, determinante para uma identidade forte; pela organização espacial; e, ainda, pela preocupação com a eficiência energética e a sustentabilidade (IAB/SC, 2014).

[...] destaca-se dos restantes por procurar estabelecer relações de vivência e de articulação com a cidade. Este projeto, de uma forma muito evidente, procura integrar-se no tecido urbano e, procura funcionar como elemento dinamizador e indutor da cidade. Volumetricamente, os diversos corpos do mercado organizam-se de um modo harmonioso garantindo uma implantação que permite criar um grande espaço central, parcialmente coberto, o que garante uma utilização confortável do mercado durante todas as estações do ano. A linguagem arquitetônica, cuidadosa e de expressão contemporânea, denota um grande respeito pela preexistência e eficácia da nova intervenção, criando um conjunto bem articulado e, com uma nova imagem, forte. Os diversos espaços estão bem organizados e articulados entre si em conformidade com o programa do concurso. O estacionamento no subsolo permite liberar a área de utilização pública para as pessoas. Relativamente à questão da eficiência e da sustentabilidade, consideramos que o projeto denota uma grande preocupação ambiental e de conforto de utilização, recorrendo a um sistema construtivo baseado em técnicas associadas à introdução pontual de elementos pré-fabricados, bem como a utilização de sistemas passivos de eficiência energética (IAB/SC, 2014, p.2).

do projeto vencedor

Junto ao antigo edifício, o projeto contempla um anexo, implantado à SO-NE e tangente a ele. Segundo os autores, a nova edificação objetivava preservar a matriz compositiva da pré-existência, o que impôs a ela uma planta retangular em dimensões comuns ao Mercado Público, gerando um conjunto com planta em "O" e um pátio central. Por outro lado, esse conjunto buscava estabelecer relações permeáveis com a cidade, visto que "permeabilidade e continuidade" espacial seriam condições para "garantir" trocas qualitativas e permanências e, pretensamente (ou

ingenuamente), uma forma de evitar “problemas” decorrentes do “enfrentamento” com o espaço urbano. (Figs. 70 e 71).

Entende-se aqui que, desde sua origem, o uso de um mercado necessita de permeabilidade e continuidade do espaço público para realizar de maneira qualitativa as suas trocas, eventos, funcionalidade e sociabilidade, além de proporcionar espacialidades dignas e que incentivem o usuário à longa permanência. Do contrário, diversos problemas podem ser revelados e acentuados com o tempo. A solução encontrada foi um equilíbrio entre uso/não-enfrentamento urbano e valorização da edificação histórica (BROERING; ZULIAN; ZANATTA; FIGUEIREDO, 2015, n.p).

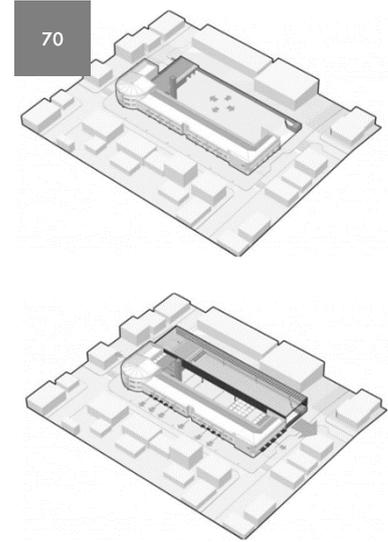


Fig. 70 – Esquema projetual de permeabilidade no mercado. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015)

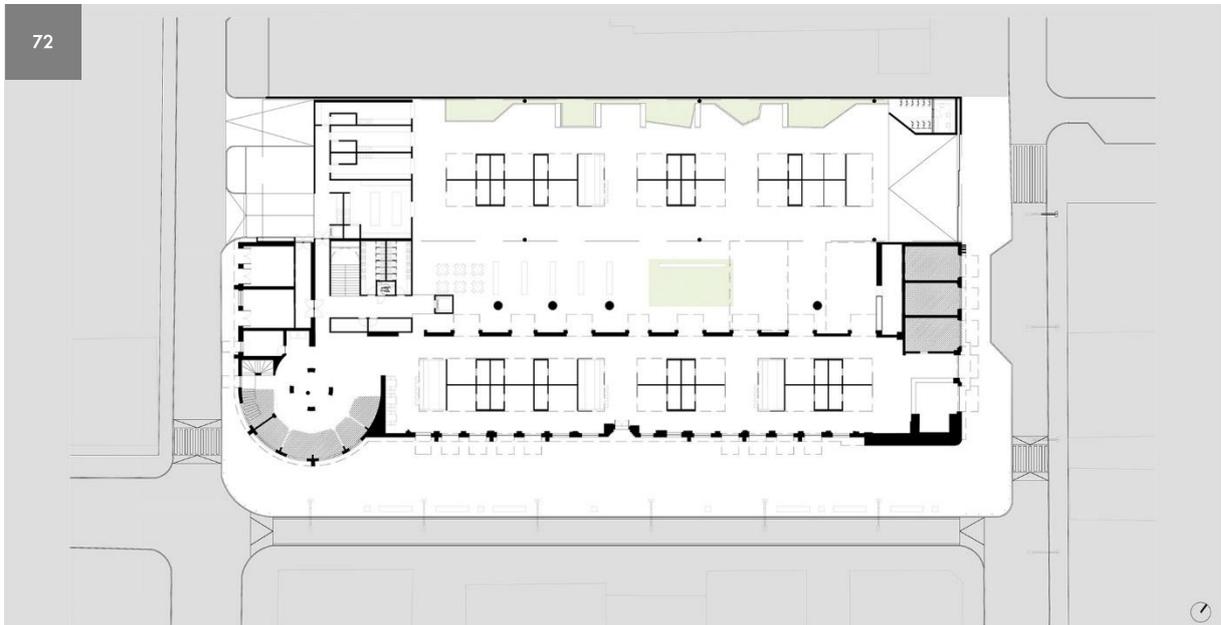


Fig. 71 – Implantação. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015)

O *pátio central* resultante seria dedicado à permanência e à passagem dos usuários, tido como um “espaço de imprevisibilidade”. (Figs. 72 e 73).

Essa implantação tira o melhor proveito do espaço restante do terreno sem necessariamente construir para alcançá-lo e libera um respiro central que recupera a visualidade para a antiga fachada perdida do mercado. Esse pátio aberto abriga o espaço da imprevisibilidade, do lazer, dos eventos, oficinas ao ar livre, do chimarrão, dos jogos, com um único destaque fixo para o Monumento à Coxilha Rica, representando por um muro em pedras dos antigos caminhos de tro-

pas da região (BROERING; ZULIAN, ZANATTA, FIGUEIREDO, 2015, n.p).



O novo volume, definido por uma grande cobertura, segue gabarito respeitoso ao mercado e se difere do mesmo nos materiais e técnicas construtivas. Essa cobertura ensaia, portanto, relações harmônicas com a pré-existência e respeita parâmetros compositivos de legibilidade, impostos pelo edital. (Fig. 74).

Fig. 72 (acima) – Planta baixa do térreo. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015)

Fig. 73 (abaixo) – Pátio central do mercado. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015)



Fig. 74 – Relações entre a pré-existência e o novo. Fonte: Broering; Zúlian; Zanatta; Figueiredo (2015)

Por outro lado, observa-se aqui também uma resposta formal satisfatória para o gosto “genérico” global, correspondendo a referências midiáticas e acatadas pela cultura disciplinar. Uma mesma correspondência pode ser observada ao que é imposto pelas legislações patrimoniais que, como observa Jacques (2005), ao serem padronizadas e não adaptadas às realidades locais, condiciona respostas muito semelhantes em várias partes do mundo. Uma única transgressão a esse universo se dá na referência a um repertório local: os muros em pedras dos antigos Caminhos das Tropas, que são empregas junto ao Monumento à Coxilha Rica.

É importante mencionar ainda que, a despeito de corretas estratégias compositivas, a *abertura de novos vãos* para possibilitar atividades voltadas para a rua em horários independentes do mercado, como bares, lanchonetes, serviços e exposições, claramente corresponde com o que foi especulado anteriormente: o propósito de consolidar guetos de consumo e lazer. (Fig. 75 e 76)

Novos vãos foram abertos para o largo criado em frente na Rua Manoel da Silva Ramos e, seguindo a unidade do conjunto e critérios de economia, previram-se portas de aço na cor bordô escuro destacando-se em respeito ao antigo. [...] Ao bascular, permitem abertura máxima entre as linhas e configuram uma releitura do clássico toldo de proteção e dotam este pedaço da cidade de ambiência em escala humana para mesas e cadeiras (BROERING; ZULIAN, ZANATTA, FIGUEIREDO, 2015, n.p).

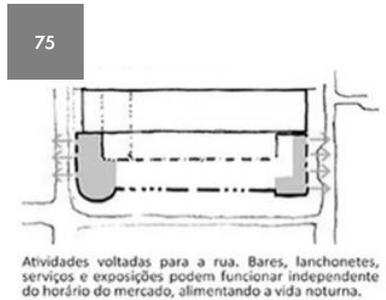


Fig. 75 – Esquema conceitual da relação interior-exterior. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015), adaptado pelo autor



(Continua)



Fig. 76 – Abertura do Mercado para a cidade. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015)

Ampara estes usos abertos ao espaço público o calçamento histórico que, em nível elevado e com bancos e árvores, configura uma espécie de “Largo”, destinado à passagem e permanência de pedestres. Neste local, por meio da instalação de boxes, poderiam ocorrer feiras itinerantes que transformariam este espaço em um largo-mercado, teoricamente, único e contínuo (Fig. 77).



Fig. 77 – O largo-mercado. Fonte: Broering; Zulian; Zanatta; Figueiredo (2015)

O espaço público, externo e interno, portanto, se amalgamam no propósito de espetacularizar a cidade, explorando aquilo que pode ser tido como patrimônio ou o que poderá vir a ser desde essa ação. O projeto do mercado possui, assim, potência para se converter em mais uma das novas “marcas” da cidade, a colaborar para a consolidação de uma nova imagem.

O resultado disso, como observa Jacques (2005), segue uma fórmula historicamente já sabida e pouco criticada: processos de gentrificação. Esses poderão se dar tanto do ponto de vista comercial, com a expulsão dos antigos comerciantes do mercado e de pequenos negócios do entorno; como, do ponto de vista habitacional, já que a valorização imobiliária a ser promovida pelo projeto poderá inflacionar aluguéis dos imóveis do contexto e expulsar antigos moradores. Por fim, antigos frequentadores ou potenciais usuários de baixo poder aquisitivo poderão dar lugar aos endinheirados e turistas que encontrarão ali um ambiente propício ao consumo.

da efetivação e sua ocupação

No ano subsequente a divulgação do resultado do concurso, os arquitetos vencedores assinaram o contrato para a elaboração do projeto executivo, ficando a gestão Pública responsável, na etapa seguinte, pela captação de recursos junto às esferas federais (IAB/SC, 2015). Apesar disso, somente em 2018, a Prefeitura Municipal de Lages abriu a licitação para a realização da obra. O projeto executado, todavia, não seguiu o desenho original da proposta, conforme destaca um dos autores do projeto (BRANCO, 2022).

Dois anos após, foi anunciado o Edital de Concorrência para a ocupação dos boxes que, dedicada a empresas, microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais e cooperativas, não contemplavam os antigos comerciantes à medida que impunha atividades diferentes das habituais de um mercado público. Entre os usos, ga-

nham destaque a praça de alimentação – composta por restaurante, lanchonete, bares, *fiambreteria*, dentre outros –, onde se previa a comercialização de produtos locais, nacionais e importados; empório de vinhos coloniais e de altitude; choperia; e, a loja de *souvenirs* (PML, 2020).

Finalizado em 2021, o espaço – dividido em duas alas, conforme projeto original – hoje pode ser comparado a um *shopping center*. Os usos acima comentados se mesclam a outros comércios do entorno e, muitas vezes, possuem o projeto de suas fachadas e interiores assinados por arquitetos da cidade. Os poucos comerciantes de produtos “da terra” ali presentes dividem a nova cobertura com a praça de alimentação e outros quiosques de alimentação. (Fig. 78)

Com vistas a incentivar a presença de público após a sua inauguração do espaço, os gestores do Mercado Público de Lages têm apostado na promoção de eventos culturais e gastronômicos que, junto às atividades comerciais oferecidas, pode “sugerir” a quem a revitalização se destina. O Mercado conta com uma programação fixa nas quintas e sextas-feiras, intituladas “Quinta Nativa” e “Sexta Pop Rock”, contudo, já sediou o *Stammitsch* da Serra, destinado ao comércio das cervejarias locais; Copa do Mundo no Mercado; escolha das realezas da Festa Nacional do Pinhão; encontros de veículos antigos e clássicos; e, outros.

Este caráter *turistificante* e elitista tem sido denunciado pelos moradores locais nas redes sociais. Em publicação realizada em janeiro de 2023, no grupo “*Lages Antigamente*” do *Facebook*, o autor desse trabalho solicitou a opinião dos membros sobre a revitalização do local e sua ocupação. (Fig. 79)

Os comentários obtidos evidenciam a falta, ou inexistência, do vínculo de pertencimento da população ao novo espaço, uma vez que não inserem os produtores locais e, ainda, promovem novos usos e programações que conferem ao mercado um *status gourmet*.

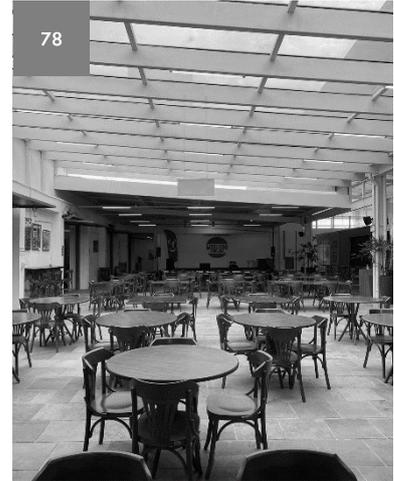


Fig. 78 – Interior do Mercado Público após a revitalização. Fonte: Do autor

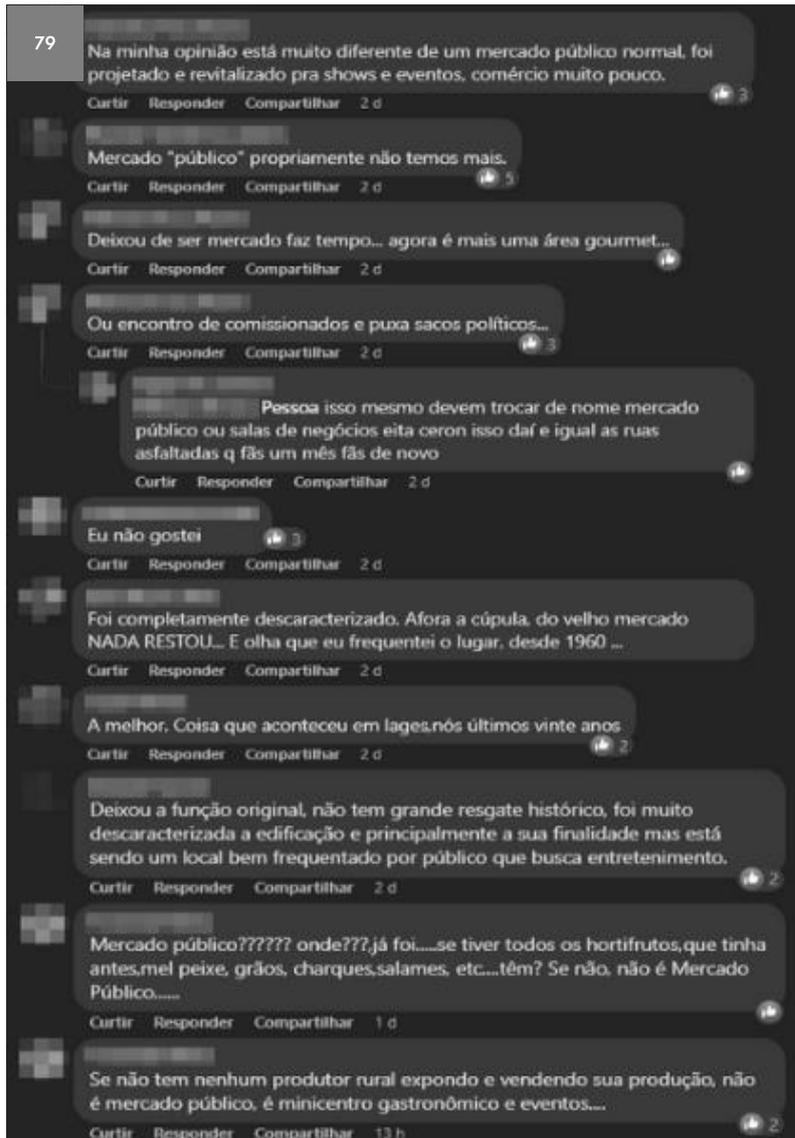


Fig. 79 – Enquete sobre o a revitalização do Mercado realizada no Facebook. Fonte: Do autor



Fig. 80 – O construído e o imaginado:
 (a) Mercado Público (2011); (b)
 Projeto para o Mercado (2014); (c)
 Mercado Público (2022). Fonte: (a) e
 (c) Google Earth; (b) Broering; Zúlian;
 Zanatta; Figueiredo (2015)

3.3 síntese

A análise sobre a requalificação do Mercado Público de Lages revela que, mesmo que efetuada a partir de um concurso de projeto, o potencial de construção de uma proposta socialmente mais inclusiva, resultante de diálogos entre profissionais e leigos, não se efetivou. Pelo contrário, ela se apresenta como mais um dos mecanismos, agora sob uma aparência democrática, que legitima os históricos processos de estetização e elitização assistidos em Lages.

Associando essa intervenção com as demais operadas nas praças públicas de Lages, observa-se que, se antes elas eram mobilizadas por discursos de necessidade de “modernidade” e “progresso”, agora esses discursos recaem aos desejos de “resgate de uma memória”, e de afirmação dos “novos conceitos de urbanização”.

Essa memória, contudo, é presumivelmente inventada. Não diz respeito ao juízo popular, já que não houve consultas públicas sobre o valor do edifício e sobre desejos de sua preservação. Tampouco ela remete ao universo simbólico de antigos trabalhadores e frequentadores desse espaço, o que legitimaria o seu valor. Trata-se, da invenção de uma ideia de patrimônio, o que, como discutido no capítulo 1, é um artifício útil para a consolidação de cenários urbanos dedicados às cidades-atração.

Para consolidar isso, técnicos e dirigentes locais programam um edital em que a ação popular, quer para definir o programa, quer para avaliação das propostas, é restrita. Assim, no concurso, tal como nas praças e na cidade, sujeitos são sutilmente apartados dos processos decisórios e, de modo explícito, passam a ter suas vidas afetadas pelos resultados emergentes dessas decisões.

Esse banimento pode ser ilustrado pelo fato de que sujeitos que historicamente trabalharam ou frequentaram o mercado hoje são constrangidos ou impedidos de usufruí-lo, dado aos padrões de consumo impostos pelo caráter de polo de lazer e consumo *gourmetizado* que o mercado assumiu. O endereçamento do espaço, então, é para elites empreen-

dedoras e consumidoras, entre os quais os turistas. O valor-de-troca do edifício, mais uma vez, se sobrepõe ao seu valor-de-troca.

Emoldura essa nova dinâmica social uma estética higiênica e obediente às tendências globais, mediatizadas, e às legislações patrimoniais, ignorando valores e enfraquecendo identidades locais. Se constitui, contudo, como um marco na paisagem que rentabiliza uma imagem positiva à gestão pública e que indica, como perspectiva, a valorização imobiliária de seu entorno, a especulação e o desencadeamento de futuros processos de gentrificação no comércio e na habitação local.

O novo mercado, portanto, não é só um gesto estético promovido via concurso e divulgado em redes sociais e mídias especializadas. É também uma artimanha política que possui dimensões éticas questionáveis.



Fig. 81 – Imagens de um mesmo espaço: Mercado Público de Lages.
Fonte: Do autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado na introdução, este trabalho emergiu da oportunidade de discutir o fenômeno de estetização de territórios, decorrentes de operações de revitalização urbana em cidades médias. Buscou-se entender os acionamentos desse fenômeno e os movimentos por ele disparados, a partir de uma retórica estética-ética-política, tendo como objeto de estudo a cidade de Lages.

Inicialmente, essa pesquisa centrava-se no *Concurso de Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages (2014)*, de onde seria possível investigar as propostas de revitalização do espaço edificado e seus efeitos colaterais sobre o tecido físico-social. Contudo, durante o percurso da dissertação, verificou-se a impossibilidade em tratar o edifício como um dado isolado. O seu projeto é peça-chave de uma estratégia maior que afeta outros espaços públicos da cidade, o que exigiu alargar o recorte da área de estudos e as consequentes reflexões.

Desde esses espaços se observa que, não só hoje, mas ao longo do tempo, as ações que incidem sobre eles, recorrentemente, são legitimadas sob o argumento da necessidade de “embelezamento” ou “modernização”. Esses argumentos, portanto, buscam obscurecer o desejo de privilegiar o uso desses espaços por parte da elite local, em detrimento de classes populares. A estetização, portanto, traz consigo dimensões elitistas, imbricando estética-ética-política nos projetos.

Esse ponto de vista converge, em maior ou menor grau, com estudos de outras áreas de conhecimento já desenvolvidos sobre Lages, sendo, contudo, pouco explorado pela Arquitetura e Urbanismo. Por outro lado, poucas são as abordagens dos recentes projetos de revitalização. Assim, essa pesquisa procurou sistematizar os referidos estudos, cartografando aquilo que está textualizado, bem como buscou avançar sobre aquilo que, hoje, (re)produz o que foi ontem.

Como forma de explicitar as reflexões desenvolvidas nessa caminhada, o trabalho se organizou em três capítulos que abordam os modos de

revitalizar, os conflitos que deles emanam e a reprodução destes na formação urbana de Lages.

○ **Capítulo 1 – A Eterna Juventude e os Privilégios da Beleza**

possibilitou, não apenas o reconhecimento de diferentes práticas revitalizantes no tempo-espaço, como também oportunizou o reconhecimento destas como estratégia capaz de transformar a cidade e seus espaços em mercadorias, abdicando do seu valor de uso. Desde então, os espaços públicos são transformados em polos de consumo ou parques temáticos, dedicados a endinheirados e turistas e aos interesses de especuladores imobiliários. Nesse contexto, vale-se de inúmeras táticas, destacando-se o trato do patrimônio histórico que é tanto espetacularizado, quanto desmantelado, a fim de construir uma “nova” imagem urbana, pronta para o consumo.

Atuam na consolidação dessa nova imagem programas legais e campanhas publicitárias que, em comum, assumem a mesma forma de construir cidade: sem participação popular. Corrobora para isso, a maioria dos concursos de projeto de Arquitetura e Urbanismo que, a despeito de uma retórica “democrática”, assumem sutis artifícios para designar exclusivamente a técnicos, o papel de conceber e eleger os destinos da cidade, refutando do processo decisório aqueles “inaptos” a pensá-la e/ou os que terão sus vidas afetadas pelos projetos.

À luz dessas reflexões, foi discutida a formação da cidade de Lages, estruturada no **Capítulo 2 – Revitalizar o Vitalizado: o Caso de Lages**. Nele, se reconheceu que, desde sua fundação, a cidade está imersa em conflitos socioespaciais. Centrando-se principalmente em três praças que conformam o núcleo fundacional de Lages, observou-se que as intervenções “modernizantes” ao longo do tempo se deram a fim de demarcar territórios a distintos grupos sociais, dando privilégios aos espaços dedicados à elite local. Nesse contexto, o patrimônio edificado e urbano foi constantemente desmantelado, buscando moldar uma nova imagem que superasse o imaginário provinciano e/ou que correspondesse aos “modismos” ou ao “progresso” dos grandes centros urbanos.

Também aqui, o aparato legal e a imprensa criaram condições para tornar legítimas as estetizações observadas.

Os discursos que sustentam esse fenômeno, mais evidente a partir década de 1940, ainda parecem estar subjacentes nas obras recentes no centro de Lages, promovidas pelo projeto de *Modernização do Centro Urbano* (2012). Aqui, a revitalização é defendida mesmo em espaços repletos de vitalidade, onde atuam sujeitos de distintos extratos sociais. Assiste-se, assim, um projeto assinado por um escritório europeu que, na ânsia de assegurar a replicação de “tendências globais”, desmonta o patrimônio edificado e urbano e, com programas dedicados ao consumo de lazer e turismo, afasta antigos frequentadores e comerciantes, especialmente aqueles de baixo poder aquisitivo.

O projeto, portanto, não é só estético, é também ético-político e, mais uma vez, afirma com quem o centro de Lages é pensado e para quem se destina.

A partir desse contexto, o projeto do Mercado Público foi analisado no **Capítulo 3 – (Re)significando o (Re)vitalizar**. O edifício, construído ao fim da década de 1940, já revela em sua história sucessivas camadas de conflitos de interesse, quer com a substituição do antigo mercado na mesma década, que levou à construção desse em estudo; quer no seu processo de sucateamento por parte do poder público, que levou à interdição e expulsão repentina de antigos comerciantes.

Abandonado por anos, o projeto de sua revitalização foi mobilizado por meio de um concurso que, por seus moldes tradicionais, direcionou o espaço à perspectiva similar ao das praças.

O concurso delegou grande parte do processo decisório a técnicos e políticos. Arquitetos e urbanistas e membros de entidades comerciais e do governo possuíram privilégios no processo, quer na construção do edital e do programa de necessidades, quer na composição do corpo de jurados para a escolha do projeto vencedor. Verifica-se que, mesmo com a previsão de participação popular em um júri representativo, esse não se efetivou, já que a sua composição se deu por indicação de enti-

dades interessadas que também designaram uma maioria de arquitetos e engenheiros civis para a função.

Assim pactuado, memórias e desejos de antigos comerciantes e frequentadores pouco incidiram sobre o processo. Pelo contrário, o edital já enunciava uma perspectiva de *gourmetização* do espaço, principalmente ao evidenciar o seu papel turístico e prever usos fora dos habituais a um mercado. Os resultados do concurso, por sua vez, revelam vocabulários estéticos menos ligados ao contexto local e mais atentos a repertórios midiáticos, acadêmicos, ou a padrões impostos por cartas patrimoniais, esses mais facilmente consumíveis.

Mesmo que o projeto vencedor não tenha sido executado na íntegra, a “reforma” que o espaço sofreu após o concurso materializa as perspectivas apontadas. O espaço foi ocupado por algumas das atividades já apresentadas no edital do concurso e, por outras tantas que reforçam, ainda mais, um perfil elitista de seus usuários.

Ao cruzar essas reflexões, traçadas em distintos contextos e espaços-tempo, observa-se que as cidades reproduzem modelos de revitalização, desde os quais, mais do que se questionar o que e como são feitos, cabe também refletir com quem e para quem se destinam.

No caso de Lages, a imposição de soluções nas praças, em detrimento de manifestações populares, ou o silenciamento do público historicamente envolvido no mercado, legitimado por um concurso burocrático, revelam nuances nas formas de fazer cidade dos poderes dominantes. Se eles não explicitam seus autoritarismos, usam artifícios que driblam resistências e, a baixo custo, obtêm anuência para os seus interesses ou dos grupos que representam.

As praças e o mercado que emergem desses processos assumem uma estética higiênica e “moderna”, como requer os espaços de consumo dedicados aos que podem pagar caro, mas perdem identidade e, principalmente, o seu potencial como espaços de encontro e de convergência social em suas diferenças.

Além das pessoas que de imediato já sofrem os impactos dessa segregação, as perspectivas futuras merecem atenção e abrem espaço para novas investigações, para as quais as reflexões dessa pesquisa talvez possam servir de aporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcio Moreira. *A Força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1980.

ANDRADE, Ulisses Morato de. Frutas, legumes, arquitetura e democracia! O Caso do Mercado Distrital do Cruzeiro, Belo Horizonte – MG. *Projetos*. São Paulo: Vitruvius, ano 11, n. 132.01, dez. 2011, n.p. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.132/4165>>. Acesso em: 16 set. 2021.

ARAÚJO, Maria Sousa Lopes Borges de. *O Mercado como Gerador de Urbanidade*. Casos de estudo na cidade do Porto. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021.

Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). (2016). *ASEAN community based tourism standard*. Jakarta, ASEAN Secretariat.

ASSAEL, Daniela. Laboratorio para la ciudad. Transformación del Mercado de Montería en contexto con su Centro Histórico. *Plataforma Arquitectura*, 27 jan. 2015, n.p. Online. Disponível em: <<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/761086/laboratorio-para-la-ciudad-transformacion-del-mercado-de-monteria-en-contexto-con-su-centro-historico>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BAHIA, Denise Marques. Assim caminha a modernidade...*Mínimo Denominador Comum Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: ano 1, n.2, fev. 2006. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2006/02/28/assim-caminha-a-modernidade%E2%80%A6/>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BARATTO, Romulo. Concurso Nacional para a requalificação do Mercado Público de Lages-SC. *ArchDaily Brasil*, 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/623462/concurso-nacional-para-a-requalificacao-do-mercado-publico-de-lages-sc>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONDUKI, Nabil. Uma nova maneira de reabilitar centros históricos. In: _____. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010, p. 20-53.

BRANCO, William. [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 133, p. 1. 11 jul. 2001. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=11/07/2001>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BROERING, Talita; ZULIAN, Henrique; ZANATTA, Vitor; FIGUEIREDO, Vinicius. Mercado Público de Lages. *Projetos*, São Paulo, ano 15, n. 169.05, n.p, jan. 2015. Online. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.169/5404?page=2>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CAMINHA, Cesar Ramos. *Políticas econômicas adotadas pelas três últimas administrações de Lages*. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia). Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 1992.

CARRERO, Jesús Rojo. De Jurados y Arquitectos: Ideas sobre los Concursos. *Proyecto, Progreso, Arquitectura*. Sevilla, n. 7, p. 26-37 nov. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/51391619.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

CARRION, Fernando M. *Conceptos, realidades y mitos de los centros históricos: el caso de quito*. Texto apresentado na Shelter as Revitalization of Old and historic Urban Center. Havana, 1998.

CAU/GO. Lages (SC) lança concurso para revitalização do Mercado Público. *Site do CAU/GO*. Goiás, 02 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.caugo.gov.br/lages-lanca-concurso-para-revitalizacao-do-mercado-publico/>>. Acesso em: 07 mai. 2022.

CORDOVA, Tania. *A escola normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933)*. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2016.

COSTA, Joana. Aristiliano Ramos: indecisão e abandono: Prédio fechado está se deteriorando. *Correio Lageano*. Lages, 21 mai. 2014. Disponível em: <<http://cl.clnmais.com.br/informacao/72783/aristiliano-ramos:-indecis%C3%A3o-e-abandono:-pr%C3%A9dio-fechado-est%C3%A1-se-deteriorando>>. Aceso em: 22 out. 2022.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DEMENECK, Eduarda. Reforma do Mercado Público em Lages: do abandono ao resgate da história. *NSC Total*. Florianópolis, 18 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/colunistas/eduarda-demeneck/reforma-do-mercadopublico-de-lages-do-abandono-ao-resgate-da-historia>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ENTREVISTADO 1 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 2 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 3 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 4 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 5 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 6 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 7 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

ENTREVISTADO 8 [Entrevista concedida a José Alberto de Oliveira Grechoniak]. Lages, 2022.

FACEBOOK. Monumento de Getúlio Vargas é demolido por escavadeira no centro de Lages. São Joaquim, 10 dez. 2019. Facebook: saojoaquimonline. Disponível em: <<https://www.facebook.com/saojoaquimonline/posts/pfbid02x7AEydc2UEPNUaCtmX9KnUGKHqLHNm6BfDmN38Yc4VqVFM8HSpCwwR59worhyoY>> Acesso em: 31 out. 2022.

FADESP. Aberta a votação para o projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo do Parque da Cidade, em Belém (PA). O concurso nacional é organizado pela FADESP. Site da Fadesp. Belém, 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://portalfadesp.org.br/?p=7231>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FADESP. O Novo Parque da Cidade. *Site do Parque da Cidade*. Disponível em: <<https://parquecidade.com/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FCC – Fundação Catarinense de Cultura. *Parecer Técnico nº 21*. 2013. 28fl.

FCL – Fundação Municipal de Cultura de Lages. Aspectos Históricos do Mercado. In: IAB-SC. *Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC*. Site do IAB/SC. 2014. Disponível em: <<http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. *Geografares*, Vitória, v. 25, p. 176-198, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17856>>. Acesso em: 01 set. 2021.

GARCIA, Núbia. Lageanos ganham uma nova praça. *Correio Lageano*. Lages, 23 nov. 2019. Disponível em: <<https://clmais.com.br/lageanos-ganham-uma-nova-praca/>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

GEVEHR, Luciano; BERTI, Franciele. Gentrificação: uma discussão conceitual. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.5, n. 1, 2017.

GRECHONIAK, José Alberto de Oliveira; COSTA, Ana Elísia. (Con)cursos de projeto: anotações sobre arquiteturas-outras. *Pixo: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade*, Pelotas, v. 6, n. 22, p. 440-455, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/2587>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GODÓY, Bega. Começa preparação para a demolição. *Correio Lageano*. Lages, 28 nov. 2017. Disponível em: <<https://clmais.com.br/comeca-preparacao-para-a-demolicao/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GUZMÁN, José Manuel. Superando el cliché de la “participación”. *Plataforma Arquitectura*, 29 sep 2016. Disponível em: <<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/795966/superando-el-cliche-de-la-participacion>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

HECK, Márcia. *Praça Vidal Ramos Sênior: Projeto de Revitalização (Memória de Projeto)*. Lages, 2006.

HENRIQUES, Mariana Marques. *Os mercados no século XXI: novas perspectivas de apropriação do espaço público*. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2015.
IAB/SC – Instituto dos Arquitetos do Brasil (Departamento Catarinense). Concurso Nacional de Arquitetura – Mercado Público de Lages. *Site do IAB/SC*. 2014. Disponível em: <<http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

_____. Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC. *Site do IAB/SC*. 2014. Disponível em: <<http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

IAB/SC NÚCLEO LAGES. Nota 002 – Nota de Repúdio ao descaso com o Patrimônio Cultural em Lages. Site do CAU/SC. 2019. Disponível em: <<https://www.causc.gov.br/noticias/arquitetos-lamentam-derrubada-de-monumento-historico-em-lages/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

IDP - INGIENARIA, MEDIO AMBIENTE Y ARQUITECTURA. *Modernización del Centro Urbano de Lages*. Barcelona, 2012. Disponível em: <<https://www.idp.es/proyectos/modernizacion-del-centro-urbano-de-lages-brasil/>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Z.; VARELA, Iáscara A.; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEIXER, Zilma Isabel. *Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages*. Florianópolis: UFSC, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Do especular ao espetacular. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 04, n. 042.01, Vitruvius, jun. 2005 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.042/3156>>.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOBIM, Luciana. IAB-MG apresenta os finalistas da premiação Viva o Mercado! *Mínimo Denominador Comum Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Minas Gerais: agosto de 2011, n.p. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2011/08/27/iab-mg-apresenta-os-finalistas-da-premiacao-viva-o-mercado/>>. Acesso em: 18 set. 2021.

KIMINAMI, Cristina Akemi Goldschmidt; SPERLING, David Moreno. Prática contracartográficas artísticas e a desestabilização dos mapas. *Oculum Ensaios: revista de arquitetura e urbanismo*, Campinas, v. 17, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4492/3041>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATTOS, Elizeu. *Prefeitura apresenta Projeto de Revitalização do Centro de Lages a lojistas*. Lages: 01 nov. 2013. Entrevistador: Portal Visão. Disponível em: <<http://portal.revistavisao.com.br/post/16965/prefeitura-apresenta-projeto-de-revitalizacao-do-centro-de-lages-a-lojistas/>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MIRANDA, Silmara Luciane. Mercado Público em Lages. *Revista da Memória*, Lages, ano 1, v.1, p. 61-68, 1992.

_____. *Lages 1940: discursos e remodelações urbanas*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2001.

MONTANER, Josep María; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MUNICÍPIO DE LAGES. *Lei Orgânica do Município de Lages*. Lages, SC: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-lages-sc>>. Acesso em 20 out. 2022.

MOVIMENTO PRÓ ESCOLA ARISTILIANO RAMOS LAGES/SC – MOVIMENTO VOLTA PRA CASA ARISTILIANOS!! *Discurso contra a retirada do Colégio Aristiliano Ramos do rol de patrimônio histórico municipal de Lages!* Lages, 25 jun. 2014. Facebook: movimentoaristiliano. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=589952944456106&id=175488952569176>. Acesso em: 06 jun. 2021.

NECKEL, Gilberto Bonatto. *Memorial de Lages – Espaço de memória, cultura e eventos: Requalificação e reordenamento espacial da Praça João Costa em Lages/SC*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário Unifacvest. Lages, 2021.

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo e os ícones urbanos e arquitetônicos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, p. 107-123, 2014. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4755>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: UNIPLAC, 2002.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, vol. 2, n. 4, 2005, p. 9-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/download/893/873>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

PINTO, Flavia Maria Machado. *Escola Pública em Lages na década de 1930: espaço de disputa política*. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES. Revitalização do centro de Lages é inspirada em modelo europeu. *G1 Santa Catarina*. Florianópolis, 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-de-lages/noticia/2019/06/17/revitalizacao-do-centro-de-lages-e-inspirada-em-modelo-europeu.ghtml>>. Acesso em 08 jul. 2021.

_____. Processo nº 128/2020. Edital de Concorrência Pública nº 11/2020. Lages, SC, 2020. Disponível em: <<https://licitacoes.lages.sc.gov.br/assets/licitacao/327a0871d4f04f8edb35f5f087485443.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PN – Prefeitura de Niterói. Entrega das propostas de projeto para requalificar a orla de Charitas pode ser feita até 18 de junho. *Site da Prefeitura Municipal de Niterói*. Niterói, 26 mai. 2021. Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/05/26/entrega-das-propostas-de-projeto-para-requalificar-a-orla-de-charitas-pode-ser-feita-ate-18-de-junho/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PN – Prefeitura de Niterói. Lançamento do concurso para escolha do projeto que vai requalificar a orla de Charitas será nesta quinta-feira. *Site da Prefeitura Municipal de Niterói*. Niterói, 21 abr. 2021. Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/04/21/lançamento-do-concurso-para-escolha-do-projeto-que-vai-requalificar-a-orla-de-charitas-sera-nesta-quinta-feira/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PN – Prefeitura de Niterói. Prefeitura e IAB lançam concurso para escolha do projeto que vai requalificar a orla de Charitas. *Site da Prefeitura Municipal de Niterói*. Niterói, 16 abr. 2021. Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/04/16/prefeitura-e-iab-lancam-concurso-para-escolha-do-projeto-que-vai-requalificar-a-orla-de-charitas/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PORADA, Barbara. How Much Power Should The Public Have in Design Competitions? *ArchDaily*, 15 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/332780/how-much-power-should-the-public-have-in-design-competitions>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PAES, Camila. Obra de revitalização do Centro de Lages pode começar até fim do ano. *Correio Lageano*. Lages, 10 ago. 2018. Disponível em: <<https://clmais.com.br/obra-da-revitalizacao-do-centro-de-lages-pode-comecar-ate-fim-do-ano/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RAMOS, Andressa. Empresa lageana fará demolição. *Correio Lageano*. Lages, 06 dez. 2017. Disponível em: <<https://clmais.com.br/empresa-lageana-fara-demolicao/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

_____. *Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética*. 16 out. 2015. Entrevista concedida à Aurora Baêta, Revista Territórios de Filosofia. Disponível em:

<<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/10/16/da-partilha-do-sensivel-e-das-relacoes-que-estabelece-entre-politica-e-estetica-jacques-ranciere/comment-page-1/>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SANT'ANNA, Marcia. *A cidade- atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

_____. *Política Urbana e Patrimônio: monumento, documento e espetáculo*. Ciclo de Conferências "Patrimônio Cultural Brasileiro: abordagens, desafios, políticas. Rio de Janeiro: ACL, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g4-Sc35cGxw>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

SANTOS, Lilian Louise Fabre; ZANCHETT, Kássia Lima; MOTA, Jaqueline da Silva. (Re)ocupação dos espaços públicos do Núcleo Fundacional de Lages/SC pós intervenções urbanas. In: Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, IV., 2020, Rio de Janeiro. *Anais..* Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <[http://www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/243128-\(RE\)OCUPACAO-DOS-ESPACOS-PUBLICOS-DO-NUCLEO-FUNDACIONAL-DE-LAGESSC-POS-INTERVENCOES-URBANAS](http://www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/243128-(RE)OCUPACAO-DOS-ESPACOS-PUBLICOS-DO-NUCLEO-FUNDACIONAL-DE-LAGESSC-POS-INTERVENCOES-URBANAS)>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. *MANIFESTO QUANTO À PROPOSTA ARBITRÁRIA DO GOVERNO ESTADUAL DE DEMOLIÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DO COLÉGIO ARISTILIANO RAMOS, LAGES – SC*. 20 ago. 2015. Facebook: Fabiano.teixeiradossantos.3. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fabiano.teixeiradossantos.3/posts/pfbid0a81SqPDbbJLPRiFLvcavA1EwJ3zWX42Q97ZKeapS3WgJB6GFZjfkZyTSbug8RvYAl>>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. *A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX*, 2a. ed. rev. e ampl. Lages: Fazer Gestão Cultural, 2020.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. In: Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, IX, Porto Alegre. *Anais eletrônicos* [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 1-13. Disponível em: <https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

SERPA, Elio. A Reformulação das Condutas e Sociabilidades em Lages durante a primeira República. *Revista da Memória*, Lages, ano 1, v.1, p. 13-30, 1992.

SOBREIRA, Fabiano. O julgamento nos concursos de arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 253.04, Vitruvius, jun. 2021; Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.253/8121>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOLFA, Marília. *Interlocuções entre arte e arquitetura como práticas críticas: A teoria arquitetônica de Bernard Tschumi e a cena artística dos anos 1970*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: PPGAU – Escola de Engenharia de São Carlos/USP, 2010.

SOUZA, Bárbara da Silva; SAMORA, Patrícia Rodrigues. As dimensões habitacional e ambiental nos concursos de projeto de urbanização de favelas. Estudo de seis casos selecionados. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 254.06, Vitruvius, jul. 2021 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.254/8143>

TALLER URBANO BOGOTÁ-VIENA. *Barrio Mercado Montería*: Diseño de uma Estrategia Urbana conceptual inicial para la rehabilitación del Mercado Central de Montería y su zona de influencia. Bogotá: TALLER URBANO Bogotá-Viena, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/urban.design.lab/docs/p4_sept16>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. *Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da USP, 2009.

TURKIENICZ, Benamy. Masterplan 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica. *4º Distrito de Porto Alegre*, 2016. Disponível em: <<http://www.4distrito.portoalegre.rs.gov.br/projeto/masterplan>>. Acesso em: 29 set. 2022.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: _____. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2015, p. 01-60.

ZONNO, Fabiola Valle. A poética de Bernard Tschumi como complexidade e a interpretação do contexto. *arq.Urb*, São Paulo, n. 18, p. 61-84, abril 2017. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/164>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. In: Renato Cymbalista, Sarah Feldman, Beatriz M. Kühl (org.). *Patrimônio Cultural: memórias e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017, p. 25-45.

ANEXOS

Os seguintes relatos, recebidos durante o segundo semestre de 2022, possuíram como objetivo a captação de diferentes narrativas acerca do Concurso de Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages (2014). Para isso, procuraram-se membros da organização e do júri técnico e representativo afim de responderem questões em diferentes eixos.

Aos membros da organização, questionou-se: a) convite para representação; b) ideia do concurso; c) conflitos; d) composição do termo de referência e programa de necessidades; e, e) cronogramas; f) participação do arquiteto português. Diante disso, obteve-se a participação da arquiteta e urbanista Entrevistada 1, representante do IAB/SC no concurso (Relato 1).

Aos componentes do júri técnico e representativo, questionou-se: a) convite para integrar o corpo de jurados; b) dinâmica entre os jurados; c) conflitos; e, d) o resultado. Dos jurados técnicos, obteve-se a resposta dos arquitetos e urbanistas Entrevistado 2 (Relato 2) e Entrevistado 3 (Relato 3); e, dos membros representativos, ouviu-se os engenheiros civis Entrevistado 4 (Relato 4) e Entrevistado 5 (Relato 5) e os arquitetos e urbanistas Entrevistado 6 (Relato 6), Entrevistado 7 (Relato 7) e Entrevistado 8 (Relato 8). Daqui alguns responderam às perguntas de forma geral, em um único texto; outros, dedicaram as suas respostas a cada uma das questões.

Ainda, sem tentar esgotar as narrativas, procurou-se, em grupos do Facebook e em postagens isoladas nesta e em outras redes, por antigos comerciantes e/ou familiares do Mercado, o que não obteve grande sucesso. Contudo, o depoimento de William Branco (Relato 9), filho de um antigo feirante, mostra-se valioso para esta pesquisa.

relato 1 – entrevistado 1

entrevista concedida via e-mail,

28 de junho de 2022

Eixo 1 – Convite para Representação: a) Como você foi convidado para representar o IAB no concurso? Houve inscrição ou foi indicado? Já formava algum núcleo de concursos do IAB?

Na época em que o concurso foi realizado, eu e o meu colega “João”, fazíamos parte da diretoria do IAB Lages/SC. Ele foi escolhido pela diretoria do IAB Estadual para ser um dos representantes do concurso, pois ele era o Presidente do IAB Lages na época. Eu fui escolhida por ser tanto da diretoria do IAB, e também por trabalhar como arquiteta na prefeitura de Lages e estar acompanhando o processo dentro da prefeitura. Foi por indicação do IAB Estadual. Não, não formava anteriormente o núcleo dos concursos do IAB.

Eixo 2 – Ideia do Concurso: sabemos que o Concurso partiu de uma parceria entre o IAB/SC e a Prefeitura Municipal de Lages, mas, gostaria de saber o que motivou a realização do mesmo; no Termo de Referência, encontramos que partia de uma necessidade da população local em recuperar este espaço, mas não encontrei na internet nenhuma ferramenta de consulta popular, houve isso antes da divulgação do concurso?

O secretário de planejamento de Lages, era também um dos principais conselheiros do IAB/SC, e toda a ideia partiu dele e do IAB/SC. Houve sim, foram feitas várias reuniões, com várias entidades, entre eles o CDL, que representava os comerciantes que ali trabalhavam anteriormente, e sempre foi aberto ao público. Também em várias situações foi apresentado a ideia durante as reuniões do plano diretor (que era composto por diversas entidades, CAU, CREA, CDL, FIESC, PREFEITURA DE LAGES, REPRESENTANTES DOS MORADORES DE CADA BAIRRO)

com certeza existe atas de todas essas reuniões. Foi feita uma divulgação bem abrangente sobre o concurso, em sites de prefeituras, IAB, CAU, e também sites de arquitetura.

Eixo 3 – Conflitos: gostaria de saber se houveram "conflitos" entre o corpo técnico e a sociedade em geral em relação ao concurso.

Não houve, a ideia de concurso sempre foi muito bem aceita por parte de todos.

Eixo 4 - Composição do Termo de Referência e Programa de Necessidades: a) Como foi montado o Termo de Referência do concurso, houveram participações populares na consolidação do Termo?; b) Da mesma forma, como foi elaborado o Programa de Necessidades do projeto? A população indicou algum uso?

Sim, foi elaborado um programa de necessidades, e ele foi elaborado por uma equipe técnica de arquitetos (IAB e Prefeitura de Lages) e também nessas reuniões com os representantes das entidades (que era uma equipe multidisciplinar, entre eles moradores da cidade, comerciantes, empresários), todo o programa foi elaborado e aprovado por tanto pela equipe técnica quanto pelas entidades que representavam a sociedade.

Eixo 5 - Cronogramas: aconteceram, durante o concurso, etapas de visitas técnicas? Atividades formativas, como palestras, workshops e debates públicos? Ou algum outro evento que fizesse articulação entre o corpo técnico e a sociedade?

Sim, aconteceram várias reuniões na CDL, e outras várias nas reuniões mensais que aconteciam para análise do Plano Diretor de Lages.

Eixo 6 - Participação do arquiteto português: em pesquisas, encontrei um convite para um evento com o Arquiteto José Antônio Barbosa em dias antes do final do Concurso. Assim, gostaria de saber um pouco mais sobre como foi o convite para ele participar; como aconteceu a palestra; e, qual foi a participação dele no Concurso.

Não sei te dizer como aconteceu o convite, pois foi feito pelo IAB Estadual, e nós só o recebemos em Lages, se não me engano ele foi um dos jurados (era uma equipe técnica bem diversificada de profissionais da área escolhidos pelo IAB). Sim foi feita uma palestra para os profissionais da área, e também para os jurados que aqui estavam na data do concurso. Mas talvez esse item o IAB Estadual, ou o próprio Secretário possa te responder melhor.

relato 2 – entrevistado 2

entrevista concedida via e-mail,

11 de outubro de 2022

Eixo 1 - Composição do Júri: a) Como você foi convidado para integrar o corpo de jurados do Concurso de Requalificação do Mercado Público? Vocês se inscreveram? Foram indicados? Já formavam algum núcleo de votantes do IAB?; b) qual foi a dinâmica dos componentes do júri - vocês se encontraram antes, durante e depois do concurso?

Por ter participado aproximadamente em 50 concursos, como concorrente e ter recebido 15 prêmios, tenho sido convidado para jurado em várias cidades do Brasil. Também por participar, no IAB, de comissões que tratam de concursos. Mais ainda, o convite partiu de casal de arquitetos amigos, de Lages, ex-alunos na UFRGS. A dinâmica do júri é a usual internacionalmente. Reunião preliminar; período de julgamento com debates, interação, conclusões; reunião final com comissão organizadora com entrega de resultado final e ata.

Eixo 2 - Conflitos: levando em consideração a questão entre os "aptos" e "inaptos", gostaria de saber se houveram "conflitos" entre o corpo técnico e a sociedade em geral em relação ao concurso, pois, de acordo com o Termo de Referência disponibilizado pelo IAB, informa-se que era um sonho da população em ter este espaço requalificado, mas em momento algum houveram consultas populares sobre essa intervenção. Ou, ainda, conflitos entre os próprios jurados.

Em quase todos os concursos em que participei como jurado o resultado final é consensual, como foi neste. Isto não exclui as divergências, normais, no processo. Não tivemos nenhuma interação com os moradores da cidade. Isto foi feito pelos organizadores do concurso.

Eixo 3 - O resultado: se possível, gostaria de saber o motivo de ser escolhido aquele projeto específico como vencedor do concurso; e, como foi definida esta escolha.

Não recordo o trabalho vencedor. As razões para a escolha sempre é a mesma, o melhor projeto na visão do júri. Pra quem, como eu, que passou 35 anos em atelier, ensinando a projetar, criticando e avaliando trabalhos, as diretrizes de avaliação são claras e óbvias. Sempre, em qualquer parte do mundo, analisam-se as razões teóricas, a proposta; as relações do projetado com o meio ambiente, inserção, relações urbanísticas; as soluções funcionais, formais, técnico-construtivas e de conforto ambiental. Mais que tudo a coerência, relação harmônica entre os componentes do projeto.

relato 3 – entrevistado 3

entrevista concedida via e-mail,

07 de outubro de 2022

Inicialmente, minha pesquisa parte desta perspectiva estética-ética mais alargada socialmente, guiada por uma problematização estético-ética central: para além do “onde”, “o que” e “como” foram feitas as intervenções em Lages, “com quem” e, principalmente, “para quem” foram realizadas. Além disso, busca entender a produção de arquitetura onde os arquitetos e urbanistas são tidos como os únicos personagens “aptos” a conceber-julgar-concretizar resultados e que a sociedade, portanto, é “inapta” a pensar-atuar no processo de construção das cidades.

Como é do vosso conhecimento, a nossa profissão parte da premissa que a arquitetura e em especial o urbanismo (assim como as demais profissões) se baseiam na dupla teoria x prática. No Brasil, como ex-colônia portuguesa, nós arquitetos raramente temos a oportunidade do pleno exercício da profissão. Como exemplo, cito a presença dos arquitetos em um Conselho Multi Profissional (CONFEA) por quase 70 anos, onde na composição dos plenários, fomos sempre minoria. Raramente a nossa pauta teve maioria. A consequência direta é a maneira como o Estado e também a sociedade trata o setor da construção civil (é civil por não ser "militar"), ou seja: contrata a grande maioria das obras pelo critério de menor preço e como vc sabe SEM PROJETO. Neste sentido a modalidade do Concurso Público é o antídoto natural, inclusive praticado na maioria das nações ditas de primeiro mundo. Aliás, esta modalidade só permaneceu na nova lei de licitações por esforço político das nossas entidades, em especial o IAB e principalmente o CAU.

Outra análise que merece comentário é que a imensa maioria (90%) das residências e pequenas construções do Brasil NÃO TEM PROJETO, muito menos a participação de profissionais de engenharia e arquitetura.

Eixo 1 - Composição do Júri: a) Como você foi convidado para integrar o corpo de jurados do Concurso de Requalificação do Mercado Público? Vocês se inscreveram? Foram indicados? Já formavam algum núcleo de votantes do IAB?; b) qual foi a dinâmica dos componentes do júri - vocês se encontraram antes, durante e depois do concurso?

a) Já tinha participado, como organizador, de vários Concursos, pelo IAB-PR, acredito ter sido esta a motivação maior para o convite por parte do IAB-SC; b) a dinâmica do julgamento do Concurso tem como uma das premissas o sigilo, assim, também neste caso, os membros do júri só se reuniram após o encerramento das propostas. Durante o período do julgamento, o ritual padrão prevê: a eleição de um coordenador e de um relator. O organizador do concurso é responsável pela primeira seleção, ou seja, a análise e aprovação dos inscritos para a condição de "concorrente". Assim, aqueles inscritos que não cumpriram os requisitos do Edital, são eliminados previamente.

Na maioria dos Concursos, os critérios de julgamento são explicitados no edital.

Eixo 2 - Conflitos: levando em consideração a questão entre os "aptos" e "inaptos", gostaria de saber se houveram "conflitos" entre o corpo técnico e a sociedade em geral em relação ao concurso, pois, de acordo com o Termo de Referência disponibilizado pelo IAB, informa-se que era um sonho da população em ter este espaço requalificado, mas em momento algum houveram consultas populares sobre essa intervenção.

No Concurso em benefício do Mercado de Lages, o proponente foi a Prefeitura, proprietária do imóvel e também responsável pela sua

revitalização. A minoria das Prefeituras do Brasil tem Secretaria de Planejamento Urbano, ou minimamente corpo técnico para elaboração de planejamento ou de projetos. Lages, como cidade média, tem esta estrutura, e mais, tem até Secretaria de Cultura, responsável pelo patrimônio histórico edificado no Município.

Nossa estrutura democrática é pouco participativa, ficando o controle das ações do Poder Executivo por parte do Poder Legislativo e também do Ministério Público. Em muitos Concursos Públicos se prevê Audiências Públicas, durante o processo, onde a sociedade organizada é convocada a participar. Não sei dizer se neste Concurso foi realizada alguma audiência neste sentido.

Eixo 3 - O resultado: se possível, gostaria de saber o motivo de ser escolhido aquele projeto específico como vencedor do concurso. Pois, na internet, encontrei apenas que o projeto atendia a "todas" as exigências técnicas, ambientais, estéticas contemporâneas, mas, sem explicitar como estas exigências se expressam na contemporaneidade.

Como escrevi acima, os Critérios de Julgamento, normalmente estão explicitados no Edital, quando não, eles estão descritos nas Atas de Julgamento. Caso você ainda não teve acesso a este documento, recomendo que solicite para os envolvidos. Da minha parte, vou consultar meus arquivos, caso encontre estas Atas eu vou te repassar.

relato 4 – entrevistado 4

entrevista concedida via e-mail,

28 de junho de 2022

Eixo 1 - Composição do Júri: a) Como você foi convidado para integrar o corpo de jurados do Concurso de Requalificação do Mercado Público? Vocês se inscreveram? Foram indicados?; b) qual foi a dinâmica dos componentes do júri - vocês se encontraram antes, durante e depois do concurso?

O Juri Técnico que avaliou todos os projetos inscritos foi escolhido pelo IAB e SEPLAN, desconheço os critérios de escolha deste Juri que analisou todos os projetos inscritos e selecionou 03 destes projetos, já escolhidos primeiro segundo e terceiro lugar.

O CAV/UEDESC foi convidado a encaminhar um representante e fui convidada pela direção para representar a Universidade. Sei que o convite foi feito da mesma forma a profissionais e entidades que representaram a comunidade. Nos encontramos só no dia do concurso para conhecer os 3 projetos classificados.

Eixo 2 - Conflitos: levando em consideração a questão entre os "aptos" e "inaptos", gostaria de saber se houveram "conflitos" entre o corpo técnico e a sociedade em geral em relação ao concurso, pois, de acordo com o Termo de Referência disponibilizado pelo IAB, informa-se que era um sonho da população em ter este espaço requalificado, mas em momento algum houveram consultas populares sobre essa intervenção.

Houve conflitos sim, o Arquiteto João Preto que era convidado não concordou com o projeto classificado em primeiro lugar, destacando que o projeto que ficou em terceiro lugar atendia melhor as expectativas da comunidade em relação ao uso do Mercado Público. O IAB apresentou o projeto classificado em primeiro como sendo o que

atendeu todos os itens do Edital, teve uma preocupação com todo o entorno e foi o projeto mais completo apresentado, sendo que a maioria concordou com a escolha do júri técnico. Neste Juri tinham professores da arquitetura da UNIPLAC, UNIFACVEST, e representantes da comunidade. A intenção de apresentar o trabalho a um júri da comunidade foi de ter um aval da escolha já feita.

Eixo 3 - O resultado: se possível, gostaria de saber como aconteceu a votação e o motivo de ser escolhido aquele projeto específico como vencedor do concurso. Pois, na internet, encontrei apenas que o projeto atendia a “toda” as exigências técnicas, ambientais, estéticas contemporâneas mas, sem explicitar como estas exigências se expressam na contemporaneidade.

Os 3 projetos foram apresentados com todas as pranchas, foi dividido em equipes e todos tiveram acesso a todas as propostas apresentadas. O nível de detalhamento dos projetos era bom, e inclusive todos tinham estimativa de custo para a execução. O projeto escolhido foi o que apresentou um nível de detalhamento maior, inclusive definições de acessos, ciclovia no entorno com uma apresentação que chamava a atenção.

relato 5 – entrevistado 5

entrevista concedida via e-mail,

06 de outubro de 2022

Eixo 1 - Composição do Júri: a) Como você foi convidado para integrar o corpo de jurados do Concurso de Requalificação do Mercado Público? Vocês se inscreveram? Foram indicados? Já formavam algum núcleo de votantes do IAB?; b) qual foi a dinâmica dos componentes do júri - vocês se encontraram antes, durante e depois do concurso?

Pela lembrança que tenho haviam dois corpos de jurados, um técnico (se não me engano formado por exclusivamente por arquitetos escolhidos pelo IAB) e um "popular" formado por representantes da sociedade local. Fui escolhido/convidado por ser, à época, o presidente da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Planalto Catarinense.

Dentre todos os projetos inscritos o primeiro júri (técnico/IAB) selecionou alguns (não lembro quantos) que seriam os melhores de acordo com critérios por eles definidos, Não acompanhei esta primeira etapa, fiz parte da segunda etapa, onde o júri "popular" escolhia o melhor dentre aqueles pré-selecionados pelo IAB. Lembro que todos os integrantes dessa segunda etapa analisavam os projetos ao mesmo tempo e debatíamos entre nós a respeito. Se não me engano houve consenso entre os analistas a respeito do projeto a ser declarado vencedor, inclusive com comentários de que os demais estavam bastante abaixo do padrão apresentado pelo escolhido principalmente nas questões onde levavam-se em conta as particularidades da cidade e da história do mercado.

Eixo 2 - Conflitos: levando em consideração a questão entre os "aptos" e "inaptos", gostaria de saber se houveram "conflitos" entre o corpo técnico e a sociedade em geral em relação ao concurso, pois, de acordo com o Termo de Referência disponibilizado pelo IAB, informa-se que era um sonho da população em ter este espaço requalificado, mas em momento algum houveram consultas populares sobre essa intervenção. Ou, ainda, conflitos entre os próprios jurados.

Lembro apenas de que, tendo em vista a enorme disparidade entre o projeto campeão e os outros pré selecionados houve brincadeiras de que o júri técnico havia selecionado o campeão e incluído outros projetos de qualidade bem inferior para induzir a escolha do segundo júri, isso não passou de zombaria, porém o segundo júri não teve acesso aos projetos recusados pelo júri técnico. Não lembro de conflitos entre jurados no corpo de jurados que participei. Lembro de haver algum comentário a respeito do custo do projeto que talvez fosse maior ao estipulado, mas foi assunto vencido.

Eixo 3 - O resultado: se possível, gostaria de saber o motivo de ser escolhido aquele projeto específico como vencedor do concurso; e, como foi definida esta escolha.

Como já escrevi, foi consenso entre o júri que fiz parte de que o projeto escolhido era bastante superior às demais opções que tínhamos a disposição. Reforçando que tivemos acesso apenas aos pré-selecionados pelo júri técnico.

relato 6 – entrevistado 6

entrevista concedida via e-mail,

22 de julho de 2022

Eixo 1 - Composição do Júri: a) Como você foi convidado para integrar o corpo de jurados do Concurso de Requalificação do Mercado Público? Vocês se inscreveram? Foram indicados?; b) qual foi a dinâmica dos componentes do júri - vocês se encontraram antes, durante e depois do concurso?

Eu fui convidada como coordenadora da Uniplac. Representante das instituições. Não nos encontramos antes, somente no dia da avaliação.

Eixo 2 - Conflitos: levando em consideração a questão entre os "aptos" e "inaptos", gostaria de saber se houveram "conflitos" entre o corpo técnico e a sociedade em geral em relação ao concurso, pois, de acordo com o Termo de Referência disponibilizado pelo IAB, informa-se que era um sonho da população em ter este espaço requalificado, mas em momento algum houveram consultas populares sobre essa intervenção.

Não houve conflitos, pelo menos eu não soube e não participei de nenhum.

Eixo 3 - O resultado: se possível, gostaria de saber como aconteceu a votação e o motivo de ser escolhido aquele projeto específico como vencedor do concurso. Pois, na internet, encontrei apenas que o projeto atendia a "toda" as exigências técnicas, ambientais, estéticas contemporâneas mas, sem explicitar como estas exigências se expressam na contemporaneidade.

Não me lembro realmente. Passamos o dia discutindo os projetos, os pontos que haviam sido solicitados no edital. No fim do dia elencamos

uma ordem dos projetos e por fim votamos para ver se todos concordavam. Valorizamos sim, isso me lembro, a conexão com a cidade, com as ruas, o acesso livre, o espaço público.

relato 7 – entrevistado 7

entrevista concedida via áudio no whatsapp,

23 de junho de 2022

Oi “Maria”, tudo bem?

Estou cursando mestrado em Arquitetura, na Universidade Federal de Pelotas, na linha de Teoria, História, Patrimônio e Crítica, e tenho como título de dissertação “PRODUZIR-VENDER-CONSUMIR: reflexões sobre estética e consumo nos projetos de requalificação do centro de Lages/SC”. Por meio dessa pesquisa, tento entender, sob uma perspectiva social, as revitalizações recentes nas praças João Costa, João Ribeiro e Vidal Ramos Sênior, mas principalmente o Concurso de Revitalização do Mercado Público. Com isso, encontrei o seu nome no corpo de jurados e queria ver se você poderia responder algumas questões que me auxiliariam neste processo.

Desde já agradeço a sua participação!

Bom dia Beto! Tudo bem e contigo? Respondo sim, claro! Fico muito feliz de saber do teu mestrado.

Então, a partir disso, eu discuto o trabalho a partir de “dois lados da história”, um que são os personagens tidos como aptos a produzir e a discutir essas ideias de revitalização – arquitetos, engenheiros, planejadores urbanos, gestores públicos – e, os tidos como inaptos – os que não estão inseridos nestes debates, como os comerciantes e frequentadores do Mercado. Então, neste conflito eu busco entender “para quem” e “com quem” foram realizados essa discussão.

Aí, com o corpo de jurados tenho abordado três eixos de discussão, que podem ser alargados caso você queira: o júri; os

conflitos; e, o resultado. O primeiro deles busca entender como se deu o convite para integrar o corpo de jurados e qual foi a dinâmica entre os membros. O segundo questiona se houveram embates entre os aptos e os inaptos; se os moradores realmente sonhavam com a revitalização; e, se foram realizadas consultas públicas. Por fim, o terceiro tópico questiona quais os motivos empregados para definir aquele projeto em específico como vencedor e, se o resultado se deu de forma consensual.

Oi, Beto. Tudo bem aí? Não, imagina, eu adorei ouvir teus áudios. Achei super legal, super interessante a pesquisa, e, acho que realmente é uma questão que no patrimônio acontece muito, né? E, dá também de ter o olhar das pessoas que vão usar depois, né? Então achei super interessante.

Olha, eu vou ser sincera, tá? Eu não lembro assim de muitos detalhes, mas lembro algumas coisas que me marcaram desse processo aí. Eu não sei se pode ser por áudio, ou se tu quiseres te mando um áudio de algumas coisas, e depois se eu for lembrando, eu vou descrevendo mais ou, se tu quiseres por escrito também posso transcrever e te passar.

É, eu lembro que na época eu fui representando o CDL porque o CDL poderia indicar alguém, um técnico, que seria algum arquiteto ou arquiteta e que representaria eles na comissão. Então, o CDL, como eu tinha feito alguns projetos para eles e como sou de família de comerciantes, eles se sentiram representados. Como o Mercado Público iria ser coisas para o comércio e, também, para fomentar o comércio no centro, eu fui representando eles e, também, com o meu olhar técnico junto disso, tá?

Aí, eu só me recordo que estava eu, não lembro se o Rafael estava como jurado ou se ele estava representando o CAU ou o IAB, não lembro e, eu lembro que estava o João Preto, infelizmente falecido. É, e assim, teve sim bastante discussão, tá? Eu e o Professor "José", a gente não concordou com o ganhador e, tinha também acontecido um pouco antes uma votação meio pública. Eu não sei como é que foi essa votação

pública. Não vou saber te dizer detalhes, como é que aconteceu, se os projetos ficaram em algum lugar, onde ficaram, quem que votou, tá? E essa votação pública eles só contaram pra gente: “Olha, na votação pública foi esse projeto que ganhou”, mas isso não tinha peso. Na decisão, a decisão era exclusivamente nossa e, eu e o João Preto, a gente debateu bastante porque tinham algumas questões de conforto.

O projeto que ganhou era um projeto que tinha uma maior integração urbana, né? E, então, do ponto de vista urbanístico, ele parecia melhor. Ele era bem aberto, bem permeável, só que a gente olhava pelo ponto de experiência do usuário e a gente achava, na época, que o projeto era meio duro assim, sabe? Não era aconchegante e não tinha assim uma atmosfera agradável. Então, por mais que olhando no mapa todos aqueles esquemas urbanos, a gente queria muito se colocar nessa perspectiva assim, de que não adiante ter um projeto que tem mapas, mas, na verdade, o comportamento do usuário acaba não acontecendo do jeito que é previsto, né? E a gente achou esse projeto muito duro.

A gente tinha gostado de um outro projeto, que tinha um pé direito mais baixo, que tinha vários lugares para sentar, que era mais aconchegante e termicamente melhor. Agora eu não lembro de detalhes, mas, tinha um teto de madeira maravilhoso, super bonito e, a gente achava que tinha mais conexão com a cultura. Tiveram também outras pessoas do júri que acharam que o projeto deveria ser mais neutro e colocar a arquitetura que já existia em primeiro e trabalhar com essa permeabilidade urbana. Então, a gente teve esse embate nesse ponto. Eu e o “José”, a gente não sei, a gente tinha uma visão de que o Mercado Público ele não tinha assim uma beleza, uma coisa, um encantamento. A gente achava que o lageano não era assim encantado pela arquitetura do Mercado Público. A gente achava que a nova arquitetura que viesse deveria mesmo ser uma arquitetura que tivesse presença, sabe? Que tivesse o novo bem marcado, né? Eu sou muito disso também, que as intervenções – o novo – têm que ter uma linguagem forte, porque ela também terá sua data marcada um dia, não é?

É, então é isso assim, eu lembro de ter esse embate, mas a gente foi voto vencido, eu não tinha também um peso na votação muito grande, porque eu não era do corpo técnico. Eu não vou saber te dizer, mas era uma coisa assim que o peso do meu voto era menor do que os outros, porque eu tava representando uma entidade, eu não era do corpo técnico mesmo.

Era legal, Beto, de você ver se tem alguma ata disso aí, né? Talvez com o IAB ou com o CAU, porque eu acho que o júri público não foi o mesmo projeto que foi escolhido pela Comissão Técnica, tá? É, esse outro que tinha uma estrutura de madeira maravilhosa tinha agradado mais, eu e o João Preto também gostamos mais desse projeto, mas no fim foi escolhido outro. Eu acho que foi isso, não vou saber te dizer de certeza, por isso que era bom conferir numa ata para ver se era isso mesmo.

Enfim, pra te resumir o porquê de a gente ter gostado ainda mais de um outro projeto, era porque ele parecia que remetia mais a uma linguagem local, pelo uso da madeira e da pedra. A estrutura de madeira era realmente muito interessante, muito bonita. Acho que isso que encantou também o público e, tinha uma questão do aconchego no projeto, das áreas criadas seriam mais aconchegantes. Tinha também uma preocupação muito grande térmica, tá? O projeto que ganhou tem uma abertura na direção que pega um vento sudoeste e a gente achou que aquele pé direito alto iria encanar um vento, que iria ficar muito frio e que nos dias de frio ia ser desconfortável para as pessoas ficarem lá dentro. Então, pensamos que por mais que urbanisticamente fosse mais interessante e tivesse esse conceito de neutralidade, do novo ser neutro e deixar o pré-existente em primeiro plano, achamos que esse ponto não estaria tão dentro dos pesos das prioridades. Achamos que a experiência do usuário seria principal, né? Porque a gente achou isso, que primeiro o lageano não tinha tanto dentro do seu imaginário, das suas memórias, esse apego à arquitetura do Mercado Público, que ela precisasse ficar tão mais evidente e que também a gente precisa considerar o clima, pois realmente temos um clima muito diferente do

resto do Brasil, não é? Porque a gente tem muitas horas de desconforto e aí a questão do clima deveria ser uma coisa que pesaria ali nas decisões, então essa seria a nossa justificativa.

É isso né? Se tu tiveres algum ponto específico que tu queiras me perguntar e se tu quiseres que eu transcreva, eu falei de uma forma bem informal.

relato 8 – entrevistado 8

entrevista concedida via e-mail,

07 de outubro de 2022

Fiz parte do Júri representativo - indicado pelo COMPAC – Conselho do Patrimônio Artístico e Cultural – fazia parte do conselho. O encontro deste júri foi apenas posteriormente ao júri técnico, onde alguns membros daquele apresentou o relatório e discutiu-se brevemente, e depois fizemos uma conversa sobre as impressões de cada um e demos em de acordo. entendendo que o apresentado de análise pelo Júri técnico estava correto e era facilmente alcançável a mesma percepção.

O sonho de recuperação / reutilização do Mercado Novo vinha desde os anos 90, quando o mercado foi fechando aos poucos, ficando eventos e feiras específicas - depois foi usado como banco de alimentos pela prefeitura. A memória era pertinente a grupos de pequenos produtores e parcela mais idosa que tinha na memória o uso do mercado - Digo isto pelas reuniões que participei. Na minha memória só restam lembranças de infância indo com a família em busca de mel e queijo em bancas de conhecidos dos meus pais. Quanto a consultas populares só apareceu, para mim, em uma audiência pública de elaboração do plano Diretor em 2006-7, e em algumas reuniões do COMPAC, mas estas foram próximas da elaboração do concurso.

Quanto à argumentação do júri técnico lembro pouco pois só vi a apresentação pelo "Rafael" (O "Cristiano" estava presente também) no dia da análise pelo Júri representativo. Os Quesitos positivos nas respostas foram apontados nos projetos - na ordem avaliada pelo júri Técnico, e os motivos de desclassificação. Não lembro se tinha planilha de pontuação, acho que era só o texto mesmo.

relato 9 – william branco

entrevista concedida via e-mail,

28 de junho de 2022

Eixo 01 – O Comércio: Quando iniciaram a trabalhar no Mercado? Por quanto tempo continuaram por lá? Quais produtos comercializavam?

Então, segundo relatos que tive na infância, meu avô já tinha uma banca no Mercado, porém não tenho registros dessa época. Acredito que meu pai (Antônio, popular Mazza) tenha se estabelecido como feirante no Mercado Público de Lages entre o final da década de 1980 e início da de 1990, o que coincide com o meu nascimento, em maio de 1990. Logo, toda memória que tenho da parte do meu pai está intimamente ligada ao Mercado Público, pois, desde sempre, ele trabalhava lá como feirante. E assim foi até a ‘intervenção’ da Prefeitura.

O principal produto vendido era o mel, seguido de outros produtos coloniais como cera de abelha (bruta e alveolada), feijão, queijo, salame, charque, fumo de rolo, pinhão (quando era época) e, raras as vezes, banha de porco, rapadura e até palitos de fósforo. De vez em quando eram comercializados ovos caipiras, algo hoje impensável devido à atuação da vigilância sanitária, mas que, na época, era permitido.

Eixo 02 – A Vivência: Como era a vida naquele local? Qual é/era a importância do Mercado para vocês? Lembram de algum momento marcante que viveram no Mercado?

Acredito que os termos ‘Pacata’ e ‘Nostálgica’ podem definir bem o dia-a-dia do Mercado Público. ‘Pacata’, pois os poucos feirantes trabalhavam em um ritmo único, explico: o Sr. Wilson, por exemplo, vendia cocada, paçoquinha, alhos, ovos e figos. Vou usar os figos como exemplo. Ele, cansado de ter as mãos machucadas pelo caldo branco

urticante e corrosivo que o figo expele quando cortado com a faca ou o canivete, mesmo usando luvas para tentar proteger minimamente a pele das mãos, decidiu inventar uma engenhoca, afixou-a a uma mesa para descasca-los e passava o dia todo sentado a descascar figos. Um dia após o outro entretido em uma única atividade. Após descascados, os figos eram ensacados e armazenados em uma geladeira e vendidos, pouco a pouco, conforme a demanda da clientela. 'Nostálgica' também, pois o espaço era fortemente deslocado de seu tempo e isso era algo muito nítido, pois, em um instante, você estava do lado de fora do Mercado Público e a cidade ao redor crescia e se modernizava, mas tudo no interior do Mercado era como a vinte anos antes daquele momento, ou até mais. A dinâmica do Mercado era assim: para fazer uma ligação para qualquer um dos feirantes, havia um único número fixo na Peixaria. Se precisasse falar com um feirante, que não fosse o da Peixaria, ele era chamado e precisava deixar a sua banca e ir atender. As pessoas só tinham a opção de pagar em dinheiro e havia, pelo menos o meu pai tinha, um pote marcando o nome e a dívida de quem comprava fiado com ele, dívida esta anotada num pedaço cortado a mão de uma margem de jornal sem impressão. Jornal, aliás, era item indispensável na banca, pois o mel era embalado em vidros, que outrora traziam de conservas de pepino em seu interior. Com o intuito de proteger o vidro que continha mel, o mesmo era envolto em papel jornal e, em seguida, colocado numa sacola, esta última (re)aproveitada de algum supermercado ou farmácia. O mel, assim como outros produtos coloniais, era comercializado direto com os produtores e (re)vendido pelos feirantes (às vezes a preços inflacionados). Os vidros de conserva, ora consumidos pela família ora comprados em ferro velhos, eram lavados em casa com sabão em barra em um tanque. Por vezes, vi meu pai deixar secar o charque nas telhas de barro da garagem de casa, prática essa recorrente quando o queijo era muito novo e precisava secar ao sol antes de ser vendido. Perdi a conta das vezes em que comi 'coquinho de corda', um colar de coquinhos atravessados por um fio amarelo, o mesmo fio usado naquelas embalagens de ovos, que forma

uma pequena 'rede'. O Mercado era o lugar propício para passar horas debulhando pinhas e separar os pinhões das falhas.

Qual a importância do Mercado? Pergunta séria... Passei pelo menos 2/3 da minha vida naquele espaço. Eu lembro o quão desproporcional a construção era em relação à quantidade de feirantes que lá trabalhavam. E eu lembro de cada um que lá trabalhava na época pelo nome: Wilson, Lemos, o 'Pixeiro', Antonio (meu pai, que todos conheciam por Mazza, seu segundo nome), Tônico, 'Gaúcho' (guarda) e o 'Gringo' (responsável pela 'Feira'). O Mercado tinha um fluxo realmente muito pequeno, mas isso mudava drasticamente nas quartas-feiras e nas quintas-feiras, pois era quando acontecia a "Feira" e, mais ainda, com a venda de 'Peixe Vivo', com a proximidade do feriado religioso. Para a primeira, uma área equivalente a quase 1/4 de todo espaço físico do Mercado recebia um volume absurdo de pessoas em busca de produtos como frutas e verduras. Esses eram os dias em que as vendas aumentavam, pois os feirantes eram como um 'complemento' dos produtos que a 'Feira' atraía para o Mercado. Pessoalmente, o Mercado foi o lugar que marcou a minha infância e adolescência como o espaço em que eu podia ver os adultos conversando sobre qualquer assunto, de futebol a política, enquanto um falava da viagem que tinha feito recente com a família e outro escutava, sem tirar os olhos do fumo recém comprado e, após desfiá-lo com um canivete e uma paciência ímpar, enrolava na palha com os lábios e acendia em forma de paieiro. Teve um tempo em que um restaurante modesto se instalou no Mercado e, por vezes, o feijão servido lá era o mesmo comprado horas, ou minutos antes, no próprio Mercado pelo meu pai ou algum de seus colegas.

Eixo 03 – A saída: Como foi a saída de vocês do Mercado Público? Ainda estavam trabalhando quando o Mercado foi fechado? Como foram avisados para desocuparem o espaço? Continuaram comercializando em outro local? Prefeitura deu algum suporte?

Agora chegamos num assunto delicado... A saída para mim representou, na verdade, uma 'expulsão', um 'expurgo'... A memória que eu tenho deste episódio é a seguinte: em uma tarde, como qualquer outra tarde, meu pai chegou mais cedo em casa com uma cara de espanto, visivelmente abatido e triste, não revoltado, mas com um medo estampado. Ele estava agitado e, devido ao nervosismo, não formava frases completas e coerentes. Levou um tempo e, à noite, minha mãe e eu entendemos o que ele estava tentando nos dizer: que o Mercado estava sendo fechado às pressas e tudo o que tinha lá de produtos tinha que ser tirado, da noite para o dia, no atropelo. A alegação era que a estrutura estava sendo interditada por não oferecer segurança, pois o telhado estava sendo paliativamente escorado por 'escoras' de madeira que os próprios feirantes que lá trabalhavam confeccionaram e, de fato o telhado estava apodrecendo pelo contato da estrutura de madeira com as águas pluviais. Pelo que recordo, houveram várias tentativas na época de acionar a Prefeitura para resolver essa questão, todas infrutíferas até então. É importante frisar aqui que era paga uma taxa, simbólica pelo que lembro, para o uso dos boxes e o pedido dos feirantes era para que houvesse uma reforma no telhado. Como essa reivindicação se alastrou meses a fio, essas 'escoras' foram necessárias para conter o telhado que, aos poucos, apodrecia. Neste dia em específico, pelo que lembro do relato do meu pai, depois de muita insistência a Prefeitura tomou finalmente uma decisão, com a qual não concordei na época e agora menos ainda: ao que parece, alguns fiscais passaram no Mercado e a ordem era a de fechá-lo de imediato. Imagine a cena: meu pai, assim como os demais feirantes, num dia comum, sem aviso prévio, é surpreendido por pessoas dizendo que era para ele e todos os que lá estavam se retirar daquele lugar, com todos

os seus produtos à venda, naquele mesmo dia. É importante destacar que é assim que eu me lembro do acontecimento dos fatos, posso estar cometendo algum equívoco e, vale lembrar, só presenciei a consequência do fato, não o fato em si. Pois bem, no dia posterior, imagino eu que sem ter dormido, dado o susto, meu pai conseguiu um transporte às pressas e trouxe tudo o que tinha lá para casa. Outros fizeram o mesmo, pois não tiveram muita opção. Nem sei precisar a quantidade, mas o volume era impressionante. Ainda na mesma semana, as portas do Mercado foram seladas por tábuas e assim permaneceu por anos. Havia muita especulação a respeito do destino do Mercado na época: uns diziam que iria se tornar um depósito de grãos, outros que seria reformado e outros não apontavam nenhuma solução e o caracterizavam como um 'elefante branco' urbano. O fato é que o meu pai estava com um desafio: um estoque de produtos e sem espaço para comercializá-los, a solução: vendê-los no Mercado, porém do lado de fora dele, na calçada, embaixo de uma marquise de uma das portas de acesso. E lá foi ele, o mais teimoso de todos os feirantes, vendendo os seus produtos na calçada do Mercado, faça chuva faça sol. O porta malas do Corcel II 1978 azul céu abarrotado de mel, cera, própolis, fumo de rolo, mais uma mesa desmontável, um banquinho de madeira com assento de tecido, munido de uma modesta calculadora e ainda uma caneta que ficava no painel do painel do carro que o sol acabou entortando. Ficava lá das 08:00 às 17:00h, como já fazia quando o Mercado funcionava normalmente. Nenhum de seus colegas voltou ao Mercado, só ele. Até onde eu sei, o Sr. Wilson, aquele dos figos, se recolheu na sua casa no Bairro Guarujá. Meu pai e minha mãe fizeram uma visita para ele pouco tempo depois do fechamento do Mercado, eu lembro de voltarem para casa espantados com o quão abatido ele estava. O Lemos acabou falecendo um pouco antes de o Mercado fechar. O 'Peixeiro' decidiu se aposentar e deixou o filho dele tomando conta da Peixaria. Lembro que ele não ficou muito tempo, pois recebeu uma proposta para trabalhar em uma locadora de vídeo na época. Não

soube mais sobre eles. Também não tive mais notícias Tonico e do Gaúcho, nem sei se permaneceram em Lages ou não.

Para essa última questão, não vou ser injusto, a Prefeitura tentou uma alternativa junto aos feirantes, mas ela era insustentável: a ideia era montar uma estrutura em lona na Praça Joca Neves. Para quem não a conhece pelo nome, ela ocupa todo um quarteirão e está localizada entre as Ruas Castro Alves, Cândido Ramos, Manoel Thiago de Castro e Afonso Ribeiro, na área central da cidade, assim como o Mercado Público. Como referência, ela é a mesma que possui uma Concha Acústica, alvo de críticas alguns anos depois, porque a Prefeitura cercou com grades o acesso ao palco. A polêmica na época é que isso foi visto como uma ação 'higienista', já que era comum os mendigos e sem-teto usarem o espaço para dormir..., mas isso é assunto para outro momento. Bem, essa estrutura que a Prefeitura estava se disponibilizando a montar foi duramente criticada. Vamos usar o feijão de exemplo: o espaço seria coberto com lona, ou seja, aberto à circulação e, desse modo, não teria a mínima condição de abrigar o feijão da umidade. Fora isso, a estrutura em lona não oferecia o mínimo de segurança para exposição dos produtos, quanto mais a permanência desses produtos na Praça, enquanto esses mesmos produtos permaneciam no Mercado. Enfim, houve a recusa dessa proposta.

Acredito que seja válido ressaltar ainda que, a cada pouco, o meu pai era entrevistado por algum veículo de comunicação, seja rádio ou de circulação impressa, e ele cobrava tanto a reforma quanto a reabertura do Mercado. Por vezes, esses assuntos foram pauta na cidade, mas infrutíferas, infelizmente. O fato era que ele estava lá de segunda a sexta-feira vendendo e havia os que viam isso como uma ofensa, vendo a Prefeitura como relapsa.

Eixo 04 – O Concurso: O que pensam sobre o Concurso de Revitalização do Mercado? Vocês foram consultados? Era uma

demanda que os comerciantes pediam? O que pensam sobre ele?

A respeito do Concurso de Revitalização do Mercado, eu mesmo tive conhecimento dele somente depois que o mesmo já tinha ocorrido, inclusive só soube dele por intermédio da minha esposa que cursa Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário UNIFACVEST, não fosse isso, provavelmente nem teria ficado sabendo. Eu cheguei a dar uma olhada, sem muita profundidade eu confesso, no projeto vencedor e achei realmente interessante a proposta apresentada, pois englobava, tanto as ruas de acesso quanto o Rio Carahá, que passa nas proximidades. Se este projeto tivesse sido de fato implementado, o que não foi, seria muito bom.

Como é possível perceber nas minhas respostas anteriores, não houve qualquer consulta aos feirantes quando o mesmo foi sumariamente fechado. Reforço: o pedido dos feirantes, na época, era para que o telhado fosse reformado e a atitude da Prefeitura foi a de expulsá-los às pressas, devido aos riscos que o telhado oferecia.

Eixo 05 – A revitalização: Sobre a revitalização de 2020, o que pensam sobre? Tiveram a possibilidade de formarem um comércio no novo espaço?

Meu pai faleceu em agosto de 2014, ainda no período em que o Mercado permaneceu fechado, ou 'interditado', para usar o termo mais técnico que lhe foi atribuído. Ele não teve a chance de ver o Mercado aberto novamente. Eu mesmo nunca mais passei por lá para ver como está. Acho que não vou me sentir bem em voltar lá. Prefiro ter a lembrança de quando brincava de me esconder entre os boxes, de enfiar o braço, da mão até o cotovelo, num saco de feijão, de ver um favo de mel exposto na banca, dos ganchos enferrujados que pendiam salames (um alerta à vigilância sanitárias, mais uma vez), de afiar a faca no piso bruto do próprio Mercado para poder cortar um naco de fumo de rolo, de ajudar a secar os vidros de conserva recém lavados com sabão em

pedra e embalar o mel neles com um colherão, da habilidade pacienzosa de ver alguém picar o fumo na palma da mão, de ver o figo sendo descascado com o auxílio de uma enghoca presa a uma mesa, de ver alguns apressados que nem compravam nada e usavam o Mercado como atalho para não dar a volta na quadra, mas que passavam fazendo o sinal da cruz quando viam a pequena gruta que tinha a imagem de Nossa Senhora Aparecida envolta em velas, algumas conchas e aquelas fitinas de promessas. Essa é a imagem que eu quero guardar.

Após o seu falecimento, minha mãe e eu conseguimos um comprador que arrematou todo o estoque de mel e cera que, juntos, somavam a incrível quantidade de duas toneladas. E, sinceramente, não nos despertou qualquer vontade em montar um comércio de qualquer natureza, seja no Mercado ou em qualquer outro espaço. Entretanto, eu fico feliz em saber que o Mercado está, mais uma vez, sendo usado. Isso já é infinitamente melhor que vê-lo fechado por tanto tempo.